

Ementário e Programa de Disciplina do Curso de Direito 2024.1



CURSO DE DIREITO
DISCIPLINA: INTRODUÇÃO AO DIREITO I
CARGA HORÁRIA: 80h/a
AULA: Teórica

EMENTA

O Direito como sistema. As disciplinas auxiliares do Direito. A construção histórica do Direito. Norma Jurídica. Fontes do Direito. Ramos do Direito.

OBJETIVOS

Assimilar conceitos jurídicos fundamentais, a fim de compreender a estrutura normativa do Direito, bem como a causalidade e finalidade das normas jurídicas. Analisar o Direito e suas instituições. Desenvolver o pensamento crítico quanto ao fenômeno jurídico nos aspectos: histórico, cultural e social, tendo em vista a noção de justiça, ética e moral.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas, realização de pesquisas jurídicas, análise e discussão de textos e debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho (s).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – O DIREITO COMO SISTEMA

- 1- Introdução ao Direito: objetivos
- 2- Etimologia e acepções da palavra direito
- 3- Teoria Tridimensional do Direito
 - 3.1. Dimensão fenomenológica do Direito
 - 3.2. Dimensão deontológica do Direito
 - 3.3. Dimensão lógica do Direito
- 4- Direito e Estado
 - 4.1. Teorias sobre essa relação
 - 4.2. Direito estatal e Direito não estatal.
 - 4.3. Estado de Direito

UNIDADE II – AS DISCIPLINAS AUXILIARES DO DIREITO

- 1- Conceito de ciência
 - 1.1. Conhecimento empírico X conhecimento científico
 - 1.2. Componentes do conhecimento

- 2- O Direito como ciência
- 3- Relação do Direito com outras ciências
- 4- Disciplinas auxiliares do Direito

UNIDADE III – A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO:

- 1- Direito, natureza e cultura
 - 1.1. Realidade natural
 - 1.2. Realidade cultural
- 2- Fatores do Direito.
 - 2.1. Fatores naturais
 - 2.2. Fatores culturais
 - 2.3. Forças atuantes na legislação.
- 3- Direito e moral.
 - 3.1. Semelhanças
 - 3.2. Diferenças
 - 3.3. Teorias sobre essa relação
- 4- Direito natural.
 - 4.1. Direito natural e Direito positivo.
 - 4.2. Características
 - 4.3. Direitos fundamentais, Direitos humanos e Direitos naturais
 - 4.4. Pós-positivismo e Direito Justo
- 5- Teoria da justiça.
 - 5.1. Conceito de justiça
 - 5.2. Acepções de justiça
 - 5.3. Elementos essenciais da justiça
 - 5.4. Acepções de igualdade
 - 5.5. Espécies de justiça
 - 5.6. Equidade

UNIDADE IV– O DIREITO POSITIVO E SUAS “DIVISÕES”

- 1- Direito subjetivo e Direito objetivo
- 2- Direito substantivo e Direito adjetivo
- 3- Direito geral e Direito particular
- 4- Direito comum e Direito especial
- 5- Direito regular e Direito singular
- 6- Direito público e Direito privado
 - 6.1. Teorias sobre essa divisão: monismo, dualismo e trialismo

UNIDADE IV – RAMOS DO DIREITO:

- 1- Conceito
- 2- Ramos do Direito público:
 - 2.1. Direito constitucional
 - 2.2. Direito administrativo
 - 2.3. Direito financeiro
 - 2.4. Direito internacional público
 - 2.5. Direito internacional privado
 - 2.6. Direito penal
 - 2.7. Direito processual
- 3- Ramos do Direito privado:

- 3.1. Direito civil
- 3.2. Direito empresarial
- 3.3. Direito do trabalho

UNIDADE VI – NORMA JURÍDICA:

- 1- Conceito
- 1- Regras e princípios jurídicos
- 2- Características
- 3- Estrutura externa e Estrutura interna
- 4- Destinatários
- 6- Classificação das normas jurídicas:
 - 6.1. Das normas jurídicas quanto à origem
 - 6.2. Das normas jurídicas quanto ao território
 - 6.3. Das normas jurídicas quanto à hierarquia
 - 6.4. Das normas jurídicas quanto à violação
 - 6.5. Das normas jurídicas quanto à imperatividade
 - 6.6. Das normas jurídicas quanto à natureza das disposições
 - 6.7. Das normas jurídicas quanto à sistematização
 - 6.8. Das normas jurídicas quanto ao destinatário
 - 6.9. Das normas jurídicas quanto às fontes

UNIDADE VII– FONTES DO DIREITO:

- 1- Conceito
- 2- Espécies
 - 2.1. Fontes históricas
 - 2.2. Fontes materiais
 - 2.3. Fontes formais
 - 2.3.1. Estatais e não estatais
 - 2.3.2. Diretas e indiretas
- 3- Tipos de ordenamento jurídico
- 4- Lei
 - 4.1. Origens e acepções da palavra “lei”
 - 4.2. Elementos
- 5- Costume
 - 5.1. Conceito
 - 5.2. Costume como fonte do direito.
 - 5.3. Elementos do costume
 - 5.4. Espécies de costume
- 6- Jurisprudência
 - 6.1. Conceito
 - 6.2. Jurisprudência como fonte do direito
 - 6.3. As Súmulas dos Tribunais. Súmula Vinculante
- 7- Doutrina
 - 7.1. Conceito
 - 7.2. Doutrina como fonte do direito

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- NUNES, Rizzato. **Manual de introdução ao estudo do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2018.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de Direito**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SOARES, Ricardo Freire. **Teoria Geral do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITTAR, Carlos Alberto. **Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2018.

CUNHA, Alexandre Sanches. **Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2012.

MADEU, Diógenes e MACIEL, José Fabio Rodrigues. **Direito Vivo**: Introdução ao estudo e à teoria geral do direito. São Paulo: Saraiva, 2015.

SIQUEIRA JR., Paulo Hamilton. **Teoria do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2019.

CURSO DE DIREITO

PROGRAMA: ESTUDOS SÓCIO-ANTROPOLÓGICOS

1º Período: 40 h/s

EMENTA

O campo e objeto da Sociologia e da Antropologia. Correntes clássicas da Sociologia: Positivista; Marxista e Max Weber e a Sociologia compreensiva. Cultura e Sociedade. Sociedade e indivíduo. Visão sócio-anropológica da sociedade contemporânea.

OBJETIVOS

Compreender a necessidade da Sociologia e da Antropologia, tendo em vista os fenômenos sociais e as relações entre Direito, Justiça e Sociedade. Analisar processos sociais numa visão crítico-analítica da sociedade contemporânea. Desenvolver reflexões interdisciplinares indispensáveis ao enfoque de temas e problemas da atualidade.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Vídeos com debates. Debates Interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I - O CAMPO E OBJETO DA SOCIOLOGIA E DA ANTROPOLOGIA CULTURAL

- 1 O surgimento da Sociologia
 - 1.1 Contexto histórico, econômico e cultural.
- 2 A Sociologia Clássica e seus principais teóricos.
 - 2.1 Corrente Positivista
 - 2.1.1 Objetivos
 - 2.1.2 Preocupação
 - 2.2 Corrente Marxista
 - 2.2.1 Objetivos
 - 2.2.2 Preocupação
 - 2.3 Corrente de Max Weber
 - 2.3.1 Sociologia compreensiva
 - 2.3.2 Ação social e relação social
 - 2.3.3 Tipo ideal
 - 2.3.4 As formas de Dominação Legítima
- 3 Antropologia
 - 3.1 Conceituação
 - 3.2 Objeto de estudo
 - 3.3 Objetivos da Antropologia

3.4 Antropologia Cultural

- 3.4.1 Arqueologia
- 3.4.2 Etnografia
- 3.4.3 Etnologia
- 3.4.4 Linguística
- 3.4.5 Folclore
- 3.4.6 Antropologia Social
- 3.4.7 Cultura e personalidade

UNIDADE II - CULTURA E SOCIEDADE

2 Definição de Cultura

- 2.1 A cultura como distintivo da sociedade humana
- 2.2 Cultura material e espiritual
- 2.3 Antropologia Aplicada
 - 2.3.1 Relativismo cultural
 - 2.3.2 Direito à autonomia Tribal
 - 2.3.3 Valores Culturais
 - 2.3.4 Etnocentrismo
- 2.4 Aplicações da Antropologia
 - 2.4.1 Colonialismo
 - 2.4.2 Projetos de Desenvolvimento
 - 2.4.3 Coexistência populacional
 - 2.4.4 Industrialização

UNIDADE III - SOCIEDADE E INDIVÍDUO

- 3.1 Conceito sócio-antropológico de sociedade
- 3.2 Importância do estudo histórico-cultural da sociedade
- 3.3 O homem como expressão global - biopsicocultural

UNIDADE IV – VISÃO SÓCIO-ANTROPOLÓGICA DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

- 4.1 Definição de moral
- 4.2 Função das normas morais: controle social
- 4.3 Direito e controle social
- 4.4 Controle social e instituições
 - 4.4.1 Conceito de controle social
 - 4.4.2 Tipologia das instituições e controle social
 - Família
 - Escola
 - Instituições econômicas
 - Estado
 - Justiça
 - Religião
- 4.5 Globalização e exclusão social: a realidade brasileira

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria neves. **Antropologia:** Uma introdução. São Paulo: Atlas, 2006. [física]

BARROSO, Priscila Farfan. **Estudos culturais e antropológicos.** Porto Alegre: SAGAH, 2018. [minha biblioteca]

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia Geral.** São Paulo: Atlas, 2019. [minha biblioteca e física]

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARNIO, Henrique Garbellini. **Direito e antropologia**. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. [minha biblioteca]

WEBER, Max. **Conceitos Sociológicos Fundamentais**. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70 LDA, 2019. [minha biblioteca]

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70 LDA, 2017. [minha biblioteca]

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE ECONOMIA POLÍTICA
1º período: 40 h/a

EMENTA

Conceito de Economia. Necessidades ilimitadas. Bens e serviços. Teoria da Inflação. Mercado. Oferta e procura. A visão macroeconômica. Comércio Exterior. Instrumento de Política Econômica. A Evolução da Ciência Econômica.

OBJETIVOS

Compreender os aspectos gerais da Economia. Interpretar a dinâmica da economia no Brasil e mundo atual.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Debates sobre os problemas do Brasil e do mundo.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

- 1.1 Conceito de Economia;
- 1.2 A questão da escassez e os problemas econômicos fundamentais;
- 1.3 De que se ocupa a Economia;
- 1.4 A Economia Política;
- 1.5 Economia e Direito – Importância do estudo da Economia;
- 1.6 Princípios de Economia;
- 1.7 História da Teoria Econômica.

UNIDADE II – CONSUMIDOR (DEMANDA) E PRODUTOR (OFERTA)

- 2.1 Demanda, Oferta e Equilíbrio;
- 2.2 Lei da Demanda;
- 2.3 Curva de Demanda e Fatores que Alteram a Demanda;
- 2.4 Lei da Oferta;
- 2.5 Curva de Oferta e Fatores que Alteram a Oferta;
- 2.6 Equilíbrio de Mercado;
- 2.7 Elasticidade.

UNIDADE III – ESTRUTURAS DE MERCADO

- 3.1 Monopólio, Oligopólio, Concorrência Imperfeita e Concorrência Perfeita;
- 3.2 Eficiência e Falhas de Mercado;
- 3.3 Espécies de Falhas de Mercado;
- 3.4 Falhas de Governo.

UNIDADE IV – INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA

- 4.1 Justificativa da Intervenção Estatal;
- 4.2 Formas de Intervenção Estatal;

UNIDADE V – POLÍTICAS ECONÔMICAS DE ESTADO

- 5.1 A Atividade Financeira do Estado;
- 5.2 Funções do Estado na Economia;
- 5.3 Política Tributária e seus instrumentos;
- 5.4 Política Fiscal e seus instrumentos;
- 5.5 Política Monetária, seus instrumentos e a Inflação;
- 5.6 Política Cambial e seus instrumentos;
- 5.7 Política Creditícia e seus instrumentos
- 5.8 Políticas Sociais, seus instrumentos e a Desigualdade.

UNIDADE VI – MACROECONOMIA

- 6.1 Conceito de Macroeconomia;
- 6.2 Contabilidade Social e PIB: conceitos relacionados, componentes e forma de cálculo;
- 6.3 Políticas Macroeconômicas: tipos de políticas e seus objetivos;
- 6.4 Crescimento e Desenvolvimento Econômico: conceitos e medidas;
- 6.5 Preço de equilíbrio e quantidade de equilíbrio.

UNIDADE VII – ECONOMIA INTERNACIONAL

- 7.1 Conceitos Relacionados à Economia Internacional;
- 7.2 Comércio Internacional e Divisão Internacional do Trabalho;
- 7.3 Câmbio como Instrumento de Regulação Comercial;
- 7.4 Comércio Internacional e Protecionismo;
- 7.5 Organismos Internacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

NEVES, S. D.; VICECONTI, P. **Introdução À Economia**. 12. ed. São Paulo: SARAIVA, 2013.

SCHAPIRO, M. G. **Direito e Economia na Regulação Setorial - Série Gvlaw**. São Paulo: Saraiva, 2009

PINHO, D. B.; PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S.; VASCONCELLOS, M. A. S.; JR., R. T.; JR., R. T. **Manual de economia**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COUTINHO, D. R. **Direito e economia política na regulação de serviços públicos**. São Paulo: Saraiva, 2014

PIRES, M. C.; PAULINO, L. A.; SOUZA, L. E. S. D. **Economia Política Internacional**. São Paulo: SARAIVA, 2014.

REZENDE, João. **Economia Real**: Uma análise da economia brasileira. Londrina: Edicao do Autor, 2008. 577p.

ROSSETTI, J. P. **Uma Introdução à Economia Política**. São Paulo: Atlas, 1997.

SAES, F. A. M. D.; SAES, A. M. **História Econômica Geral**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE HISTÓRIA DO DIREITO BRASILEIRO
1º Período: 60 h/a

EMENTA

Grécia: Esparta e Atenas (Sociedade, Economia e Política); Roma e o Direito Romano: Divisão Política; História Externa e Interna, Fontes, Capacidade Jurídica, Direito de Família, Posse e Propriedade; Europa Medieval, Da Monarquia Absoluta ao Iluminismo; As Leis Portuguesas; Brasil Colônia; Brasil Reino; Brasil Império; a República Velha; a Era Vargas (1930 a 1946).

OBJETIVOS.

Analisar os principais legados transmitidos pelos Povos Antigos e que deram a base principal do Direito Civil Brasileiro. Conhecer a evolução histórica e jurídica do Mundo Moderno e Contemporâneo e sua influência nas legislações atuais.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas com a utilização de data-show. Leitura e discussão de textos. Debates interdisciplinares. Trabalho em grupo e seminários.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I- O DIREITO GREGO ANTIGO

- 1.1- A Lei Grega escrita como instrumento de Poder.
- 1.2- O Direito Grego Antigo.
- 1.3- A Retórica grega como instrumento de Persuasão Jurídica
- 1.4- As Instituições Gregas
- 1.5- A Sociedade, a Economia, a Política, a Cultura e a Ideologia de Esparta.
- 1.6- A Economia, a Sociedade e a Política de Atenas.

UNIDADE II – ROMA E O DIREITO ROMANO

- 2.1- História de Roma: Divisão Política
- 2.2- A Realeza, a República, o Império e suas Instituições Políticas.
- 2.3- Fontes do Direito Romano: Costume, Leis e Plebiscitos, Editos dos Magistrados, Jurisconsultos, *Senatusconsultos* e as Constituições Imperiais.
- 2.4- A Capacidade Jurídica (*Status Libertatis*, *Status Civitatis* e *Status Familiae*).
- 2.5 Direito de Família (O Pátrio Poder, o Casamento, o Divórcio, o Dote e a Adoção).
- 2.6- Tutela e Curatela.
- 2.7- Sucessão: Herança e Testamento.
- 2.8- Posse e Propriedade.
- 2.9- Delitos: Causalidade, Imputabilidade, Extinção da Punibilidade, Retroatividade da Lei Penal.

UNIDADE III- EUROPA MEDIEVAL

- 3.1- O Sistema Feudal
- 3.2- Os Efeitos do Contrato Feudo-Vassálico.
- 3.3- Os Direitos de Uso e Propriedade no Contrato Feudo-Vassálico.
- 3.4- Os Direitos da Idade Média.

UNIDADE IV – DA MONARQUIA AO ILUMINISMO

- 4.1- O Iluminismo e as Críticas ao Estado Absolutista.
- 4.2- Leis Portuguesas (As Ordenações Afonsinas; Manuelinas e Filipinas).

UNIDADE V- BRASIL COLÔNIA À CONSTITUIÇÃO DE 1988

- 5.1- O Antigo Sistema Colonial e os Primeiros Documentos Jurídicos na Colônia.
- 5.2- A Independência do Brasil e a Constituição de 1824.
- 5.3- Outras Leis do Período Imperial.
- 5.4- As Leis Abolicionistas (Lei do Ventre Livre/Lei Euzébio de Queiroz/Lei Áurea;
- 5.5- A Proclamação da República e a Constituição de 1891
- 5.6- A República Federativa dos Estados Unidos do Brasil: Os Poderes Executivo, Judiciário, Legislativo e o Sistema Eleitoral.
- 5.7- O Código Civil de 1916.
- 5.8- A Revolução de 1930 e o Governo Provisório
- 5.9- A Constituição de 1934.
- 5.10- A Constituição de 1937 e a Ditadura Estadonovista.
- 5.11- O Fim do Estado Novo e a Constituição de 1946: Os Poderes Executivo, Legislativo e o Judiciário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, Aldano Séllos de. **Apontamentos de Direito Romano**. Campos dos Goytacazes: Faculdade de Direito de Campos, 2002.

CASTRO, Flávia Lages. **História do Direito. Geral e Brasil**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011.

ASCENSÃO, José de Oliveira. **Introdução à Ciência do Direito**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AZEVEDO, Luiz Carlos de. **Introdução à História do Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

BETIOLI, Antonio Bento. **Introdução ao Direito**. São Paulo: Saraiva, 2015.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de Direito Romano: O Direito Romano e o Direito Civil Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

ROLIM, Luiz Antônio. **Instituições de Direito Romano**. São Paulo: Max Limonard, 2003.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE LÍNGUA PORTUGUESA
1º PERÍODO
CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA

A Língua Portuguesa como fonte de comunicação oral e escrita. Conceitos sobre língua e linguagem. Gêneros textuais / discursivos no ensino e aprendizagem da leitura e da produção escrita. A prática de elaboração e compreensão de textos, considerando os aspectos linguístico-gramaticais aplicados ao texto em seus diversos gêneros.

OBJETIVOS

Discutir a língua em diversidade; proceder à leitura analítica e crítico-interpretativa de textos; ampliar o contato do aluno com os processos de leitura e produção textual, visando capacitá-lo a analisar variadas estruturas textuais e elaborar gêneros textuais/discursivos diversos.

PROGRAMA.

- Conceitos filosóficos da linguagem;
- Língua e linguagem;
- Gêneros textuais;
- Tipologia Textual;
- Considerações sobre texto/ elementos estruturais do texto.
- Leitura textual: abordagens e perspectivas.
- Relações Intertextuais.
- Elementos da textualidade: Coesão e coerência.
- Argumentação: estratégias argumentativas.
- Leitura, compreensão e produção textual.

METODOLOGIA

Aula expositiva, prática interativa de análise de texto, seminário, discussão de temas propostos.

AValiação

Avaliação individual escrita, produções textuais, participação nas aulas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES. Lutar com palavras. Coesão e coerência. 13.ed.São Paulo: Parábola,2005.

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. Nova edição revista ampliada pelo autor. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 2015.

KOCHE, Vanilda Salton. Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor. Rio de janeiro: Vozes, 2010.

MAGALHÃES, Mônica. Os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2017.

PLATÃO E FIORIN. Lições de texto: leitura e redação. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

PLATÃO e FIORIN. Para entender o texto: leitura e redação. 16. ed. São Paulo: Ática, 2006.

TERRA, Ernani. Da Leitura Literária à produção de textos. São Paulo: Contexto, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES. Análise de textos. Fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.

KOCH, Ingedore. Argumentação e Linguagem. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Ler e Escrever: Estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.

ARENDT. Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

WITTGENSTEIN, Ludwig. Investigações Filosóficas. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO
1º período: 40 h/a

EMENTA:

Noções gerais do estudo de psicologia, sua trajetória histórica, suas principais escolas, entre elas, a psicanálise. O entendimento da constituição do homem enquanto sujeito singular que se constitui nas interações com o meio sócio/cultural. Noções sobre desvios psíquicos. Aplicabilidade da psicologia no contexto jurídico.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Proporcionar subsídios teóricos que possibilitem a compreensão do fenômeno psicológico e comportamental do sujeito humano, que se constitui na interação com o meio sócio/cultural e histórico a que pertence, calcados em conceitos científicos; Entender os mecanismos existentes na sociedade que controlam as ações dos indivíduos; Reconhecer a importância da psicologia nas relações humanas e sua aplicação no contexto sócio-jurídico; Instrumentalizar o profissional na solução pacífica e harmônica de conflitos. Oportunizar o desenvolvimento do espírito científico e atento aos problemas que envolvem a função social dos diversos ramos da formação profissional;

METODOLOGIA:

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Debates interdisciplinares. Seminários, atividades de pesquisa, trabalho em grupo.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO:

O processo de avaliação será feito através de prova contextualizada abordando os conteúdos ministrados, apresentação de seminários individuais ou em grupos, levando-se em consideração apresentação e produção escrita, bem como, participação e assiduidade às aulas ministradas.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:

UNIDADE I – NOÇÕES GERAIS DO ESTUDO DE PSICOLOGIA

- 1.1 Perspectiva Histórica;
- 1.2 Ciência / Senso Comum: visão de mundo;
- 1.3 Objeto de estudo da psicologia e fenômenos psicológicos;
- 1.4 Principais Escolas de Psicologia: O Funcionalismo, O Estruturalismo, O Behaviorismo, A Gestalt; A Psicanálise.

UNIDADE II – A PSICANÁLISE

- 2.1 História da Psicanálise
- 2.2 O Inconsciente
- 2.3 Estrutura do Aparelho Psíquico;
- 2.4 A sexualidade
- 2.5 Os mecanismos de defesa;
- 2.6 Personalidade: formação e desenvolvimento
- 2.7 As estruturas de personalidade (desvios psíquicos; neurose e psicose; normal e patológico).

UNIDADE III – RELAÇÕES HUMANAS: ASPECTOS PSICOLÓGICOS

- 3.1 Percepção Social.
- 3.2 Atitudes: preconceito, estereótipos e discriminação.
- 3.3 Comportamento: pró-social e anti-social.
- 3.4 Família: representações sociais e relações afetivas.

3.5 Grupos e organizações sociais.

3.6 Exclusão social: importância da Psicologia para sua abordagem.

UNIDADE IV – PSICOLOGIA APLICADA NO CONTEXTO DO DIREITO

4.1 Homem e comportamento: a integração entre a Justiça e a Psicologia a partir das necessidades disciplinares;

4.2 A Psicologia e o Direito: relações e formas de comunicação implícita e explícita. A psicologização dos discursos e das práticas jurídico-judiciais.

4.3 Áreas de intervenção juspsicológica:

4.3.1 Área Cível: a vontade, a declaração e as divergências da vontade no negócio jurídico; incapacidades; responsabilidade civil por danos não patrimoniais; rupturas da convivência conjugal, poder paternal; parentalidades; mediação.

4.3.2 Área Trabalhista e previdenciária: doenças profissionais; acidente de trabalho, a quebra da relação laboral; assédio moral.

4.3.3 Área Criminal: as fases do processo de criminalização e o espaço da psicologia; a teoria da personalidade criminal.

4.3.4 Delinquência Juvenil. A Justiça de Menores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BLOCK, A.M.B; FURTADO, O; TEIXEIRA, M.L.T- **Psicologias. Uma Introdução ao estudo da Psicologia.** 14ª ed. S.Paulo: Saraiva, 2008.

GONÇALVES, H. S.; BRANDÃO, E. P. (Org.). **Psicologia jurídica no Brasil.** Rio de Janeiro: NAU, 2004.

PAULO, BEATRICE Marinho. **Psicologia na prática jurídica.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PINHEIRO, Carla. **Manual de Psicologia Jurídica**/Carla Pinheiro- 5ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

PINHEIRO, Carla. **Psicologia Jurídica.** Carla Pinheiro- 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FIORELLE, José Osmir. **Psicologia jurídica.** São Paulo: Atlas, 2011.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau, 2003.

FREITAS, Ana Carla Pinheiro. **Direito Vivo – Psicologia Jurídica.** S.Paulo: Saraiva, 2014.

MIRA Y LOPES, Emilio. **Manual de psicologia jurídica.** São Paulo: Impactus, 2008.

CURSO DE DIREITO
Programa de INICIAÇÃO CIENTÍFICA
1º período: 40h/a

EMENTA

Saber, Conhecimento e Ciência no Mundo Atual. Ciência, Pesquisa. Ensino, Pesquisa e Extensão (CRFB, Art. 207). “A importância da Interdisciplinaridade no Projeto Pedagógico” e a “Pedagogia do Direito”. SABER (Transmissão e Produção). Classificação das Ciências: Ciências da Natureza e Ciências da Sociedade. A Ciência do Direito no Campo Geral das Ciências. Método de Autoridade (“Magister dixit”) e Método Cartesiano. Regras e Normas na Sociedade. Os Círculos Concêntricos das Normas: Religiosas, Morais e Jurídicas. O Direito como Ciência. A Liberdade para Pensar e Construir novos Saberes (Cientista e Pesquisador Social). A importância da Crítica no Campo do Direito. Mercado de Trabalho na área do Direito Hoje e Amanhã.

OBJETIVOS

Transformar a aula universitária em um espaço interdisciplinar. Incentivar no estudante a formação de hábitos metodológicos. Orientar os alunos na aplicação das normas da ABNT. Aperfeiçoar a expressão oral através de discussões após leitura reflexiva. Promover a participação dos alunos nas dinâmicas de grupo em sala de aula. Reunir, num texto, ideias de diferentes autores. Analisar, criticamente, a realidade atual, com ênfase no TRABALHO, CONJUNTURA SOCIAL E LIBERDADE. Avaliar, após pesquisa, exemplos práticos de valorização da Dignidade da Pessoa Humana: Art. 1º da “Carta da República”, nossa “Constituição Cidadã”, CRFB/1988. Aprimorar Postura Acadêmico-Metodológica, objetivando maior desempenho como Profissional Autônomo e Cientista do Direito. Exercitar a postura científica, incentivando e orientando a adoção de um comportamento na busca do conhecimento que possibilite ao acadêmico planejar, desenvolver e avaliar projetos de pesquisa e trabalhos acadêmicos. Conceituar ciência e conhecimento científico e descrever suas características. Identificar as etapas do método científico e caracterizar os passos do processo de pesquisa. Distinguir os diferentes tipos de pesquisa, conhecendo as características e as etapas de cada um. Formular corretamente o problema, as hipóteses e os objetivos da pesquisa. Especificar e caracterizar as partes componentes de um relatório de pesquisa. Aplicar as Normas Técnicas da metodologia científica em seu estudo. Contrastar as partes de um projeto de pesquisa, dentro de uma metodologia científica coerente e de viável execução. Buscar fontes de financiamento de pesquisa.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Aplicação de trabalhos individuais e/ou em grupo: Fichamentos, resumos, resenhas e estudos dirigidos. Elaboração e Produção de Textos, de acordo com a realidade atual, em uma visão crítica. Aprofundamento de discussões sobre Cidadania. Pesquisa, leituras e produção de textos com precisão conceitual. Seminários, Discussão, Debates, Exposição Dialogada, Rodas de Conversa.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Avaliação formativa e somativa ao longo do processo. Provas escritas individuais e trabalhos

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE 1 – O MUNDO ATUAL

UNIDADE 2 – AUTONOMIA NO ESTUDO

UNIDADE 3 – ROTINA X POSTURA METODOLÓGICA.

UNIDADE 4 - DIFERENÇAS INDIVIDUAIS E OBSTÁCULOS NA APRENDIZAGEM. A RELAÇÃO ENTRE PROFESSOR E ALUNO (SERGIO SIMKA E ÍTALO MENEGHETTI): UM OLHAR INTERDISCIPLINAR SOBRE O CONTEÚDO E A DIMENSÃO HUMANA.

UNIDADE 5 - EDUCAR PELA PESQUISA

UNIDADE 6 - PESQUISA:

6.1 – Por onde começa a pesquisa? Etapas da pesquisa. Pesquisa de campo. Entrevistas. Pesquisas bibliográficas.

UNIDADE 7 - PROJETO DE PESQUISA:

7.1 – O que é um projeto de pesquisa? Hipótese da pesquisa. Metodologia da pesquisa. Pergunta norteadora. Objetivos. Sumário Provisório. Cronograma. Referência.

UNIDADE 8 - O RELATÓRIO DE PESQUISA

8.1 – Tipos e modalidades de relatórios de resultados de pesquisa acadêmica. Se o relatório for um Artigo Científico? Checklist para a avaliação da pesquisa.

UNIDADE 9 - TRABALHO CIENTÍFICO

9.3 – Pesquisa bibliográfica.

9.2 – Tipos e características dos trabalhos acadêmicos.

9.1 – Referências/ABNT e a formatação.

UNIDADE 10 – O CONHECIMENTO CIENTÍFICO

10.1 – Liberdade e conhecimento.

10.2 – Conhecimento jurídico como conhecimento científico.

10.3 – Análise e interpretação para a construção do conhecimento científico.

UNIDADE 11– O PROCESSO DE PESQUISA

11.1 – Pesquisa científica e método científico.

11.2 – Conceito e finalidade da pesquisa

11.3 – Tipos de pesquisa.

11.4 – Fases da pesquisa: coleta, análise e sistematização.

11.5 – Relatório de pesquisa.

UNIDADE 12 – O ESTUDO COMO FORMA DE PESQUISA. PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

12.1 – Técnicas de estudo.

12.2 – Normas técnicas de informação e documentação (ABNT).

12.3 – Leitura crítica, fichamentos, resumos, relatório e estudo de textos jurídicos.

12.4 – Sugestão para redação de trabalhos a partir de estudo de textos sociojurídicos.

12.5 – Técnicas de dinâmica de grupo, seminários.

12.6 – Pesquisa de informação na internet.

UNIDADE 13 - ELABORAÇÃO DO PÔSTER

13.1 – Por que elaborar um pôster? Como elaborar um pôster? Figuras, gráficos e tabelas. Design, cores e diagramação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1993.

NUNES, Rizatto. Manual de monografia jurídica – Como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese. São Paulo: Saraiva, 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ADLER, Mortimer J. Como ler livros: o guia clássico para a leitura inteligente. São Paulo: É Realizações, 2010.

ALVES, Rubem A. Filosofia da Ciência: Uma introdução ao jogo e as regras. São Paulo: Brasiliense, 1984.

AMARAL, Ana Lúcia. A aula universitária, um espaço com possibilidades interdisciplinares. In Pedagogia universitária. Campinas (SP): Papirus, 2000.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023 - Informação e documentação - Referências. Rio de Janeiro, 2002.

_____. NBR 6024 - Informação e documentação - Numeração progressiva das seções de um documento escrito. Rio de Janeiro, 2003.

_____. NBR 6027 - Informação e documentação - Sumário. Rio de Janeiro, 2003.

_____. NBR 6028 - Informação e documentação - Resumo. Rio de Janeiro, 2003.

_____. NBR 10520 - Informação e documentação - Citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002.

_____. NBR 14724 - Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, 2011.

BACHELARD, Gaston. Epistemologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BAMBERGER, Richard. Como incentivar o hábito de leitura. São Paulo: Ática, 1988.

BAPTISTA, Makilim Nunes; CAMPOS, Dinael Corrêa de. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2010

BRANDÃO, C. Rodrigues (org.). Pesquisa participante. 4ªed., São Paulo: Brasiliense, 1984.

BUZZI, Arcângelo R. Introdução ao pensar. Petrópolis: Vozes, 2003.

BITTAR, Eduardo C.B. Direito e ensino jurídico: legislação educacional. São Paulo: Atlas, 2001.

CARVALHO, Maria Cecília M. Construindo o saber. Metodologia científica, fundamentos e técnicas. São

Paulo: Papirus, 1997.

CASTRO, Cláudio de Moura. A prática da pesquisa. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1977.

DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa, 2ª ed. Campinas, São Paulo: Autores associados, 1997.

_____. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos. Brasília: Liber Livro, 2004.

DESCARTES, R. Discurso do método. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

DOYLE, Michael. Reuniões podem funcionar: o novo método de interação. São Paulo: Summus, 1978.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1993

HABERMAS, Jürgen. Fé e saber. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectivas, 1978

LAKATOS, I. e MUSGRAVE A. (orgs.) A crítica e o desenvolvimento do conhecimento. São Paulo: Cultrix, 1979.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7ª ed. (3ª Reimp.) São Paulo: Atlas, 2019..

MARCONI, Marina de Andrade & Lakatos, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, Fábio Ribeiro. A formação de hábito de estudo: teoria e prática. 2ª ed., Porto Alegre: Autonomia, 2013.

MENEGUETTI, Ítalo. SIMKA, Sérgio (orgs.). A relação entre professor e aluno: um olhar interdisciplinar sobre o conteúdo e a dimensão humana. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2010.

MEZZARROBA, Orides. Manual de metodologia da pesquisa no direito. São Paulo: Saraiva, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza & SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, v; 9, n. 3, jul.set., 1993.

_____. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 1996.

MORIN, E., Introdução ao pensamento. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

_____. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2011 (Coleção Temas Sociais).

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Metodologia da pesquisa: teórico-prática. 2ª ed., Campinas (SP): Papirus, 1997.

RODOLFO, Pamplona Filho. NELSON Cerqueira. Metodologia da pesquisa em direito e a filosofia. São Paulo: Saraiva, 2011.

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 144 p.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa - ação. São Paulo: Cortez, 1998.

TRIVIÑOW, A. N. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ZITSCHER, Harriet Christiane. Metodologia do ensino jurídico com casos: teoria e prática (com exemplos do direito do consumidor e do direito civil. Apresentação de Cláudia Lima Marques. Belo Horizonte: Del Rey, 1999CURSO DE DIREITO

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE ORATÓRIA
1º PERÍODO: 40 H/A

EMENTA

Fundamentos Psicológicos. Teoria e Prática da Oratória. Como Preparar um Discurso ou Intervenção. Como Persuadir. Apresentar, defender, atacar e debater ideias.

OBJETIVOS

Desenvolver autoconfiança através da oratória. Aperfeiçoar sua imagem pessoal, postura, gestos, voz e dicção. Aprender, através da argumentação, a falar em público e de improviso (oratória dinâmica), bem como a participar de debates e discussões.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Gravação em vídeo da fala em público do aluno. Leitura de textos, poesias, discursos. Análise das atividades realizadas em sala de aula. Exercícios coletivos. Exposições participativas de oratória.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais, auto-avaliação e participação nas atividades realizadas em sala de aula.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS

- 1.1 Quebrando a inibição: o estar bem individual
- 1.2 Como controlar as emoções e o medo de falar em público
- 1.3 Trabalhando a criatividade e o improviso
- 1.4 Princípios básicos da comunicação: apresentar, saber ouvir, partilhar, defender e debater ideias
- 1.5 Refletir sobre tomada de decisão

UNIDADE II – TEORIA E PRÁTICA DA ORATÓRIA

- 2.1 Introdução à história da oratória
- 2.2 Introdução à Teoria da Comunicação
- 2.3 A linguagem eficaz
- 2.4 A linguagem não verbal: o gesto e a voz
 - 2.4.1 O comunicador como ator de si mesmo
 - 2.4.2 Recursos para atuar
 - 2.4.3 Relação positiva com o público: estudo do público alvo
 - 2.4.4 O que o público vê: presença, expressão facial, postura, gestos e movimento.
 - 2.4.5 O que o público ouve: voz, pronúncia, volume, velocidade e ritmo.

UNIDADE III – COMO PREPARAR UM DISCURSO OU INTERVENÇÃO

- 3.1 Selecionar e ordenar ideias
- 3.2 Abertura e finalização do discurso
- 3.3 Como elaborar esquemas

- 3.4 Formas de apresentação
- 3.5 Manejo de perguntas e respostas
- 3.6 Estrutura das intervenções

UNIDADE IV – COMO PERSUADIR

- 4.1 Princípios da apresentação persuasiva
- 4.2 Formas de intervenções persuasivas
- 4.3 As razões, as emoções e os benefícios.
- 4.4 Como usar a emoção para motivar
- 4.5 Como apresentar o discurso de maneira convincente
- 4.6 Reações do público diante do discurso persuasivo

UNIDADE V- APRESENTAR, DEFENDER, ATACAR E DEBATER IDÉIAS

- 5.1 Como argumentar
- 5.2 Como usar as provas e os argumentos
- 5.3 Estrutura do discurso para defender idéias
- 5.4 Como apresentar os argumentos
- 5.5 Como defender argumentos próprios
- 5.6 Estratégias de ataque e defesa
- 5.7 Comunicação assertiva e negociação

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BITTAR, Eduardo Carlos Bianaca. **Linguagem Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2017.
- PERELMAN, Chaim. **Tratado de argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- POLITO, Reinaldo. **Como falar corretamente e sem inibições**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- Chaim. **Retóricas**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- POLITO, Reinaldo. **Como falar de improviso e outras técnicas de apresentação**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- _____. **Superdicas para falar bem: em conversas e apresentações**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Curso de oratória e retórica**. São Paulo: Logos, 1960.
- WARAT, Luis Alberto. **O ofício do mediador**. Florianópolis: Habitus, 2001.

CURSO DE DIREITO

PROGRAMA DE DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL: UMA METODOLOGIA DE ESTUDO DO DIREITO PRIVADO

OFICINA I - 40H/S

AULA: TEÓRICA

EMENTA

A era das grandes codificações. O lugar do Direito Civil no ordenamento jurídico pátrio. Direito Civil Constitucional como perspectiva metodológica. Fontes do Direito Civil Constitucional. Fundamentos estruturais do Direito Civil Constitucional. Direito Civil e Direitos Humanos. Função social no Direito Civil. Elementos de sistematização do Código Civil. O papel do intérprete na metodologia civil-constitucional. Complexidade, sistematicidade e unidade do ordenamento jurídico. A (superada) *summa divisio*: Direito Público e Direito Privado. Fato juridicamente relevante e sua qualificação. Situações jurídicas e Relações jurídicas. Relações jurídicas patrimoniais. Relações jurídicas existenciais.

OBJETIVOS

Compreender a historicidade, estrutura, importância, sistematização e função do Direito Privado, tendo como ramo central o Direito Civil. Desenvolver o pensamento crítico próprio da metodologia de Direito Civil Constitucional, assimilando as noções de fatos jurídicos, situações jurídicas e relações jurídicas.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Análise de textos de doutrina especializada. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A era das grandes codificações

- 1.1. Jusnaturalismo, Positivismo e Pós-positivismo
- 1.2. Formação histórica do Direito Civil Brasileiro
 - 1.2.1. Direito Civil pátrio anterior às codificações: origens no Direito Romano, Francês e Alemão
 - 1.2.2. Projeto Clóvis Beviláqua e o Código Civil de 1916
 - 1.2.3. As iniciativas de reforma, o Código Civil de 2002 e sua *vacatio legis*
- 1.3. Sociedade e Direito Civil: a crise da Codificação Civil e o movimento de descodificação

2. O lugar do Direito Civil no ordenamento jurídico pátrio

- 2.1. A tradicional *summa divisio*: Direito Privado e Direito Público
 - 2.1.1. Teorias sobre essa divisão: monista, dualista e pluralista
- 2.2. Direito Civil: o que é e como estudar?
- 2.3. Direito Civil como principal disciplina de Direito Privado: centralidade e generalidade
- 2.4. Ramos do Direito Civil
 - 2.4.1. Parte Geral: Personalidade; Pessoas e Bens (suas classificações); Direitos Objetivos e Subjetivos; Regimes das Incapacidades; Sociedades, Fundações e Associações; Negócios Jurídicos; Prova; Representação; Ato Ilícito; Prescrição e Decadência.
 - 2.4.2. Parte Especial: Obrigações, Contratos, Coisas (Posse, Propriedade e Vizinhança), Responsabilidade Civil, Família e Sucessões.

2.5. Diálogo das fontes: Direito Civil e outras disciplinas de Direito Privado

3. Direito Civil Constitucional como perspectiva metodológica

3.1. Direito Civil e valores: patrimonialismo, hierarquização e patriarcado

3.2. As liberdades individuais e o princípio da solidariedade social

3.3. Pietro Perlingieri e a doutrina italiana: uma visão constitucionalizada do Direito Civil

3.3.1. Perfil estrutural (o que é? como é?): entendendo os elementos

3.3.2. Perfil funcional (para que serve?): entendendo a *mens legis*

3.4. O Direito Civil como historicidade

4. Fontes do Direito Civil Constitucional

4.1. Lei

4.2. Princípios e regras

4.3. Usos e costumes

4.4. Autonomia das partes

4.5. Jurisprudência

5. Fundamentos estruturais do Direito Civil Constitucional

5.1. Proteção da personalidade e seus atributos

5.2. Autonomia da vontade vs. autonomia privada

5.3. Responsabilidade por danos

5.4. Proteção da confiança legítima

5.5. Propriedade, posse e direitos de vizinhança

5.6. Proteção das entidades familiares

5.7. Direito à sucessão *causa mortis*

6. Direito Civil e Direitos Humanos

6.1. A universalização dos direitos humanos e sua repercussão no Direito Civil

6.2. A definição jurídica de pessoa humana e a visão antropocêntrica do Direito Civil

6.2.1. Consectários da cláusula geral da dignidade humana

6.2.2. Mínimo existencial vs. reserva do possível

6.2.3. Solidariedade social: “novos direitos” e “novos danos”

6.3. Mínima intervenção do Estado nas relações privadas (Estado Liberal e Estado Social)

7. Função social no Direito Civil

7.1. Função social dos direitos

7.2. Função social do contrato

7.3. Função social da propriedade (e da posse?)

8. Elementos de sistematização do Código Civil

8.1. O Direito Privado como um sistema aberto

8.2. A proliferação de microssistemas

8.3. Cláusulas gerais

8.4. Conceitos jurídicos indeterminados

8.5. O rol *numerus clausus* vs. o rol *numerus apertus*

9. O papel do intérprete na metodologia civil-constitucional

- 9.1. Formalismo Jurídico, Dogmatismo Sociológico e Método Casuístico
- 9.2. Direito Formal vs. Direito Substancial
- 9.3. Maria Celina Bodin de Moraes: do juiz boca-da-lei à lei segundo a boca do juiz
- 9.4. Direito, juízes e política: opinião pública como fonte do direito?
- 9.5. O papel da praxe forense e a experiência comum como fontes do direito

10. Complexidade, sistematicidade e unidade do ordenamento jurídico

- 10.1. Pirâmide de Kelsen e a hierarquia das fontes e dos valores
- 10.2. Força normativa da CRFB e a supremacia de suas normas
- 11.3. Legalidade Constitucional
 - 11.3.1. Relação entre norma constitucional e norma ordinária
 - 11.3.2. Conteúdo civil na Constituição (CRFB/1988)
 - 11.3.3. Aplicabilidade das normas constitucionais na normativa infraconstitucional
 - 11.3.4. Possibilidades interpretativas e integrativas
- 11.4. Visão crítica da teoria dos microssistemas

11. A (superada) *summa divisio*: Direito Público e Direito Privado

- 11.1. Despatrimonialização (personalização) do Direito Civil
- 11.2. A chamada “crise do Direito Privado”
- 11.3. O exemplo da Súmula 364 do STJ (bem de família)
- 11.4. Eficácia *inter partes*, *erga omnes* e transubjetiva

12. Fato juridicamente relevante e sua qualificação

- 12.1. Conceito de fato jurídico como concretização da norma
- 12.2. Fato juridicamente relevante *lato sensu* como gênero
- 12.3. Relevância Jurídica \neq Eficácia jurídica
- 12.4. Existem fatos juridicamente irrelevantes?
- 12.5. Situações ditas de fato (mas juridicamente relevantes)
- 12.6. Unidade do fato e pluralidade de qualificações

13. Situações jurídicas e Relações jurídicas

- 13.1. Relações sociais e jurídicas: o aspecto dinâmico das relações
 - 13.1.1. Conceito, caracterização e elementos
 - 13.1.2. Classificação das relações jurídicas
- 13.2. A situação jurídica como um conceito genérico
- 13.3. Situações jurídicas subjetivas: direito potestativo, poder jurídico e faculdade
- 13.4. Eficácia das posições jurídicas ativas e passivas

14. Relações jurídicas patrimoniais

- 14.1. A importância do patrimônio para o cidadão
 - 14.1.1. Autonomia patrimonial
 - 14.1.2. Pessoa jurídica e a NÃO confusão patrimonial
 - 14.1.3. Indenização e o viés pecuniário da reparação do dano
 - 14.1.4. Sanções cíveis e a punição sobre o patrimônio do ofensor
 - 14.1.5. Família e a pensão alimentícia em pecúnia
 - 14.1.6. Sucessão: inventário e partilha patrimonial
- 14.2. Os direitos reais e pessoais

- 14.2.1. Eficácia do *ius in rem* e do *ius in personam*
- 14.2.2. Direitos absolutos e relativos
- 14.3. Vulnerabilidade patrimonial e existencial

15. Relações jurídicas existenciais

- 15.1. Fortalecimento da dimensão extrapatrimonial do Direito Civil
- 15.2. Um sistema próprio de tutela das vulnerabilidades existenciais
- 15.3. Dimensão patrimonial da personalidade e exercício econômico de Parcelas existenciais(ex.: art. 11 do CC)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, Orlando. *Introdução ao Direito Civil*. 22.ed. revista e atualizada por Edvaldo Brito e Reginalda Paranhos de Brito. Rio de Janeiro: Forense, 2019. *E-book*.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. Introdução ao Direito Civil: teoria geral de Direito Civil. 34.ed. revista e atualizada por Maria Celina Bodin de Moraes. Rio de Janeiro: Forense, 2022. *E-book*.

MIRAGEM, Bruno. *Teoria geral do Direito Civil*. 1.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. *E-book*.

TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena Donato. *Fundamentos de Direito Civil: teoria geral do Direito Civil*. v.1. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. *E-book*.

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO AO DIREITO II
CARGA HORÁRIA: 40H/A
CRÉDITOS: 02
AULA: TEÓRICA

EMENTA

O Direito como ciência social aplicada. Processo legislativo. Desuso, revogação, repristinação e retroatividade da lei. Hermenêutica jurídica. Relação Jurídica.

OBJETIVOS

Assimilar os conceitos jurídicos fundamentais. Compreender a estrutura da relação jurídica, bem como as técnicas de aplicação, interpretação e efetivação do Direito. Analisar o Direito e suas instituições de forma a despertar o pensamento crítico do aluno, tendo em vista a noção de justiça, ética e moral.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas; realização de pesquisas jurídicas; leitura e discussão de textos; debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – O DIREITO COMO CIÊNCIA SOCIAL APLICADA

1. Direito e sociedade
2. Direito e ciência

UNIDADE II – PROCESSO LEGISLATIVO

1. Conceito
2. Tipos de processo legislativo
3. Procedimentos legislativos e as espécies normativas do art. 59, CF
 - 3.1. Processo legislativo ordinário
 - 3.2. Processo legislativo sumário
 - 3.3. Processo legislativo especial

4- LINDB e Lei complementar 95/98

UNIDADE III– APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO.

1. Teoria Tridimensional do Direito e os Planos de validade da norma jurídica
2. Existência, vigência, validade e eficácia da lei
 - 2.1. Existência
 - 2.2. Vigência
 - 2.3. Validade

- 2.4. Eficácia
- 3. LINDB e Lei complementar 95/98
- 4. Perda de vigência
 - 4.1. Revogação lato sensu
 - 4.2. Espécies de revogação
 - 4.3. Repristinação e efeito repristinatório
- 5. Princípio da irretroatividade da lei.
 - 5.1. Retroatividade da lei
 - 5.2. Ultratividade da lei

UNIDADE IV – HERMENÊUTICA JURÍDICA

- 1. Hermenêutica jurídica e interpretação do direito
- 2. Escolas de Hermenêutica jurídica.
- 3. Espécies de interpretação
 - 3.1. Quanto à fonte
 - 3.2. Quanto ao método
 - 3.3. Quanto ao resultado
- 4. Antinomia jurídica.
- 5. Lacunas da lei e procedimentos de integração do direito
 - 5.1. Analogia
 - 5.2. Costumes
 - 5.3. Princípios gerais do direito

UNIDADE V – RELAÇÃO JURÍDICA

- 1- Conceito e formação da relação jurídica
- 2- Elementos da relação jurídica
 - 2.1- Sujeitos da relação jurídica
 - 2.2- Vínculo de atributividade
 - 2.3- Objeto
 - 2.4- Fato propulsor: fato jurídico lato sensu
 - 2.4.1- Fato jurídico
 - 2.4.2- Ato jurídico
 - 2.4.3- Negócio jurídico
 - 2.5- Proteção jurídica
- 4- Espécies de relação jurídica

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2009.

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

NUNES, Rizzato. **Manual de introdução ao estudo do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2018.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de Direito**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SOARES, Ricardo Freire. **Teoria Geral do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITTAR, Carlos Alberto. **Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2018.

CUNHA, Alexandre Sanches. **Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2012.

MADEU, Diógenes e MACIEL, José Fabio Rodrigues. **Direito Vivo**: Introdução ao estudo e à teoria geral do direito. São Paulo: Saraiva, 2015.

SIQUEIRA JR., Paulo Hamilton. **Teoria do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2019.

PROGRAMA DE SOCIOLOGIA DO DIREITO E JUDICIÁRIA

2º PERÍODO: 60H/A

AULA: TEÓRICA

EMENTA:

Sociologia jurídica como ciência. Teorias sociológicas clássicas e perspectivas sociológicas do direito. O Direito como regulador da vida social. Dinâmica social das normas jurídicas. Função social do Direito. Instrumentos humanos da realização social do Direito: Sociologia das Profissões Jurídicas. Democratização dos tribunais e acesso à Justiça. Igualdade Social e Justiça Social. Direito, mudança social e participação popular. Questões sociojurídicas no mundo globalizado.

OBJETIVOS

Geral:

- Abordar conceitos e teorias que fundamentam o Direito na vida social.

Específicos:

- Identificar o Direito como instrumento de controle social;
- Compreender a norma jurídica como forma de prevenir e compor conflitos;
- Reconhecer a provisoriedade e mutabilidade das normas de Direito em face a mudança social;

METODOLOGIA DE ENSINO

Os conteúdos programáticos serão abordados por meio de aulas expositivas, reflexões contextualizadas e discussões de textos, bem como o uso de recursos audiovisuais tais como notícias, charges, fotos e filmes que colaborem nas reflexões coletivas sobre os impactos dos temas.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação dos conhecimentos construídos contínuo e formativo e se dará através da avaliação individual escrita; realização de pesquisas individuais e/ou em grupo (escritos e/ou orais); participação construtiva e compromisso com a dinâmica e o processo educativo proposto pela disciplina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

• Etapa I

Ciência social e sociologia. Método sociológico. Conceitos fundamentais da sociologia, A Ciência da Sociologia Jurídica;

Principais contribuições teóricas: Durkheim, Weber, Marxismo, Foucault, Habermas.

Monoísmo, pluralismo jurídico e o direito além do estado;

Socialização, anomia e controle social;

As violações da lei, criminalidade, ordem social e eficácia social do Direito;

Direito enquanto fato social: eficácia das normas jurídicas e seus efeitos sociais

• Etapa II

Sociedade brasileira e instituições de Direito;

Produção legislativa brasileira;

As funções essenciais à realização da justiça;

A função social do advogado;

Magistratura e suas garantias constitucionais;

Democratização dos tribunais e acesso à justiça;

Resolução de conflitos fora da esfera estatal;

Mudança social e direito;
Participação popular, opinião e o sentimento de justiça.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de sociologia jurídica. 14ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

NETO, P. S. Sociologia geral e jurídica. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

SILVA, F. G.; RODRIGUEZ, J. R.; RODRIGUEZ, J. R. Manual de Sociologia Jurídica. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade. Trad.: Á. Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

IAMUNDO, Eduardo. Sociologia e Antropologia do Direito. São Paulo: Saraiva, 2013.

LTDA, I. C. E. P. Sociologia do Direito. São Paulo: Saraiva, 2017.

NONET, Philippe; SELZNICK, Philip. Direito e sociedade a transição ao sistema jurídico responsivo; Rio de Janeiro: Revan, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma revolução democrática da Justiça. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PROGRAMA DE TEORIA DO ESTADO (CIÊNCIA POLÍTICA)

2º PERÍODO: 60H/A

AULA: TEÓRICA

EMENTA

Ciência Política e Estado. Os clássicos da Política. Sociedade e Estado. Elementos do Estado. Formas de Estado. Formas e sistemas de governo. Separação de Poderes/Teoria dos freios e contrapesos. Regimes de governo. Estado de Direito.

OBJETIVOS

Compreender os fundamentos básicos da organização do Estado. Analisar temas relacionados com a realidade política moderna. Desenvolver uma visão crítica da dinâmica jurídico-sócio-política.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – CIÊNCIA POLÍTICA E ESTADO

- 1.1 Ciência Política: Evolução histórica, conceito, objeto, método e fontes.
- 1.2 Conceito de Política e suas Implicações.
- 1.3 Conceito de Poder.
 - 1.3.1 Legalidade e legitimidade.
 - 1.3.2 Política e Poder

UNIDADE II – OS CLÁSSICOS DA POLÍTICA

- 2.1 O pensamento político grego e o pensamento político Medieval.
- 2.2 Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, Marx.
- 2.3 Tendências contemporâneas

UNIDADE III - ESTADO

- 3.1 Origens, teorias, formação, tipos históricos.
- 3.2 Conceito. Fins do Estado.
- 3.3 Elementos Constitutivos do Estado: território, povo, soberania.
- 3.4 Diferenças entre Estado e Nação.
- 3.5 Formas de Estado.
 - 3.5.1 Estado Unitário e formas compostas de Estados.

UNIDADE IV - FORMAS E SISTEMAS DE GOVERNO

- 4.1 Formas de Governo: monarquia e república.
- 4.2 Sistemas de Governo: presidencialismo, parlamentarismo.

4.3 Regimes Políticos.

UNIDADE V - SEPARAÇÃO DE PODERES E SEU MECANISMO.

5.1 Antecedentes históricos.

5.2 As três funções básicas.

5.3 Sistema de freios e contrapesos.

UNIDADE VI - ESTADO DE DIREITO.

6.1 O Estado Social de Direito.

6.2 O Estado Democrático de Direito.

6.3 Constitucionalismo liberal: origens e características.

6.4 O Neoconstitucionalismo

UNIDADE VII - SOCIEDADE CIVIL E SOCIEDADE POLÍTICA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2015.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 35.ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política**. São Paulo: Saraiva, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA, Paulo Ferreira da. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política**. São Paulo: Saraiva, 2018.

BIANCHINI, Alice. Saberes do Direito 62 – **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2013.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

ZIPPELIUS, Reinhold. **Linha Direito Comparado - Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2016.

PROGRAMA DE DIREITO PENAL I

2º PERÍODO: 80 H/A

AULA: TEÓRICA

EMENTA

Introdução ao direito penal. Aplicação da lei penal. Fato típico. Antijuridicidade. Culpabilidade. Concurso de pessoas.

OBJETIVOS

Habilitar o futuro profissional ao exercício das funções que lhe forem atribuídas na órbita do direito penal, diante da perspectiva penal-constitucional e dos direitos humanos. Compreender a teoria geral do Direito Penal, a fim de aplicá-la aos tipos penas incriminadores em situações concretas.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL

1.1 Conceito de Direito Penal

- 1.1.1 Introdução: O poder punitivo do Estado
- 1.1.2 Conceito de Direito Penal
- 1.1.3 Princípios do direito penal
- 1.1.4 Posição Enciclopédica
- 1.1.5 Parte Geral e Especial: objetivo e sentido

1.2 Relações do Direito Penal

- 1.2.1 Introdução
- 1.2.2 Relações com as ciências jurídicas fundamentais
- 1.2.3 Relações com outros ramos de ciências jurídicas
- 1.2.4 Relações com as disciplinas auxiliares

1.3 Fontes do Direito Penal

- 1.3.1 Conceito
- 1.3.2 Fontes materiais
- 1.3.3 Fontes formais

1.4 Leis Penais

- 1.4.1 Caracteres
- 1.4.2 Classificações
- 1.4.3 Norma penal em branco
- 1.4.4 Interpretação da lei penal

- 1.4.5 A analogia para o direito penal: regra e exceções
- 1.4.6 Espécies de Interpretação
- 1.4.7 Elementos de Interpretação
- 1.4.8 Vigência e revogação da lei penal

UNIDADE II - APLICAÇÃO DA LEI PENAL

- 2.1 Princípio da legalidade (art. 1º, CP e art. 5º, XXXIX, CRFB)
 - 2.1.1 Conceito e histórico
 - 2.1.2 Princípios: reserva legal, taxatividade e anterioridade
- 2.2 A lei penal no tempo (art. 2º, CP e art. 5º, XL, CRFB/88)
 - 2.2.1 Introdução
 - 2.2.2 Princípios da lei penal no tempo: retroatividade benéfica e irretroatividade
 - 2.2.3 *Novatio legis* incriminadora
 - 2.2.4 *Abolito criminis*
 - 2.2.5 *Novatio legis in pejus*
 - 2.2.6 Crimes permanentes e continuados
 - 2.2.7 *Novatio legis in melius*
 - 2.2.8 Lei intermediária
 - 2.2.9 Combinação de leis penais
 - 2.2.10 Competência para a aplicação da lei mais benéfica
 - 2.2.11 Leis temporárias e excepcionais (art. 3º, CP)
 - 2.2.12 A retroatividade e a lei penal mais branda
 - 2.2.13 Retroatividade e a lei processual: *tempus regit actum* (art. 2º, CPP)
 - 2.2.14 Tempo do crime (art. 4º, CP)
- 2.3 Lei penal no espaço
 - 2.3.1 Introdução
 - 2.3.2 Princípios de aplicação da lei penal no espaço
 - 2.3.3 Territorialidade (art. 5º, CP)
 - 2.3.4 Conceito de território
 - 2.3.5 Lugar do crime (art. 6º, CP)
 - 2.3.6 Extraterritorialidade incondicionada (art. 7º, I, CP)
 - 2.3.7 Extraterritorialidade condicionada (art. 7º, II, CP) e “hipercondicionada” (art. 7º, § 3º, CP)
 - 2.3.8 Pena cumprida no estrangeiro (art. 8º, CP)
- 2.4 Lei penal em relação às pessoas
 - 2.4.1 Introdução
 - 2.4.2 Imunidades diplomáticas e consulares
 - 2.4.3 Imunidades constitucionais (art. 53, CRFB; art. 27, § 1º, CRFB; art. 29, VIII, CRFB).
 - 2.4.7 Outras prerrogativas
- 2.5 Disposições finais sobre a aplicação da lei penal
 - 2.5.1 Eficácia de sentença estrangeira (art. 9º, CP)
 - 2.5.2 Contagem de prazo (art. 10, CP)
 - 2.5.3 Frações não computáveis na pena (art. 11, CP)
 - 2.5.4 Legislação especial (art. 12, CP)

UNIDADE III - FATO TÍPICO

- 3.1 Conceito de crime
 - 3.1.1 Introdução
 - 3.1.2 Conceito formal

- 3.1.3 Conceito material
- 3.1.4 Conceito analítico
- 3.1.5 Características do crime sob o aspecto formal
- 3.1.6 Requisitos, elementos e circunstâncias do crime
- 3.1.7 Princípios ligados ao fato típico
- 3.1.8 O crime na teoria geral do direito
- 3.1.9 O tipo penal
- 3.1.10 Teoria da imputação objetiva
- 3.2 Fato típico
 - 3.2.1 Elementos
 - 3.2.2 Conduta
 - 3.2.3 Conceito, características e elementos da conduta
 - 3.2.4 Causas de ausência de conduta
 - 3.2.5 Formas de realização da conduta: Ação e omissão
 - 3.2.6 Teorias da conduta
 - 3.2.7 A omissão penalmente relevante
 - 3.2.8 Omissão própria e imprópria (art. 13, § 2º, CP): características e consequências.
 - 3.2.9 O resultado
 - 3.2.10 Relação de causalidade (art. 13, CP)
 - 3.2.11 Causa superveniente (art. 13, § 1º, CP)
 - 3.2.12 Tipicidade
 - 3.2.13 Conflito aparente de normas
- 3.3 Sujeitos e objetos do crime
 - 3.3.1 Sujeito ativo
 - 3.3.2 Capacidade penal do sujeito ativo
 - 3.3.3 Capacidade especial do sujeito ativo
 - 3.3.4 Sujeito passivo
 - 3.3.5 Casos especiais
 - 3.3.6 Objeto jurídico
 - 3.3.7 Objeto material
- 3.4 Título e classificação das infrações penais
 - 3.4.1 Classificação dos crimes
 - 3.4.2 Crime, delito e contravenção
 - 3.4.3 Crimes instantâneos, permanentes e instantâneos de efeitos permanentes
 - 3.4.4 Crimes comissivos, omissivos próprios e impróprios
 - 3.4.5 Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos
 - 3.4.6 Crimes simples, qualificados e privilegiados
 - 3.4.7 Crimes progressivos e progressão criminosa
 - 3.4.8 Crime habitual e crime profissional
 - 3.4.9 Crime exaurido
 - 3.4.10 Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes
 - 3.4.11 Crimes materiais, formais e de mera conduta
 - 3.4.12 Crimes de dano e de perigo
 - 3.4.13 Crime complexo
 - 3.4.14 Crimes comuns, crimes próprios e crimes de mão própria
 - 3.4.15 Crimes principais e crimes acessórios
 - 3.4.16 Crimes vagos
 - 3.4.17 Crimes comuns e crimes políticos
 - 3.4.18 Crimes militares
 - 3.4.19 Crimes transeuntes e crimes não transeuntes

3.5 Crime doloso

- 3.5.1 Teorias sobre o dolo
- 3.5.2 Conceito e elementos do dolo
- 3.5.3 Dolo no Código Penal (art. 18, I, CP)
- 3.5.4 Tipo subjetivo
- 3.5.5 Elementos subjetivos do tipo
- 3.5.6 Espécies de dolo
- 3.5.7 Dolo e pena

3.6 Crime culposo (art. 18, II, CP)

- 3.6.1 Conceito de culpa
- 3.6.2 Conduta
- 3.6.3 Dever de cuidado objetivo
- 3.6.4 Resultado
- 3.6.5 Previsibilidade
- 3.6.6 Tipicidade
- 3.6.7 Modalidades de culpa
- 3.6.8 Espécies de culpa
- 3.6.9 Graus da culpa
- 3.6.10 Compensação e concorrência de culpas
- 3.6.11 Excepcionalidade do crime culposo (art. 18, p. único, CP)

3.7 Crimes qualificados pelo resultado

3.8 Crime consumado e tentativa

- 3.8.1 Consumação (art. 14, I, CP)
- 3.8.2 *Iter criminis* e tentativa (art. 14, II, CP)
- 3.8.3 Elementos da tentativa
- 3.8.4 Punibilidade da tentativa (art. 14, p. único, CP)
- 3.8.5 Inadmissibilidade da tentativa
- 3.8.6 Desistência voluntária, arrependimento eficaz (art. 15, CP) e arrependimento posterior (art. 16, CP)
- 3.8.7 Crime impossível (art. 17, CP)
- 3.8.8 Crime putativo e crime provocado

3.9 Erro de tipo (art. 20, *caput*, CP)

- 3.9.1 Conceito
- 3.9.2 Erro sobre elementos do tipo
- 3.9.3 Erro culposo
- 3.9.4 Erro provocado por terceiro (art. 20, § 2º, CP)
- 3.9.5 Erro sobre a pessoa (art. 20, § 3º, CP)

UNIDADE IV - ANTIJURIDICIDADE

4.1 Antijuridicidade

- 4.1.1 Caráter da Antijuridicidade
- 4.1.2 Exclusão da Antijuridicidade
- 4.1.3 Causas *supralegais* de exclusão da Antijuridicidade

4.2 Estado de necessidade (art. 24, CP)

- 4.2.1 Conceito
- 4.2.2 Requisitos

4.2.3 Exclusão do estado de necessidade

4.2.4 Excesso

4.2.5 Estado de necessidade putativo

4.3 Legítima defesa (art. 25, CP)

4.3.1 Conceito e fundamento

4.3.2 Agressão atual ou iminente e injusta

4.3.3 Direito próprio ou alheio

4.3.4 Uso moderado dos meios necessários e inevitabilidade da agressão

4.3.5 Elemento subjetivo

4.3.6 Excesso

4.3.7 Legítima defesa recíproca

4.3.8 Legítima defesa putativa

4.4 Estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de direito

4.4.1 Conceito e fundamento

4.4.2 Violência esportiva

4.4.3 Ofendículos

4.4.4 Intervenções médicas e cirúrgicas

4.4.5 Consentimento do ofendido

UNIDADE V - CULPABILIDADE

5.1 Culpabilidade

5.1.1 Teorias e conceito

5.1.2 Elementos da culpabilidade

5.1.3 Exclusão da culpabilidade

5.1.4 Evolução do conceito de culpabilidade

5.2 Erro de proibição (art. 21, CP)

5.2.1 Introdução

5.2.2 Desconhecimento da lei

5.2.3 Erro sobre a ilicitude do fato

5.2.4 Descriminantes putativas (art. 20, § 1º, CP)

5.2.5 Erro provocado nas discriminantes putativas

5.3 Coação irresistível e obediência hierárquica (art. 22, CP)

5.3.1 Coação física irresistível

5.3.2 Coação moral irresistível

5.3.3 Obediência hierárquica

5.4 Imputabilidade (art. 26, CP)

5.4.1 Sistemas e conceito

5.4.2 Inimputabilidade por doença mental

5.4.3 Inimputabilidade por desenvolvimento mental incompleto ou retardado

5.4.4 Culpabilidade diminuída e *actio libera in causa*

5.5 Menoridade (art. 27, CP e art. 228, CRFB)

5.5.1 Menoridade penal

5.5.2 Tempo da maioridade

5.5.3 Legislação especial

5.6 Emoção, paixão e embriaguez (art. 28, CP)

5.6.1 Conceito

- 5.6.2 Emoção ou paixão e aplicação da pena
- 5.6.3 *Actio libera in causa* e responsabilidade objetiva na embriaguez
- 5.6.4 Embriaguez fortuita
- 5.6.5 Tipos de embriaguez

UNIDADE VI - CONCURSO DE PESSOAS

- 6.1 Concurso de pessoas (art. 29, CP)
 - 6.1.1 Introdução
 - 6.1.2 Teorias
 - 6.1.3 Requisitos
 - 6.1.4 Punibilidade no concurso de agentes
 - 6.1.5 Concurso de pessoas e crimes por omissão
 - 6.1.6 Co-autoria em crime culposos
 - 6.1.7 Autoria
 - 6.1.8 Co-autoria
 - 6.1.9 Autoria mediata
 - 6.1.10 Autoria incerta e colateral
 - 6.1.11 Participação
 - 6.1.12 Participação de menor importância (art. 29, § 1º, CP)
 - 6.1.13 Cooperação dolosamente distinta (art. 29, § 2º, CP)
 - 6.1.14 Qualificadoras e agravantes (art. 62, CP)
 - 6.1.15 Comunicabilidade (art. 30, CP)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código penal comentado**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. São Paulo: Impetus, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUSATO, Paulo César. **Direito penal**. Ed. Atlas, São Paulo, 2.ª Ed., 2015.

DIAS, Jorge de Figueiredo. **Questões fundamentais: a doutrina geral do crime**. Parte geral, tomo I. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2ª Ed., 2007.

GRECO, Luís. **Um panorama da teoria da imputação objetiva**. Revista dos Tribunais: São Paulo, 4ª Ed., 2014

GRECO, Luís; TÓRTIMA, Fernanda Lara. **O bem jurídico como limitação do poder estatal de incriminar?** Lumen juris: Rio de Janeiro, 2ª Edição, 2016.

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2015.

MASSON, Cléber. **Direito penal, parte geral**. Forense: São Paulo, 10ª Ed., 2016.

REID, Tiago de Lima Santos. **Direito penal, parte geral. Exercícios: lei penal, teoria do crime e consequências jurídicas**. Brasil Multicultural: Campos dos Goytacazes, 2018.

ROXIN, Claus. **Estudos de direito penal**. Renovar: Rio de Janeiro. Tradução de Luís Greco, 2006.

ROXIN, Claus. **Novos estudos de direito penal**. Marcial Pons: São Paulo, Trad. Alaor Leite, 2014.

Programa de DIREITO CIVIL I

2º período: 80h/a

Aula: Teórica

EMENTA

Estrutura do Código Civil Brasileiro e sua relação com a Constituição da República de 1988. Direitos da personalidade. Bens. Fato jurídico. Negócio jurídico. Ato ilícito. Prescrição e decadência.

OBJETIVOS

Habilitar o futuro operador do Direito ao exercício das funções que lhe forem atribuídas na órbita da teoria geral do Direito Civil. Analisar os institutos básicos do Direito Civil, diante da perspectiva civil – constitucional.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – ESTRUTURA DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO DE 2002

- 1.1 O Código Civil brasileiro vigente (Código Civil de 2002)
 - 1.1.1 Estrutura e conteúdo
 - 1.1.2 Paradigmas e Vetores (princípios básicos)
- 1.2 O Direito Civil e a nova Ordem Constitucional de 1988
 - 1.2.1 Constitucionalização do Direito Civil (filtragem constitucional)
 - 1.2.2 Eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais
- 1.3 Microssistemas e diálogo das fontes

UNIDADE II – PESSOAS NATURAIS

- 2.1 Noções Gerais
- 2.2 Personalidade Jurídica
 - 2.2.1 Aquisição (o nascituro e as teorias explicativas)
 - 2.2.2 Capacidade e Legitimidade
 - (Incapacidades: Absoluta e relativa; Modos de suprimento da incapacidade; Proteção aos incapazes; Cessação da incapacidade)
 - 2.2.3 Extinção
 - (Morte presumida e Comori ncia)
- 2.3 Domicílio da pessoa física ou natural

UNIDADE III - PESSOAS JURÍDICAS

- 3.1 Noções Gerais
- 3.2 Natureza jurídica: teorias
- 3.3 Classificação
- 3.4 Requisitos para constituição (entes despersonalizados e começo da existência)
- 3.5 Responsabilidade das pessoas jurídicas
- 3.6 Desconsideração da pessoa jurídica (*Disregard Doctrine*)
- 3.7 Extinção da pessoa jurídica
- 3.8 Domicílio da pessoa jurídica

UNIDADE IV – DIREITOS DA PERSONALIDADE

- 4.1 Direitos da personalidade na Constituição da República de 1988
- 4.2 Noções Gerais e natureza jurídica
- 4.3 Características
- 4.4 Classificação (Aspectos dos Direitos da Personalidade):
 - 4.4.1 Cláusula Geral de proteção da personalidade (Dignidade da Pessoa Humana)
 - 4.4.2 Direito à integridade FÍSICA (tutela jurisdicional do corpo)
 - 4.4.3 Direito à integridade PSÍQUICA (tutela jurisdicional dos valores imateriais)
 - 4.4.4 Direito à integridade INTELECTUAL (tut. jurisd. da inteligência humana)
- 4.5 Algumas das espécies (rol exemplificativo):
 - 4.5.1 Direito à vida
 - 4.5.2 Direito à integridade física
 - 4.5.3 Direito ao corpo: transfusão; tratamento médico de risco; transplante
 - 4.5.4 Direito ao corpo sem vida: tutela civil e penal
 - 4.5.4 Direito ao nome
 - 4.5.5 Direito à imagem
 - 4.5.6 Direito à voz
 - 4.5.7 Direito à liberdade
 - 4.5.8 Direito à intimidade
- 4.6 Da violação dos direitos da personalidade: extensão e reflexões na ordem civil

UNIDADE V - BENS

- 5.1 Noções Gerais
- 5.2 Classificação
 - 5.2.1 Bens considerados em si mesmo
 - 5.2.2 Bens reciprocamente considerados
 - 5.2.3 Bens quanto ao titular do domínio
 - 5.2.4 Bens quanto à possibilidade de serem ou não comercializados.
- 5.3 Noções gerais do Bem de Família

UNIDADE VI – TEORIA GERAL DOS FATOS JURÍDICOS

- 6.1 Fato jurídico em sentido amplo
 - 6.1.1 Noções Gerais
 - 6.1.2 Espécies
- 6.2 Ato jurídico em sentido estrito
- 6.3 Ato-fato jurídico
- 6.4 Negócio Jurídico
- 6.5 Aquisição de direitos
- 6.6 Conservação / Defesa de direitos
- 6.7 Modificação de direitos

6.8 Extinção de direitos

UNIDADE VII – NEGÓCIO JURÍDICO

- 7.1 Noções Gerais
- 7.2 Classificação do negócio jurídico
- 7.3 Interpretação do negócio jurídico
- 7.4 Os diferentes Planos Jurídicos (da existência, validade e eficácia)
- 7.5 Defeitos do negócio jurídico
 - 7.11.1 Erro ou ignorância
 - 7.11.2 Dolo
 - 7.11.3 Coação
 - 7.11.4 Estado de perigo
 - 7.11.5 Lesão
 - 7.11.6 Fraude contra credores
- 7.6 Teoria da Invalidade do negócio jurídico
 - 7.6.1 Noções Gerais e classificação
 - 7.6.2 Características, espécies, causas e efeitos
- 7.7 Abuso de Direito
 - 7.7.1 - Noções Gerais
 - 7.7.2 – Modalidades específicas de atos abusivos
(*venire contra factum proprium; supressio e surrectio; tu quoque; substantial performance; violação positiva do contrato; duty to mitigate the loss*).

UNIDADE VIII – ATOS ILÍCITOS

- 8.1 Noções Gerais e elementos
- 8.2 Efeitos jurídicos decorrentes da ilicitude
- 8.3 Excludentes de ilicitude

UNIDADE IX – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

- 9.1 Noções Gerais, requisitos e distinções
- 9.2 Causas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição
- 9.3 Prazos prescricionais
- 9.4 Prazos decadenciais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2017.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2018.
- NEGRÃO, Theotonio. **Código Civil e Legislação Civil em Vigor**. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- GAGLIANO, Pablo Stolze. **Manual de Direito Civil**. São Paulo Saraiva, 2017.
- TEPEDINO, Gustavo (coord.) **A parte Geral do Novo Código Civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE LÓGICA E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA
2º PERÍODO: 60H/A
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Lógica Formal. Dedução. Indução. Analogia. Utilidade do Raciocínio Jurídico. A questão da existência da lógica jurídica. Lógica Analítica e lógica do razoável. Nova Retórica. Argumentação e Tópica. Argumentos Jurídicos.

OBJETIVOS

Desenvolver o raciocínio jurídico e a argumentação, a partir da compreensão e análise das estruturas lógicas e da retórica.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Resolução de problemas de lógica. Estudo de casos. Análise dos argumentos jurídicos a partir de peças processuais e jurisprudências. Elaboração de textos jurídicos.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I- O EMBRIÃO DA LÓGICA

- 1.1.A revolução operada pelo “homo sapiens” e pelo “homo symbolicus”.
- 1.2.Da dialética de Zenão de Eléia dos filósofos clássicos.
- 1.3.A procura das leis ideais do pensamento.
- 1.4.Da racionalidade dialética dos filósofos clássicos às habilidades oratórias e retóricas dos sofistas.
- 1.5.A lógica dialética-sofística.

UNIDADE II- LÓGICA FORMAL.

- 2.1 As bases formais da Lógica Analítica
- 2.2 Lógica Dedutiva.
- 2.3 Lógica Indutiva.
- 2.4 A Lógica Formal e sua utilidade no raciocínio jurídico.

UNIDADE III- O ASPECTO LÓGICO DO DISCURSO JURÍDICO.

- 3.1 O discurso e as suas modalidades, segundo Aristóteles
- 3.2 Os discursos retórico, dialético e demonstrativo.
- 3.3 Os discursos epidíctico, deliberativo e jurídico no âmbito da retórica.
- 3.4 O discurso jurídico pensado dialeticamente e desenvolvido formalmente.
- 3.5 A hermenêutica textual no discurso jurídico.
- 3.6 Os âmbitos da argumentação jurídica.

UNIDADE IV– O PONTO DE PARTIDA DA ARGUMENTAÇÃO

- 4.1 O exórdio e o seu forte poder persuasivo.
- 4.2 Da persuasão ao convencimento.
- 4.3 Como proceder para que a argumentação alcance o envolvimento do auditório.
- 4.4 O Aspecto ambíguo dos fatos e das verdades.
- 4.5 As presunções.
- 4.6 Os valores.

UNIDADE V– ARGUMENTOS LÓGICOS E ARGUMENTOS QUASE-LÓGICOS

- 5.1 Aspectos negativos do argumento legalista desenvolvido sob o prisma da lógica formal.
- 5.2 Argumentos *a fortiori*.
- 5.3 Argumentação por identificação.
- 5.4 Argumento de reciprocidade.
- 5.5 Argumento de transitividade.
- 5.6 Argumento por comparação
- 5.7 Argumento baseado nas relações de causalidade
- 5.6 A interação dos argumentos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTILHO, Ricardo. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2017.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, Fernando Antonio de Souza. **O direito de litigar sem advogado**: argumentação jurídica e colisão de direitos fundamentais na disciplina da capacidade postulatória em juízo. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

NUNES, Rizatto. **Manual de Filosofia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. **Argumentação contra legem**: a teoria do discurso e a justificação jurídica nos casos difíceis. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. **Hermenêutica e Argumentação**: Uma contribuição ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Roteiro de Lógica Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2001.

MENDONÇA, Paulo Roberto Soares. **A argumentação nas decisões judiciais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

CURSO DE DIREITO
PORTUGUÊS INSTRUMENTAL
2º PERÍODO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA

Prática de leitura e produção de textos de diversos gêneros. Noções fundamentais sobre estrutura conteúdo: coesão, coerência, clareza, informatividade e adequação.

OBJETIVOS

Propiciar situações que permitam ao aluno a caracterização de textos a partir de sua funcionalidade. Desenvolver competências de leitura e a produção de textos, a partir do estudo de aspectos fundamentais que constituem os diferentes gêneros textuais. Oportunizar situações para que o aluno possa rever e refletir sobre seu próprio trabalho, exercitando atividades de análise, crítica e reelaboração.

PROGRAMA.

1. Leitura –
 - 1.1 Estratégias de leitura
 - 1.2 Tipologia e gêneros textuais
 - 1.3 Qualidades do texto: clareza e adequação
 - 1.4 Fatores da textualidade: coesão e coerência textual
 - 1.5 Intertextualidade: discurso citado.
2. Língua –
 - 2.1 O que é língua?
 - 2.2 Linguagem, discurso e poder.
 - 2.3 O que é discurso?
 - 2.4 A linguagem literária
 - 2.5 Tópicos de Análise do Discurso
 - 2.6 A língua e a filosofia da linguagem

METODOLOGIA

Aula expositiva, prática interativa de análise de texto, seminário, discussão de temas propostos.

AValiação

Avaliação individual escrita, produções textuais, participação nas aulas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES. Lutar com palavras. Coesão e coerência. 13.ed. São Paulo: Parábola, 2005.

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. Nova edição revista ampliada pelo autor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

KOCHE, Vanilda Salton. Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MAGALHÃES, Mônica. Os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2017.

PLATÃO E FIORIN. Lições de texto: leitura e redação. 4.ed. São Paulo: Ática, 2005.

_____. Para entender o texto: leitura e redação. 16.ed. São Paulo: Ática, 2006.

TERRA, Ernani. Da Leitura Literária à produção de textos. São Paulo: Contexto, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KOCH, Ingedore. Argumentação e Linguagem. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Ler e Escrever: Estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.

ANTUNES. Análise de textos. Fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.

ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos. São Paulo: Pontes, 2015.

Disponível em pdf: <https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2015/07/orlandi-eni-p-anc3a1lise-do-discurso-princc3adpios-procedimentos.pdf>

ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.) Análise do Discurso: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011.

BRANDÃO, Helena. Introdução à Análise do Discurso. Campinas: Unicamp, 2006. Disponível em pdf: http://www.sergiofreire.pro.br/ad/BRANDAO_IAD.pdf

WITTGENSTEIN, Ludwig. Investigações Filosóficas. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

CURSO DE DIREITO

Programa de DIREITO E MULTICULTURALISMO

2º período: 40h/a

Aula: Teórica

EMENTA

O Direito como ciência normativo-social na perspectiva de minimizar e solucionar os problemas oriundos das visões monoculturalistas, ressaltando-se as contribuições dos exercícios da diferença, da identidade, do reconhecimento da interseccionalidade e do multiculturalismo.

Neste sentido, torna-se imprescindível o debate com foco na efetivação do princípio constitucional da igualdade e da formulação de políticas públicas, através da implementação das ações afirmativas como métodos de superação das desigualdades social, étnico-raciais e religiosa, ensejadoras do respeito ao multiculturalismo.

OBJETIVOS

Analisar os conceitos de cultura, monocultura, policultura, multiculturalismo, identidade, diferença, igualdade, desigualdade e diversidade. Investigar o quadro da situação das desigualdades sociais, étnico-raciais e do reconhecimento da interseccionalidade e aplicação do multiculturalismo no Brasil. Compreender o Direito como ciência normativo-social na busca da efetivação do respeito à diversidade social, étnico-racial e religiosa e ao princípio constitucional da igualdade no Brasil numa perspectiva multiculturalista.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leituras e discussões de livros, artigos, reportagens. Exibição e debate de filmes e documentários relacionadas à temática da disciplina. Estudos de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas e trabalho (s) acadêmicos individuais ou coletivos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I - CULTURA E MULTICULTURALISMO

- 1.1. Introdução
- 1.2. Cultura, monocultura, policultura e multiculturalismo
- 1.3. Identidade e diferença
- 1.4. Igualdade, desigualdade e diversidade cultural
- 1.5. Origens do multiculturalismo
- 1.6. Modalidades de multiculturalismo
 - 1.6.1. Multiculturalismo conservador
 - 1.6.2. Multiculturalismo liberal
 - 1.6.3. Multiculturalismo liberal de esquerda
 - 1.6.4. Multiculturalismo crítico

UNIDADE II - MULTICULTURALISMO E A QUESTÃO RACIAL

- 2.1. Introdução
- 2.2. Origem da palavra *Raça*
- 2.3. Raça, Etnia e Etnocentrismo
- 2.4. Preconceitos racial e social e Xenofobia
- 2.5. Injúria racial e Racismo e Segregação Racial
- 2.6. Racismo institucional ou Racismo estrutural
- 2.7. Diversidade étnico-racial brasileira
- 2.8. As desigualdades étnico-raciais no Brasil

UNIDADE III - O MULTICULTURALISMO E A QUESTÃO RELIGIOSA

- 3.1.** Introdução
- 3.2.** Diversidade religiosa
- 3.3.** Religião e cultura
- 3.4.** Religião e suas interfaces com as diferentes ciências
- 3.5.** Religião como experiência pessoal e universal: espiritualidade e fé
- 3.6.** O fundamentalismo religioso: terrorismo, violência e exclusão
- 3.7.** Estado e Laicidade
- 3.8.** Interseccionalidade e multiculturalismo
- 3.9.** Tolerância, intolerância e inclusão
- 3.10.** O Direito à diferença e ao respeito

UNIDADE IV - O MULTICULTURALISMO E A AÇÃO AFIRMATIVA

- 4.1.** Introdução
- 4.2.** A Gênese da Ação Afirmativa
- 4.3.** Conceitos e Objetivos da Ação Afirmativa
- 4.4.** Histórico da Ação Afirmativa
- 4.5.** A Recepção da Ação Afirmativa no Direito Brasileiro
- 4.6.** Implementação das Ações Afirmativas no Brasil - Fontes Normativas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMPILONGO, C. F. **Direito e Diferenciação Social**. São Paulo: Saraiva, 2011.

COELHO, Marcus Vinícius Furtado. **Liv. DIG - Criminologia do Preconceito Liv DIG - Criminologia do Preconceito**. São Paulo: Saraiva, 2017.

JUBILUT, Liliana Lyara; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco; MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **Direito à diferença: Aspectos de proteção específica às minorias e aos grupos vulneráveis. Volume 2**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTOS, Christiano. Jorge. **Crimes de preconceito e de discriminação**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. 13.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. 82p., il. Primeiros passos v.8.

TRINDADE, Azoilda Loretto da; SANTOS, Rafael. (Orgs.). **Multiculturalismo: mil e uma faces da escola. O sentido da escola**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARNIO, Henrique Garbellini. **Direito e Antropologia**. São Paulo: Saraiva, 2013.

COUTINHO, Diogo Rosenthal. **Direito, desigualdade e desenvolvimento**. São Paulo: Saraiva, 2013.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. **Série ddj - Pensar o Brasil - Problemas nacionais à luz do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2012.

REALE, Miguel. **Cinco Temas do Culturalismo**. São Paulo: Saraiva, 2013.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Rousseau: discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens / Discurso sobre a ciência e as artes.** São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SARMENTO, George.; CRUZ, Ariele Chagas; SEIXAS, Taysa Matos. **Direitos Humanos Fundamentais: estudos sobre o Artigo 5º da Constituição de 1988.** São Paulo: Saraiva, 2014.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO CONSTITUCIONAL I
3º PERÍODO: 60H/A
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Teoria da Constituição. Da Constituição: objeto, objetivo e método. Normas constitucionais: interpretação e efetividade. Evolução Constitucional do Brasil. Princípios fundamentais. Direitos fundamentais. Organização do Estado brasileiro.

OBJETIVOS

Compreender a organização do Estado Brasileiro e seus preceitos constitucionais fundamentais, tendo em vista a ordem jurídica internacional e os direitos humanos. Desenvolver uma visão crítica que contribua para o aprimoramento do Estado e a formação da cidadania.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

- 1.1 Constituição: conceito, objeto, elementos, classificações
- 1.2 Evolução constitucional do Brasil
- 1.3 Tipologia das normas constitucionais: Organizativa ou constitutivas; Declarativas de Direito; Programáticas
- 1.4 Normas constitucionais: interpretação, aplicação e eficácia
- 1.5 Nova Constituição e Ordem Jurídica anterior: recepção; repristinação; desconstitucionalização
- 1.6 Poder constituinte
- 1.7 Princípios fundamentais

UNIDADE II – DIREITOS FUNDAMENTAIS

- 2.1 Teoria Geral dos direitos fundamentais
- 2.2 Aspectos gerais: conceito, natureza jurídica e destinatários
- 2.2 Direitos e deveres individuais e coletivos
- 2.3 Garantias e remédios constitucionais
- 2.4 A Incorporação de tratados internacionais sobre direitos humanos e emenda constitucional
- 2.5 Direitos políticos e partidos políticos

UNIDADE III - ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

- 3.1 Organização político-administrativa: Federação

3.2 União

3.3 Estados –membros

3.4 Municípios, Distrito Federal e Territórios

3.5 Repartição de competências: Legislativa e Administrativa

3.6 Intervenção Federal e Estadual

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

TAVARES, ANDRE RAMOS. **Curso de Direito Constitucional**. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PIOVESAN, Flavia. **Direitos Humanos e Direito Constitucional**. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

FILHO, Manoel Gonçalves Ferreira. **Princípios Fundamentais do Direito Constitucional**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO PENAL II
3º PERÍODO: 80H/A
AULA: TEÓRICA

EMENTA

As penas. Efeitos da condenação. Reabilitação. Medidas de segurança. Ação penal. Extinção da punibilidade.

OBJETIVOS

Habilitar o futuro profissional ao exercício das funções que lhe forem atribuídas na órbita do direito penal, diante da perspectiva penal-constitucional e dos direitos humanos. Compreender a teoria geral do Direito Penal, a fim de aplicá-la aos tipos penas incriminadores em situações concretas.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I - AS PENAS

- 1.1 As penas em geral
 - 1.1.1 Origem
 - 1.1.2 Escolas penais
 - 1.1.3 Conceito, características e classificação.
 - 1.1.4 Sistemas penitenciários
- 1.2 Penas privativas de liberdade
 - 1.2.1 Introdução
 - 1.2.2 Reclusão e detenção
 - 1.2.3 Exame criminológico
 - 1.2.4 Regimes
 - 1.2.5 Regime inicial
 - 1.2.6 Progressão e regressão
 - 1.2.7 Deveres e direitos do preso
 - 1.2.8 Trabalho do preso
 - 1.2.9 Remição
 - 1.2.10 Detração
- 1.3 Penas restritivas de direitos
 - 1.3.1 Classificação
 - 1.3.2 Prestação de serviços à comunidade

- 1.3.3 Interdição temporária de direitos
- 1.3.4 Limitação de fim de semana
- 1.3.5 Cominação
- 1.3.6 Substituição
- 1.3.7 Opções do juiz
- 1.3.8 Conversação
- 1.4 Pena de multa
 - 1.4.1 Conceito e características
 - 1.4.2 Cominação e aplicação
 - 1.4.3 Pagamento da multa
 - 1.4.4 Conversão e revogação
 - 1.4.5 Novidades promovidas pela Lei 13.964/19
- 1.5 Aplicação da pena
 - 1.5.1 Circunstâncias do crime
 - 1.5.2 Circunstâncias judiciais
 - 1.5.3 Circunstâncias agravantes
 - 1.5.4 Reincidência
 - 1.5.5 Agravantes no concurso de agentes
 - 1.5.6 Circunstâncias atenuantes
 - 1.5.7 Fixação da pena
- 1.6 Concurso de crimes
 - 1.6.1 Sistema de aplicação da pena
 - 1.6.2 Concurso material
 - 1.6.3 Concurso formal
 - 1.6.4 Crime continuado
 - 1.6.5 Erro na execução
 - 1.6.6 Resultado diverso do pretendido
 - 1.6.7 Limite das penas
 - 1.6.7.1 Novidades promovidas pela Lei 13.964/19
- 1.7 Suspensão condicional da pena
 - 1.7.1 Conceito e natureza
 - 1.7.2 Pressupostos
 - 1.7.3 Espécies
 - 1.7.4 Condições
 - 1.7.5 Período de provas e efeitos
 - 1.7.6 Revogação e cassação obrigatórias
 - 1.7.7 Revogação e facultativa
 - 1.7.8 Prorrogação do período de prova e extinção da pena
- 1.8 Livramento condicional
 - 1.8.1 Conceito
 - 1.8.2 Pressupostos objetivos
 - 1.8.3 Pressupostos subjetivos
 - 1.8.4 Novidades promovidas pela Lei 13.964/19
 - 1.8.5 Concessão e condições
 - 1.8.6 Revogação obrigatória
 - 1.8.7 Revogação facultativa
 - 1.8.8 Restauração
 - 1.8.9 Prorrogação e extinção

UNIDADE II - EFEITOS DA CONDENAÇÃO

2.1 Efeitos penais

2.1.1 Condenação

2.1.2 Efeitos penais secundários

2.2 Efeitos extrapenais

2.2.1 Espécies

2.2.2 Reparação *ex-delicto*

2.2.3 Efeitos da sentença absolutória

2.2.4 Confisco e alterações promovidas pela Lei 13.964/19

2.2.5 Incapacidade para o exercício do pátrio poder, tutela ou curatela

UNIDADE III - REABILITAÇÃO

3.1 Conceito

3.2 Pressupostos

3.3 Efeitos

3.4 Revogação

UNIDADE IV - MEDIDAS DE SEGURANÇA

4.1 Medidas de segurança em geral

4.1.1 Conceito

4.1.2 Princípios

4.1.3 Pressupostos

4.1.4 Aplicação

4.1.5 Execução e revogação

4.2 Medidas de segurança em espécie

4.2.1 Internação

4.2.2 Tratamento ambulatorial

4.2.3 Aplicação

UNIDADE V - AÇÃO PENAL

5.1 Ação penal pública

5.1.1 Conceito

5.1.2 Ação penal pública

5.1.3 Representação do ofendido

5.1.4 Requisição do Ministro da Justiça

5.1.5 Ação penal no crime complexo

5.1.6 O ofendido e a ação pública

5.2 Ação penal privada

5.2.1 Espécies

5.2.2 Ação privada exclusiva

5.2.3 Ação privada subsidiária

5.2.4 O ofendido e a ação privada

UNIDADE VI - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

6.1 Punibilidade

6.1.1 Conceito

6.1.2 Condições objetivas de punibilidade

6.2 Extinção da punibilidade - I

6.2.1 Causas extintivas

- 6.2.2 Efeitos
- 6.2.3 Causas não previstas no artigo 107 do CP
- 6.2.4 Morte do agente
- 6.2.5 Anistia, graça e indulto
- 6.2.6 *Abolitio criminis*
- 6.2.7 Decadência e perempção
- 6.2.8 Renúncia e perdão do ofendido
- 6.2.9 Perdão judicial

UNIDADE VII - PRESCRIÇÃO

- 7.1 Conceito e espécies
- 7.2 Prazos da prescrição da pretensão punitiva
- 7.3 Prazos da prescrição da pretensão executória
- 7.4 Redução dos prazos (art. 115, CP)
- 7.5 Início do prazo da prescrição da pretensão punitiva
- 7.6 Início do prazo da prescrição da pretensão executória
- 7.7 Interrupção do prazo de prescrição da pretensão executória
- 7.8 Comunicabilidade das causas de interrupção
- 7.9 Suspensão do prazo
- 7.10 Novidades promovidas pela Lei 13.964/19
- 7.11 Prescrição intercorrente (art. 110, §§1º e 2º)
- 7.12 Prescrição retroativa e a Lei 12.234/10

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: Parte geral. São Paulo: Saraiva, 2017.
- CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: Parte geral. São Paulo: Saraiva, 2017
- GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**: Parte Geral. São Paulo: Impetus, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- AZEVEDO, David Teixeira de. **Dosimetria da pena**: causas de aumento e diminuição. São Paulo: Malheiros, 2002.
- BECCARIA, Cesare, Marchesi di. **Dos delitos e das penas**. Trad. De Paulo M de Oliveira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.
- GONÇALVES, Vitor Eduardo Rios; Estefam, André. **Direito Penal esquematizado** - parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2017.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. São Paulo: RT, 2010.
- SCHMITT, Ricardo Augusto. **Sentença penal condenatória: teoria e prática**. Juspodvm: Salvador, 14ª Edição, 2020.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO CIVIL II
3º PERÍODO: 80H/A
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Direito das obrigações. Obrigação. Obrigações de dar. Obrigações de fazer. Obrigações de não fazer. Obrigações alternativas. Obrigações divisíveis e indivisíveis. Obrigações solidárias. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações.

OBJETIVOS

Habilitar o futuro profissional ao exercício das funções que lhe forem atribuídas na órbita das relações obrigacionais. Compreender a importância da teoria das obrigações diante da perspectiva civil – constitucional. Analisar a influência do direito das obrigações na vida econômica da sociedade contemporânea.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

- 1.1 Conceito e objeto
- 1.2 Importância
- 1.3 Características principais
- 1.4 Distinção entre direitos obrigacionais ou pessoais e direitos reais

UNIDADE II - OBRIGAÇÃO

- 2.1 Conceito e natureza jurídica
- 2.2 Características e elementos constitutivos da obrigação
- 2.3 Fontes das obrigações
- 2.4 Distinção entre obrigação e responsabilidade
- 2.5 Classificação das obrigações

UNIDADE III - OBRIGAÇÕES DE ENTREGA DE COISA

- 3.1 Conceito
- 3.2 Classificação.
- 3.3 Obrigação de dar coisa certa
 - 3.3.1 Conceito e natureza jurídica
 - 3.3.2 Obrigação de entregar e obrigação de restituir
 - 3.3.3 Riscos
- 3.4 Obrigação de dar coisa incerta
 - 3.4.1 Conceito e natureza jurídica
 - 3.4.2 Escolha e concentração
 - 3.4.3 Riscos

UNIDADE IV - OBRIGAÇÕES DE FAZER

- 4.1. Conceito e objeto

- 4.2 Natureza jurídica
- 4.3 Distinção entre obrigação de dar e de fazer
- 4.4 Espécies
- 4.6 Obrigações de meio e resultado
- 4.7 Riscos e responsabilidade

UNIDADE V - OBRIGAÇÕES DE NÃO FAZER

- 5.1 Conceito e natureza jurídica
- 5.2 Riscos e responsabilidade

UNIDADE VI - OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS

- 6.1 Conceito.
- 6.2. Distinção entre obrigações cumulativas, alternativas e facultativas.
- 6.3. Direito de escolha.
- 6.4 A concentração
- 6.5 Impossibilidade das prestações.

UNIDADE VII - OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS

- 7.1. Conceito.
- 7.2. Espécie de indivisibilidade
- 7.3. Análise das espécies em face da unicidade e pluralidade de credores ou devedores
- 7.4 Efeitos da divisibilidade e indivisibilidade da prestação
- 7.5 Perda da indivisibilidade

UNIDADE VIII - OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS

- 8.1 Conceito e características
- 8.2 Natureza jurídica da solidariedade
- 8.3 Distinção entre solidariedade e indivisibilidade.
- 8.4 Princípios comuns à solidariedade.
- 8.5 Modalidades de obrigações solidárias.
- 8.6 Solidariedade Ativa
 - 8.6.1 Definição
 - 8.6.2 Efeitos jurídicos
- 8.7 Solidariedade Passiva
 - 8.7.1 Definição
 - 8.7.2 Efeitos jurídicos
- 8.8 Obrigação natural, dívida prescrita e obrigação *propter rem*

UNIDADE IX – TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES

- 9.1. Noções gerais e espécies
- 9.2. Cessão de crédito
- 9.3 Cessão de débito
- 9.4 Cessão de contrato
- 9.5 Assunção de dívida

UNIDADE X - ADIMPLENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.

- 10.1 Pagamento
 - 10.1.1 De quem deve pagar (*solvens*).
 - 10.1.2 Daqueles a quem se deve pagar (*accipiens*).
 - 10.1.3 Objeto do pagamento e sua prova
 - 10.1.4 Lugar do pagamento
 - 10.1.5 Tempo do pagamento

10.2 Pagamento em consignação

10.2.1 Conceito e natureza jurídica.

10.2.2 Requisitos.

10.2.3 Casos de consignação.

10.2.4 Levantamento do depósito.

10.3 Pagamento com sub-rogação

10.3.1 Conceito e natureza jurídica.

10.3.2 Espécies.

10.3.3 Efeitos.

10.4 Imputação do pagamento

10.4.1 Conceito. 10.4.2 Requisitos. 10.4.3 Espécies

10.5. Dação em pagamento

10.5.1 Conceito e natureza jurídica

10.5.2 Requisitos

10.5.3 Evicção

10.6. Novação

10.6.1. Conceito e requisitos

10.6.2 Espécies

10.6.3 Efeitos

10.7 Compensação

10.7.1 Conceito

10.7.2 Espécies

10.7.3 Requisitos

10.7.4 Dívidas não compensáveis

10.7.5 Regras peculiares

10.8 Confusão

10.8.1 Conceito e características

10.8.2 Espécies

10.8.3 Efeitos

10.9 Remissão das dívidas

10.9.1 Conceito e natureza jurídica

10.9.2 Espécies

10.9.3 Casos de remissão presumida

10.9.4 Efeitos

UNIDADE XI - INADIMPLEMTO DAS OBRIGAÇÕES

11.1 Obrigatoriedade dos contratos

11.2 Inadimplemento voluntário

11.3 Mora

11.3.1 Distinção entre mora e inadimplemento

11.3.2 Conceito e constituição

11.3.3 Espécies

11.3.4 Efeitos

11.3.5 Mora *ex re* e mora *ex personae*

11.3.6 Purgação e cessação da mora

11.4 Perdas e danos

11.4.1 Conceito

11.4.2 Dano emergente e lucro cessante

- 11.5 Juros legais
- 11.5.1 Conceito
- 11.5.2 Classificação.
- 11.6 Cláusula penal
- 11.6.1 Conceito e natureza jurídica
- 11.6.2 Funções
- 11.6.3 Espécies
- 11.6.4 Efeitos
- 11.6.5 Cláusula penal e instituto afins
- 11.7 Arras ou sinal
- 11.7.1 Conceito e natureza jurídica
- 11.7.2 Espécies e distinções
- 11.7.3 Funções

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: direito das obrigações**. São Paulo: Saraiva, 2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2018.

TEPEDINO, Gustavo. **Código civil interpretado conforme a Constituição da República**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito das obrigações: parte especial**. De acordo com o novo Código Civil (lei nº 10.406, de 10.01.2002). São Paulo: Saraiva, 2018.

_____. **Direito Civil Esquematizado**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos**. v.2. São Paulo: Atlas, 2007.

CURSO DE DIREITO

PROGRAMA DE HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES

3º Período: 40 h/a

EMENTA

Apresentação da diversidade dos povos originários na América Portuguesa; Análise e interpretação da diversidade cultural e heterogeneidade social no contexto das legislações brasileiras; Os dois lados do Oceano Atlântico (África-Brasil); O processo sócio histórico da diáspora africana para o Brasil; Relações Étnicos-Raciais, História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena; Ações Afirmativas; Justiça Distributiva e Igualdade de condições; Igualdade jurídica Leis Antirracistas (cultura, educação e racismo). Estudos das Leis n.º 10.639/2003 e 11.645/2008; as Diretrizes de 01/2004

OBJETIVOS

Conhecer a história e a cultura afro-brasileira e indígena numa perspectiva sócio histórica. Analisar a pluralidade étnica brasileira ressaltando o sentido da presença e da contribuição dos povos tradicionais (indígenas) e africanos para a formação do Brasil, bem como os processos alienadores e a relevância da consciência negra e dos povos nativos e suas identidades para a democracia no Brasil. Analisar aspectos das legislações brasileiras no que se refere as questões dos negros (africanos e afro-brasileiros) e indígenas na luta pelos seus direitos. Compreender a história afro-brasileira e indígena e sua importância na construção da diversidade étnico racial e étnicos social na política, na econômica e na cultural do Brasil. Refletir sobre o processo de naturalização da pobreza e a formação da sociedade brasileira. Compreender os conceitos de igualdade jurídica e desigualdade social.

METODOLOGIA DE ENSINO

O conteúdo será desenvolvido através de aulas expositivo-dialogadas pelo sistema google meet, e slides em arquivos Power point. Leitura e discussão de textos. Roda de debates interdisciplinares. Trabalho em grupo e seminários.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou/e trabalho(s), apresentação de seminário, artigo sobre as questões da luta pela liberdade e pela equidade social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Diversidade – Leis que determinam o ensino de cultura afro-brasileira e indígena

- 1.1. Lei Federal nº 10.639/03, que altera o art. 26 da LDB de 1996 e Lei Federal nº 11.645/08
- 1.2. Resolução Nº 1/2004
- 1.3. O emperramento e a dificuldade de implementação das referidas leis que esbarram na formação de professores e falta de institucionalização.

UNIDADE II: As diversas Áfricas no Brasil

- 2.1. Um pouco do continente africano (geografia, grupos étnicos, regiões, religiões)
- 2.2. O processo sócio histórico da diáspora africana para o Brasil (principais grupos étnicos africanos que vieram para a América Portuguesa).
- 2.3. O continente africano: perfil histórico e abordagem geopolítica das macrorregiões
- 2.4. Apresentação de mapa para localização dos povos bantos, e sudaneses
- 2.5. Principais elementos das culturas africana no Brasil

UNIDADE III: Os diversos grupos indígenas do Brasil

- 3.1. Histórico dos principais grupos e nações indígenas
- 3.2. Cultura, sociedade, economia
- 3.3. A luta dos povos tradicionais indígenas pela terra (legislações).

UNIDADE IV: Estudo de caso

- 4.1. O indígena Goitacá no contexto da Capitania do Paraíba do Sul
- 4.2. Primeiros habitantes da região.
- 4.3. Características sociais, econômicas, culturais (a partir de textos dos memorialistas, viajantes e cronistas da época).
- 4.4. Outros grupos: Puri, Coroados, Coropó.

UNIDADE V – O negro no processo das legislações

- 5.1. As legislações: Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas
- 5.2. As Leis Abolicionistas (Lei do Ventre Livre/Lei Euzébio de Queiroz/Lei Áurea;
- 5.3. A questão do negro nas Constituições Federais (imperial e nas republicanas)
- 5.4. Afonso Arinos/Lei CAÓ - Lei Carlos Antônio de Oliveira/Lei da Segregação Racial).
- 5.5. O negro no processo constituinte (1987-1988)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAUJO, Ana V. ; et all. **Povos indígenas e a lei dos “brancos”**: o direito à diferença. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

BELLUCCI, Beluce. **Introdução à história da África e da cultura afro-brasileira**. Rio de Janeiro: UCAM, CEAA, CCBB, 2003.

LIDÓRIO, Ronaldo. **Indígenas do Brasil**: avaliando o papel da igreja. São Paulo: Ultimato, 2016.

CUNHA, Manuela C. (Org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras. Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. **Quilombolas**: tradições e cultura de resistência. São Paulo: Aori comunicação, 2006.

BONO, Maria P. de O; BRAGA, Reinaldo. **Evolução Histórica da Normatização Frente ao Preconceito Racial**. Disponível: http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/3mu7MskMXpl4SIu_2015-1-29-21-48-18.pdf.

COSTA e SILVA, Alberto. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. **A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500-1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

_____. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

DEL PRIORE, Mary & VENÂNCIO, Renato Pinto. **Ancestrais: uma introdução à história da África**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

GIORDANI, Mário Curtis. **História da África**: anterior aos descobrimentos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1985

GRUPIONI, Luís D. B. (Org.) **Índios no Brasil**. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 2000.

HERNANDEZ, Leila. **A África na sala de aula**. São Paulo: Selo Negro, 2005

PAES, Mariana A. D. **O tratamento Jurídico dos escravos nas Ordenações Manuelina e Filipinas**. Belo Horizonte: UFMG, s/d. https://www.academia.edu/11655581/O_tratamento_juridico_dos_escravos_nas_Ordenacoes_Manuelinas_e_Filipinas.

_____. Precarização do Direito e da Liberdade no Brasil Império: Estudo do Processo de reescravização de Brasília. São Paulo: USP, s/d. https://www.academia.edu/11655434/Precarizacao_do_direito_e_da_liberdade_no_Brasil_Império_estudo_do_processo_de_reescravizacao_de_Brasília.

SIQUEIRA, Maria de L. (Org.) **Imagens Negras**: ancestralidade, diversidade. Belo Horizonte: Ed. Mazza, 2006.

MAMIGONIAN, Beatriz G. **O Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava: a Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872**. Revista Almanaque nº 2, p.20-37, 2º semestre de 2011. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/alm/n2/2236-4633-alm-02-00020.pdf>.

MARTINEZ, Paulo. **África e Brasil**: uma ponte sobre o Atlântico. São Paulo: Moderna, 1992.

MATTORS, Rejane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dário Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. [Orgs.]. **Breve História da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE FILOSOFIA DO DIREITO
3º PERÍODO: 40H/A
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Principais pensadores da Filosofia do Direito. Objeto de estudo da Filosofia. Filosofia do Direito. Fundamentos éticos do Direito. A Universalidade do Fenômeno Jurídico. O Direito na perspectiva da Teoria da Justiça. Filosofias Jurídicas e as controvérsias atuais.

OBJETIVOS

Geral:

- Desenvolver uma visão crítica do Direito e incentivar a reflexão sobre o fenômeno jurídico;

Específicos:

- Proporcionar ao estudante a estruturação de uma visão crítica do fenômeno jurídico tendo por base o estudo do desenvolvimento do pensamento jusfilosófico ao longo da história;
- Explicitar as dimensões éticas do direito, despertando a consciência nos futuros operadores do Direito;
- Determinar o valor e o sentido do Direito no contexto dos problemas da sociedade contemporânea.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas, reflexões contextualizadas e discussões de textos/jurisprudência dos Tribunais Superiores. Uso de recursos audiovisuais tais como charges, notícias, fotos e filmes que colaborem nas reflexões coletivas sobre os impactos dos temas. Leitura e discussão de. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação dos conhecimentos construídos contínuo e formativo e se dará através da avaliação individual escrita; realização de pesquisas individuais e/ou em grupo (escritos e/ou orais); participação construtiva e compromisso com a dinâmica e o processo educativo proposto pela disciplina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Etapas I:

- Filosofia do Direito na Antiguidade: Platão, Aristóteles;
- Filosofia do Direito na Idade Média: Cristianismo, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino;
- Filosofia do Direito na Idade Moderna: Jusnaturalismo Racionalista; Filósofos contratualistas (Hobbes, Locke, Rousseau), Kant e o Direito racional;
- Filosofia do Direito na Contemporaneidade: Positivismo Jurídico em Hans Kelsen e em Herbert Hart); Direito - Nazista e a crise do Positivismo Jurídico; Pós-positivismo (substancialismo de Ronald Dworkin, o procedimentalismo de Robert Alexy e o pragmatismo de Richard Posner).

Etapas II:

- Direito e Democracia: Habermas;
- Hermenêutica jurídica: tradicional e contemporânea;
- Teorias contemporâneas de justiça: utilitarismo, liberalismo igualitário (John Rawls), comunitarismo, republicanismo e feminismo;
- Temas contemporâneos à luz da Filosofia do Direito (Michael Sandel).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTILHO, R. D. S. Filosofia do Direito. 4ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

REALE, Miguel. Filosofia do Direito. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANDEL, Michael J. Justiça o que é fazer a coisa certa, 13º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ADEODATO, J. M. Filosofia do direito - uma crítica a verdade. 6ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

DIMOULIS, Dimitri. O Caso dos denunciantes invejosos introdução prática às relações entre direito, moral e justiça; São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MOTA, Mauricio. Por que estudar filosofia do direito?: aplicações da filosofia do direito nas decisões judiciais -- Brasília : ENFAM, 2011.

CURSO DE DIREITO
Programa de SUSTENTABILIDADE
40 h
Aula: Teórica

EMENTA

Sustentabilidade. Relação de Consumo, Território, Educação, Desenvolvimento e Sociedade.

OBJETIVOS

Habilitar o cidadão ao exercício das funções que exijam conhecimento sobre sustentabilidade e como alcançar uma sociedade mais equilibrada.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – Introdução a Sustentabilidade

- 1.1 Sustentabilidade: questão de vida ou morte;
- 1.2 As origens do conceito;
- 1.3 Modelos de sustentabilidade.

UNIDADE II Causas e Definições

- 2.1 Causas da insustentabilidade da atual ordem ecológico-social;
- 2.2 Uma definição integradora de sustentabilidade.

UNIDADE III – Sustentabilidade, Terra e Sociedade

- 3.1 Sustentabilidade e Universo;
- 3.2 Sustentabilidade e a Terra;
- 3.3 Sustentabilidade e sociedade.

UNIDADE IV – Sustentabilidade Desenvolvimento Humano

- 4.1 Sustentabilidade e Desenvolvimento;
- 4.2 Sustentabilidade e Educação;
- 4.3 Sustentabilidade e Indivíduos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

WEDY, G. **Desenvolvimento sustentável na era das mudanças climáticas**. São Paulo: Saraiva, 2018. (Biblioteca DIGITAL da Saraiva)

Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações. Organizadores Arnoldo José de Hoyos Guevara. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 228p. (3 exemplares)

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. 1824 p. (5 exemplares)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 2 exemplares

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 2001. 221p. ISBN 85-262-0648-3(2 exemplares.).

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO (AED)
3º PERÍODO: 40 h/a

EMENTA

Análise Econômica do Direito (AED). Histórico de desenvolvimento da Análise Econômica do Direito (*Law and Economics*). Conceitos de Economia. Teoria Microeconômica. Teorema de Coase. Teoria dos Jogos. Aplicação da AED no Direito brasileiro.

OBJETIVOS

Compreender a interação entre áreas de estudo da Economia e do Direito, assim como a base teórica que forma o que hoje se conhece por Análise Econômica do Direito (AED/*Law and Economics*). Possibilitar ao aluno a reflexão sobre a contribuição já realizada para a disciplina no entendimento e aperfeiçoamento do Direito e as oportunidades de modificação da realidade. Aplicar a AED à realidade brasileira.

METODOLOGIA

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Debates a respeito dos conceitos e teorias estudadas em sala de aula. Exposição de trabalhos discentes. Vídeos explicativos disponíveis em plataformas abertas de streaming.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s) por escrito e/ou expositivos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I - Direito e Teoria Econômica

1. O Direito e a Ciência Econômica
2. Noções de Economia
 - 2.1. Noções de Microeconomia
 - 2.2. Noções de Macroeconomia
3. Falhas de Mercado

UNIDADE II - Análise Econômica do Direito

1. História da AED
2. Teorema de Coase
3. Teoria dos Jogos, Cooperação e Coerção

UNIDADE III – Análise Econômica do Direito de Propriedade

1. Conceitos de Direito de Propriedade
2. Aplicação Prática do Teorema de Coase

UNIDADE IV – Análise Econômica do Direito Contratual

1. Conceitos de Direito Contratual
2. Análise Econômica dos Contratos

UNIDADE V – Análise Econômica do Direito Penal

1. Conceitos de Direito Penal e Crime
2. Teoria Econômica do Crime

UNIDADE VI – Tópicos de Análise Econômica do Direito

1. Análise Econômica da Responsabilidade Civil
2. Análise Econômica do Direito do Trabalho
3. Análise Econômica do Direito Administrativo
4. Análise Econômica do Processo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITENCOURT, C. R. **Tratado de direito penal econômico**. São Paulo: Saraiva, 2016.

NEVES, S. D.; VICECONTI, P. **Introdução À Economia**. 12. ed. São Paulo: SARAIVA, 2013.

PINHEIRO, A.C.; PORTO, A.M.; SAMPAIO, P.R.P. (Org.). **Direito e Economia: Diálogos**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

PINHO, D. B.; PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S.; VASCONCELLOS, M. A. S.; JR., R. T.; JR., R. T. **Manual de economia**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PORTO, Antônio Maristello; GAROUPA, Nuno. **Curso de Análise Econômica do Direito**. São Paulo: Atlas, 2020.

TIMM, Luciano Benetti (Org.). **Direito e Economia no Brasil: Estudos sobre a Análise Econômica do Direito**. São Paulo: Editora Foco, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MACKAAY, Ejan. **Análise econômica do direito** / Ejan Mac-kaay, Stéphane Rousseau; tradução Rachel Sztajn. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2015.

SALAMA, B. M. **Análise Econômica Do Direito Contratual - Sucesso Ou Fracasso? Série Direito Em Debate - DDJ**. São Paulo: Saraiva, 2010

SCHAPIRO, M. G. **Direito e Economia na Regulação Setorial - Série Gvlaw**. São Paulo: Saraiva, 2009
COUTINHO, D. R. **Direito e economia política na regulação de serviços públicos**. São Paulo: Saraiva, 2014

ZYLBERSZTAJN, Décio; Sztajn, Rachel. **Direito e Economia: Análise Econômica do Direito e das Organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CURSO DE DIREITO
OFICINA II - PROGRAMA DE ESTADO, DIREITO E CIDADANIA
40 H/A
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Introdução à Teoria Geral do Estado. Institucionalização do poder político: a dicotomia Sociedade / Estado. O Estado e seus elementos constitutivos: soberania, território, povo, finalidade. O processo de globalização e a crise da soberania. O Estado Democrático de Direito a partir de uma abordagem interdisciplinar do Direito e das Ciências Sociais.

OBJETIVOS

Esta disciplina tem o objetivo de habilitar e instrumentalizar a formação teórica dos alunos quanto aos conceitos e institutos básicos que são formadores e construtores do Estado Democrático de Direito.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Exibição de cenas de filmes que dialogam com a temática desta disciplina.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas, fichamentos e resenhas críticas de filmes selecionados para esta disciplina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – AS DIMENSÕES ESPECÍFICAS DO ESTADO

- 1.1 Introdução à Teoria Geral do Estado.
- 1.2 Formação do Estado.
- 1.3 Elementos do Estado: soberania; território, povo, finalidade.
- 1.4 Conceito de Estado.

UNIDADE II – ESTADO, GOVERNO E SOCIEDADE

- 2.1 Aspectos gerais: conceito, natureza jurídica e destinatários.
- 2.2 Elementos caracterizadores da sociedade.
- 2.3 Relação entre estado e sociedade.
- 2.4 Novos paradigmas para o conceito de Estado.

UNIDADE III - ESTADO DE DIREITO.

- 3.1 O Estado Social de Direito.
- 3.2 O Estado Democrático de Direito.
- 3.3 O Estado Constitucional e a globalização.

BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, Norberto - Estado, Governo e Sociedade, São Paulo, Paz e Terra, 4ª ed., 1992.

DALLARI, Dalmo – Elementos de Teoria Geral do Estado, São Paulo, Saraiva.

KELSEN, Hans - Teoria Geral do Direito e do Estado, São Paulo, Martins Fontes, 1995.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. UnB, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARISTÓTELES - *A Política*, São Paulo, Martins Fontes, 1991.

HOBBS, Thomas – *O Leviatã*, São Paulo, Martin Claret, 2002.

KANT, Emmanuel – *Doutrina do Direito*, São Paulo, Ícone, 1993.

LOCKE, John – *Segundo Tratado sobre o Governo*, São Paulo, Ibrasa, 1963.

MILL, John Stuart – *O Governo Representativo*, São Paulo, Ibrasa, 1983.

RANIERI, Nina – Teoria do Estado: do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito. São Paulo, 2013, Manole.

FILMOGRAFIA

Tempos Modernos (Modern Times, Direção: Charles Chaplin, 1936) País: EUA

Rede de Intrigas (Network, Direção: Sidney Lumet, 1976) País: EUA

O Salário do Medo (Salaire de la Peur, Direção: Henri-Georges Clouzot, 1953) País: França

Underground: Mentiras de Guerras (Underground, Direção: Emir Kusturica, 1995) País: Sérvia

O Anjo Exterminador (El Ángel Exterminador, Direção: Luis Buñuel, 1962) País: México

Incêndios (Incendies, Direção: Denis Villeneuve, 2010) País: Canadá e França

Pelos Caminhos do Inferno (Wake in Fright, Direção: Ted Kotcheff, 1971) País: Austrália

Filhos do Paraíso (Bacheha-Ye aseman, Direção: Majid Majidi, 1997) País: Irã

Faça a Coisa Certa (Do The Right Thing, Direção: Spike Lee, 1989) País: EUA

Valsa com Bashir (Vals Im Bashir, Direção: Ari Folman, 2008) País: Israel

CURSO DE DIREITO

Programa de DIREITO CONSTITUCIONAL II

4º período: 60h/a

Aula: Teórica

EMENTA

Organização dos Poderes. Poder legislativo. Poder executivo. Processo legislativo. Controle de constitucionalidade.

OBJETIVOS

Identificar as funções dos Poderes do Estado brasileiro. Compreender o processo legislativo e os mecanismos de controle de constitucionalidade, tendo em vista a preservação do Estado Democrático de Direito.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

- 1.1 Poder legislativo: funções típicas e atípicas
- 1.2 Composição e atribuições da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e Congresso Nacional
- 1.3 Funcionamento do Poder legislativo: CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito)
- 1.4 Função fiscalizadora. Tribunal de Contas da União
- 1.5 Parlamentares: Imunidades, garantias, incompatibilidades, impedimentos e perda de mandato.
- 1.6 Poder executivo: funções típicas e atípicas
- 1.7 Atribuições do Presidente da República
- 1.8 Ministros, Conselho da República e Conselho da Defesa Nacional
- 1.9 Responsabilidade do Presidente da República - Crime de responsabilidade e comuns; Irresponsabilidade: atos estranhos ao exercício das suas funções.
- 1.10 Poder Judiciário: funções típicas e atípicas
- 1.11 Conceito, estrutura, garantias de independência dos órgãos judiciários e o quinto constitucional
- 1.12 Tribunais: STF, STJ, TST, TSE, STM.

UNIDADE II – PROCESSO LEGISLATIVO

- 2.1 Aspectos gerais: conceito, classificação
- 2.2 Processo legislativo ordinário
- 2.3 Espécies normativas

UNIDADE III - CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

- 3.1 Aspectos gerais: conceito, requisitos formais e materiais

- 3.2 Espécies de controle de constitucionalidade: difuso e concentrado
- 3.3 Ação direta de inconstitucionalidade genérica
- 3.4 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva
- 3.5 Ação declaratória de constitucionalidade
- 3.6 Arguição de descumprimento de preceito constitucional

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRANCO, P. G. G.; MENDES, G. F. **Curso de direito constitucional**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

BARROSO, L. R. **Curso de direito constitucional contemporâneo**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2020

LENZA, P. **Direito Constitucional Esquematizado**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MENDES, G. F.; SARLET, I. W.; LTDA, I. C. E. P.; LTDA, I. C. E. P.; CANOTILHO, J. J. G.; LEONCY, L. F.; STRECK, L. L. **Comentários à constituição do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

IDP. B. D. D. P. **Temas Fundamentais do Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2009

TAVARES, A. R. **Curso de direito constitucional**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2021

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO PENAL III
4º PERÍODO: 60H/A
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Introdução à parte especial. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.

OBJETIVOS

Habilitar o futuro profissional ao exercício das funções que lhe forem atribuídas na órbita do direito penal diante da perspectiva constitucional e dos direitos humanos. Identificar os tipos penas incriminadores e aplica-los, em conformidade com os princípios gerais e especiais do Direito Penal.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – INTRODUÇÃO À PARTE ESPECIAL

- 1.1 A parte especial do CP e sua significação.
- 1.2 Classificação legal e doutrinária dos crimes da parte especial do código penal.

UNIDADE II - DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

- 2.1 Homicídio;
- 2.2 Participação em suicídio;
- 2.3 Infanticídio;
- 2.4 Aborto em suas várias formas;
- 2.5 Lesões Corporais;
- 2.6 Periclitação da Vida e da Saúde;
- 2.7 Rixa;
- 2.8 Crimes Contra a Honra;
- 2.9 Crimes Contra a Liberdade Individual;
- 2.10 Dos Crimes Contra a Inviolabilidade do Domicílio;
- 2.11 Dos Crimes Contra a Inviolabilidade de Correspondência;
- 2.12 Dos Crimes Contra a Inviolabilidade dos Segredos;
- 2.13 Dos Crimes Contra a Violação da Intimidade.

UNIDADE III - DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

- 3.1 Furto
- 3.2 Furto de coisa comum;
- 3.3 Roubo e da Extorsão;
- 3.4 Usurpação;
- 3.5 Dano;
- 3.6 Apropriação Indébita;
- 3.7 Estelionato e Outras Fraudes;
- 3.8 Receptação.
- 3.9 Imunidades

UNIDADE IV – DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

UNIDADE V – DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

UNIDADE VI - CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BITENCOURT, C.R. **Tratado de Direito Penal**. v. 2. São Paulo: Saraiva, 2017.
CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. v. 2. São Paulo: Saraiva, 2018.
GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. v. 2. Niterói: Impetus, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ARAÚJO, André Estefam. **Direito Penal**, v.2. São Paulo: Saraiva, 2018.
GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. Niterói, RJ: Impetus, 2014.
JESUS, Damásio. **Código Penal Anotado**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2009.
GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Penal Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2016.
MIRABETE, J.F. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Atlas, 2011.
NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. São Paulo: RT, 2010.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO CIVIL III
4º PERÍODO: 60H/S
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Concepção histórica dos contratos: do início dos tempos até os dias atuais. Visão estrutural do contrato. Princípios fundamentais do direito contratual. Função social do contrato. Formação do contrato. Forma, prova e interpretação dos contratos. Classificação dos contratos. Efeitos dos contratos. Vícios redibitórios. Evicção. Extinção do contrato. Contratos em espécie.

OBJETIVOS

Habilitar o futuro profissional ao exercício das funções que lhe forem atribuídas na órbita das relações contratuais. Compreender a importância do estudo dos contratos diante da perspectiva civil – constitucional. Analisar os institutos básicos da teoria geral dos contratos, bem como os elementos de existência, constitucionalidade, validade e eficácia dos mesmos. Classificar as diferentes modalidades contratuais.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS CONTRATOS – NOÇÕES GERAIS

- 1.1 Concepção histórica do contrato: do início dos tempos até nossos dias.
- 1.2 Contrato no Código Civil de 2002
- 1.3 Perspectiva civil – constitucional do contrato
- 1.4 Conceito e requisitos de validade do contrato
- 1.5 Princípios fundamentais do direito contratual
- 1.6 A função social do contrato
- 1.7 Interpretação dos contratos

UNIDADE II – FORMAÇÃO DOS CONTRATOS

- 2.1 Fases de formação do vínculo contratual
 - 2.1.1 Negociações preliminares (Puntuação)
 - 2.1.2 Proposta de contratar
 - 2.1.3 Aceitação
- 2.2 Momento da conclusão do contrato entre presentes e entre ausentes
- 2.3 Lugar de celebração do contrato

UNIDADE III – CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS:

- 3.1 Contratos unilaterais, bilaterais e plurilaterais
- 3.2 Contratos gratuitos ou benéficos e onerosos
- 3.3 Contratos comutativos e aleatórios
- 3.4 Contratos paritários e de adesão. Contrato – tipo
- 3.5 Contratos de execução instantânea, diferida e de trato sucessivo
- 3.6 Contratos personalíssimo e impessoais
- 3.7 Contratos individuais e coletivos
- 3.8 Contratos principais e acessórios. Contratos derivados
- 3.9 Contratos solenes e não solenes
- 3.10 Contratos consensuais e reais
- 3.11 Contratos preliminares e definitivos
- 3.12 Contratos nominados e inominados, típicos e atípicos, mistos e coligados. União de contratos.

UNIDADE IV – EFEITOS DO CONTRATO

- 4.1 Gerais
 - 4.1.1 Em relação aos contratantes
 - 4.1.2 Quanto à força obrigatória e sua relatividade
 - 4.1.3 Em relação a terceiros: estipulação em favor de terceiro; promessa de fato de terceiro
- 4.2 Particulares
 - 4.2.1 Direito de retenção
 - 4.2.2 Exceção do contrato não cumprido
 - 4.2.3 Vícios redibitórios
 - 4.2.4 Evicção

UNIDADE V – CONTRATOS ALEATÓRIOS

- 5.1 Conceito
- 5.2 Espécies
- 5.3 Risco

UNIDADE VI – CONTRATO PRELIMINAR

- 6.1 Conceito
- 6.2 Requisitos
- 6.3 Efeitos
- 6.4 Aplicação prática

UNIDADE VII – CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR

- 7.1 Conceito e natureza jurídica
- 7.2 Aplicações práticas

UNIDADE VIII – EXTINÇÃO DA RELAÇÃO CONTRATUAL

- 8.1 Extinção natural do contrato
- 8.2 Causas anteriores ou contemporâneas à formação do contrato
- 8.3 Causas supervenientes à formação do contrato
- 8.4 Exceção do contrato não cumprido

UNIDADE IX - TEORIA DA IMPREVISÃO E RESOLUÇÃO POR ONEROSIDADE EXCESSIVA

- 9.1 Distinções
- 9.2 Aplicabilidade

UNIDADE X – CONTRATOS EM ESPÉCIE

10.1 Compra e venda

10.1.1 Conceito, caracteres, elementos constitutivos, consequências jurídicas.

10.1.2 Cláusulas especiais à compra e venda

10.2 Troca ou permuta

10.2.1 Conceito, características jurídicas e objeto. Disposições comuns a compra e venda

10.3 Contrato estimatório:

10.3.1 Conceito e natureza jurídica

10.3.2 Regulamentação legal

10.4 Doação

10.4.1 Conceito

10.4.2 Elementos

10.4.3 Características

10.4.4 Espécies

10.4.5 Invalidade e revogação

10.5 Empréstimo

10.5.1 Conceito

10.5.2 Espécies

10.6 Comodato

10.6.1 Conceito, características e requisitos

10.6.2 Direitos e obrigações das partes

10.6.3 Extinção do comodato

10.7 Mútuo

10.7.1 Conceito, características e requisitos

10.7.2 Direitos e obrigações das partes

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GAGLIANO, Pablo Stolze; Pamplona Filho, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil.** v.3, São Paulo: Saraiva, 2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro.** v. 3. São Paulo: Saraiva, 2018.

LENZA, P ; GONÇALVES, C.R. **Direito Civil Esquematizado.** São Paulo: Saraiva, 2017.

LOBO, Paulo. **Direito Civil. Contratos.** v.3 São Paulo: Saraiva, 2021

NEGRÃO, Theotonio. **Código Civil e Legislação Civil em Vigor.** São Paulo: Saraiva, 2017.

SCHREIBER, Anderson. **Manual de Direito Civil Contemporâneo.** São Paulo: Saraiva, 2021

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AZEVEDO, A.V. **Curso de Direito Civil. Teoria Geral dos Contratos.** São Paulo: Saraiva, 2019.

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor:** o novo regime das relações contratuais. São Paulo: RT, 2005.

MARTINS COSTA, J . **A boa fé no direito privado.** São Paulo: Saraiva, 2018

MONTEIRO, W.de B ; MALUF, C.A.D. **Curso de Direito Civil.** v.5. São Paulo: Saraiva.

NETO LOBO, Paulo Luiz. **Direito Civil:** contratos. São Paulo: Saraiva, 2018.

CURDO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO EMPRESARIAL I
4 ° PERÍODO: 40H/A
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Noções de Direito de Empresa. O empresário. O estabelecimento empresarial. Institutos complementares: registro, nome empresarial, prepostos e escrituração. Títulos de crédito. Letra de Câmbio. Nota promissória. Cheque. Duplicata.

OBJETIVOS

Compreender os conceitos básicos relativos ao Direito Empresarial, bem como as normas atinentes aos títulos de crédito, de modo a permitir a solução dos problemas presentes na aplicação do ordenamento à atividade empresarial.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – TÍTULOS DE CRÉDITO

5.1 - Títulos de crédito. Conceito e características. Classificação.

5.2 - Espécies de títulos de crédito.

5.3 - Letra de câmbio. Lei Uniforme. Conceito. Requisitos. Aceite. Endosso. Aval. Vencimento. Pagamento. Protesto. Ação cambial.

5.4 - Nota promissória. Lei Uniforme. Requisitos.

5.5 - Cheque. Conceito. Requisitos. Circulação. Modalidades. Prazo de apresentação. Prescrição e ação.

5.6 - Duplicata. Duplicata Escritural. Fatura. Requisitos. Causalidade na duplicata mercantil. Aceite.

Protesto. Triplicata. Prescrição e ação.

UNIDADE II – DIREITO EMPRESARIAL

1.1- Conceito e noções empresa.

1.2 - Direito de empresa: conceito, autonomia e história. Suas relações com outros ramos do direito.

1.3 - Fontes do Direito de empresa.

1.4 - Teoria da empresa.

UNIDADE III – O EMPRESÁRIO

- 2.1 - O empresário individual.
- 2.2 - Capacidade.
- 2.3 - A sociedade empresária.
- 2.4 - Obrigações gerais do empresário.

UNIDADE IV – O ESTABELECIMENTO COMERCIAL

- 3.1 - O estabelecimento comercial. Natureza jurídica. Elementos. Atributos.
- 3.2 - Fundo de comércio.
- 3.3 - Ponto comercial. Proteção legal.

UNIDADE V – INSTITUTOS COMPLEMENTARES

- 4.1 – Registro
- 4.2 – Nome empresarial
- 4.3 – Prepostos
- 4.4 – Escrituração

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Fábio Ulhôa. **Tratado de Direito comercial**. São Paulo: Saraiva, 2015.
CAMPINHO, Sérgio. **O Direito de Empresa à Luz do Novo Código Civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.
REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. São Paulo: Saraiva, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ROSA JR., Luiz Emygdio F. da. **Títulos de Crédito**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.
SZTAJN, Rachel. **Teoria jurídica da empresa: atividade empresária e mercados**. São Paulo: Atlas, 2004.
NEGRÃO, Ricardo. **Curso de Direito Comercial de Empresa**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CURSO DE DIREITO

Programa de TEORIA GERAL DO PROCESSO

4º período: 80h/a

Aula: Teórica

EMENTA

Composição dos conflitos de interesses. Noções básicas de direito processual. Relação jurídica processual. Fontes do direito processual. Eficácia das leis processuais no espaço e no tempo. Princípios gerais do Direito Processual. Jurisdição. Ação. Acesso à justiça.

OBJETIVOS

Compreender o sistema processual brasileiro e interpretar seus princípios legais. Compreender que a intervenção do Poder judiciário para a solução dos conflitos individuais e coletivos ocorre, como regra, pela via do instrumento do processo. Desenvolver o conhecimento dos institutos fundamentais do direito processual por meio de estudos históricos e teóricos.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas, estudos dirigidos, análise de textos e casos, seminários, trabalhos de pesquisa extraclasse, utilizando-se além da doutrina fundamentada, os casos práticos sobre o tema.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada através de duas provas (A1 e A2), com questões objetivas. Em cada uma das avaliações poderá ser cobrada uma questão abrangendo texto dado como atividade prática supervisionada. Se o aluno não conseguir aprovação através dessas duas provas ou vier a perder uma delas, terá direito fazer uma terceira avaliação (A3).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – COMPOSIÇÃO DOS CONFLITOS DE INTERESSES.

- 1.1 Conceito de Lide
- 1.2 Formas de composição dos conflitos de interesse
- 1.3 Autotutela
- 1.4 Autocomposição: Modalidades de autocomposição
- 1.5 Juízo arbitral (Lei 9.307/96)
- 1.6 Atividade compositiva pública: tutela jurisdicional dos conflitos.

UNIDADE II – O DIREITO PROCESSUAL.

- 2.1 Conceito
- 2.2 Divisão do direito processual
- 2.3 Posição do direito processual como ramo do Direito Público
- 2.4 Evolução histórica do direito processual
- 2.5 A evolução do direito processual no Brasil

UNIDADE III – A RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL.

- 3.1 Distinção entre a relação jurídica processual e a relação de direito material
- 3.2 Sujeitos da relação processual
- 3.3 Sujeito ativo e sujeito passivo
- 3.4 Objeto da relação processual

3.5 Teorias sobre a configuração da relação processual

3.6 Configuração linear, angular e triangular

UNIDADE IV – FONTES DOS DIREITO PROCESSUAL

4.1 Classificação das fontes do Direito Processual.

4.2 Normas processuais em sentido estrito

4.3 Normas procedimentais

4.4 Normas de organização judiciária

UNIDADE V – EFICÁCIA DAS LEIS PROCESSUAIS NO ESPAÇO E NO TEMPO.

5.1 Aplicação das leis processuais no espaço

5.2 Direito processual intertemporal

5.3 Sistemas da unidade processual, das fases processuais e do isolamento dos atos processuais

UNIDADE VI – PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO PROCESSUAL.

6.1 Princípio do devido processo legal

6.2 Princípio da isonomia

6.3 Princípio do juiz natural

6.4 Princípio da imparcialidade do juiz

6.5 Princípio do contraditório

6.6 Princípio da economia processual

6.7 Princípio da instrumentalidade das formas

6.8 Princípio da motivação das decisões judiciais

6.9 Princípio do duplo grau de jurisdição

6.10 Princípio dispositivo

6.11 A inércia da jurisdição

6.12 Princípio da demanda

6.13 Princípio do livre convencimento do juiz

6.14 Princípio da publicidade

6.15 Princípio da lealdade processual

6.16 Princípio da oralidade

6.17 Princípio da concentração

6.18 Princípio da duração razoável do processo

UNIDADE VII – JURISDIÇÃO.

7.1 Conceito de jurisdição

7.2 Características

7.3 As funções do Estado: administrativa, legislativa e jurisdicional

7.4 Distinção entre as decisões de natureza administrativa e as decisões judiciais

7.5 Poderes da jurisdição

7.6 Princípios fundamentais da jurisdição

7.7 Espécies de jurisdição–

UNIDADE VIII - O DIREITO DE AÇÃO.

8.1 Teorias sobre a natureza jurídica da ação

8.2 Teoria civilista

8.3 Teoria do direito concreto à tutela jurídica

8.4 Teoria abstrata do direito de ação

8.5 A teoria potestativa, de Chiovenda

8.6A teoria eclética de Liebman

UNIDADE IX – AS CONDIÇÕES DA AÇÃO

9.1 A *legitimatío ad causam* e o interesse processual

9.2 A Teoria da Asserção e as condições da ação

UNIDADE X – ELEMENTOS DA AÇÃO.

10.1 As partes, o pedido e a causa de pedir

10.2 Espécies de pedido

10.3 Modificação do pedido

10.4 Cumulação de pedidos

10.5 As teorias sobre a *causa petendi*: teoria da substanciação e teoria da individualização

UNIDADE XI – CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES.

11.1 Classificação das ações penais

11.2 Classificação das ações trabalhistas

11.3 Classificação das ações cíveis de acordo com distintos critérios classificatórios.

UNIDADE XII – O ACESSO À JUSTIÇA.

9.1 O direito de petição e o acesso à justiça

9.2 O acesso à justiça na concepção de Cappelletti

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva, 2018.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2018.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. v. I. Salvador: Podivm, 2018.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Direito Processual Civil Contemporâneo: Teoria Geral do Processo**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2018

RUGGERI, Aloísio Iunes Monti e outros. **Direito Processual Civil- Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Saraiva, 2019.

TESHEINER, José Maria Rosa. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo. 5 ed.: Saraiva, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DIDIER JR., Fredie; PEIXOTO, Ravi. **Novo Código de Processo Civil**: anotado com dispositivos normativos, enunciados interpretativos e precedentes do STJ e do STF. 5.ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo Curso processual civil**. São Paulo: Saraiva, 2016.

BENÍCIO, MARCELO. **Princípios do Processo no Novo Código de Processo Civil**. 1 ed. São Paulo: Saraiva. 2016.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Sobre a Teoria Geral do Processo, essa Desconhecida**. Ed. Jus Podivm – 5ª edição.

ZANETI JÚNIOR, HERMES. **A constitucionalização do processo**- 2 ed. Atlas.

CURSOS DE DIREITO

Programa de DIREITO DO TRABALHO I (DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO)

4º período: 80h/a

Aula: Teórica

EMENTA

Teoria Geral do Direito do Trabalho: antecedentes históricos, conceito, fontes, princípios, interpretação e aplicação. Contrato de Trabalho. Sujeitos do Contrato de Trabalho: Empregado; Empregador. Obrigações pecuniárias: Remuneração e Salário. 13º salário. FGTS. Obrigações quanto às condições de trabalho: Jornada de Trabalho; Hora extra; Hora Noturna; Períodos de Descanso. Alteração do contrato de trabalho. Suspensão e Interrupção do contrato de trabalho. Aviso Prévio. Justa Causa. Cessação do contrato de trabalho.

OBJETIVOS

Compreender a relação de emprego e as obrigações decorrentes. Analisar a evolução histórica do Direito do Trabalho, as transformações sócio-econômicas atuais, e os direitos humanos sociais, a fim de desenvolver uma visão crítica e humanista.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos jurídicos e jurisprudências. Realização de pesquisa jurídica. Estudo de casos.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PARTE I – TEORIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO

- 1.1 Antecedentes históricos
- 1.2 Conceito
- 1.3 Fontes
- 1.4 Princípios
- 1.5 Interpretação e aplicação
- 1.6 Divisão

PARTE II – DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

UNIDADE I - CONTRATO DE TRABALHO

- 1.1 Conceito
- 1.2 Condições de validade
- 1.3 Duração
- 1.4 Contrato por tempo determinado

UNIDADE II - SUJEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO

- 2.1 Empregado
 - 2.1.1 Conceito:
 - 2.1.2 Diferença com outros trabalhadores: autônomo, eventual, avulso, terceirizado, trabalhador temporário, cooperado, estagiário.

2.1.3 Tipos especiais de empregado: empregado doméstico, empregado a domicílio, empregado de confiança, aprendiz, empregado rural.

2.2 Empregador

2.2.1 Conceito

2.2.2 Poder diretivo

2.2.3 Sucessão de empregador

2.2.4 Grupo econômico

2.2.5 Consórcio de empregadores rurais

2.2.6 O Estado como empregador

UNIDADE III - OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS:

3.1 Remuneração e salário

3.2 Gorjeta

3.3 Tipos especiais de salário

3.4 Parcelas não salariais

3.5 Equiparação salarial

3.6 13º salário

3.7 FGTS

UNIDADE IV - OBRIGAÇÕES QUANTO ÀS CONDIÇÕES DE TRABALHO

4.1 Jornada de trabalho, Turno ininterrupto de revezamento

4.2 Horas extras e Hora noturna

4.3 Hora *in itinere*, sobreaviso, prontidão

4.4 Intervalos intrajornada e interjornada

4.5 Repouso Semanal Remunerado

4.6 Férias

UNIDADE V - ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

UNIDADE VI - SUSPENSÃO E INTERRUPÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

UNIDADE VII - CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

7.1 Hipóteses

7.2 Aviso Prévio

7.3 Estabilidade

7.4 Justa causa

7.5 Verbas rescisórias

7.6 Prazo de pagamento das verbas rescisórias

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2008.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso Direito do Trabalho**. 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho**. 10 Ed. Saraiva Virtual, 2019.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho**. 11 Ed. Saraiva Virtual, 2020.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual esquematizado de direito e processo do trabalho**. 24 Ed. Saraiva Virtual, 2017

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual esquematizado de direito e processo do trabalho**. 27 Ed. Saraiva Virtual, 2019.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASILE, CESAR REINALDO OFFA; FIGUEIREDO, FABIO VIEIRA; NICOLAU, GUSTAVO RENE. **COLEÇÃO OS 10+-VOL. 5 – DIREITO DO TRABALHO**. Saraiva Virtual, 2013.

CASSAR, Vólia Bomfim et al. **Direito do Trabalho: de acordo com a Reforma Trabalhista Lei 13.445/2017**. 14.ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

CASSAR, Vólia Bomfim; BORGES, Leonardo Dias. **Comentários à Reforma Trabalhista: de acordo com a Lei 13.467/2017 e a MP 808/2017**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Método, 2018.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho**. Saraiva Virtual, 2019.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho**. Saraiva Virtual, 2020.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro do. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito do trabalho esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2014.

CURSO DE DIREITO

Programa de DIREITOS HUMANOS

4º período: 40h/a

Aula: Teórica

EMENTA

Sociedade internacional. Direitos humanos. Proteção internacional dos direitos humanos. Os órgãos do sistema global, regionais e nacionais de proteção aos Direitos Humanos.

OBJETIVOS

Compreender os direitos humanos como processo de evolução social. Analisar os mecanismos de proteção aos Direitos humanos nos planos interno e internacional.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I - A SOCIEDADE INTERNACIONAL

- 1.1.** Introdução
- 1.2.** Características
- 1.3.** Pessoas internacionais

UNIDADE II - ESTRUTURAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

- 2.1.** Objeto
- 2.2.** Autonomia
- 2.3.** Terminologia
- 2.4.** Conceitos
- 2.5.** Evolução histórica dos Direitos Humanos
- 2.6.** Fundamentos
- 2.7.** Características dos Direitos Humanos
- 2.8.** As Gerações de Direitos Humanos
- 2.9.** A Origem e o processo de elaboração das Normas de Direitos Humanos
- 2.10.** Controle da Observância das Normas de Direitos Humanos

UNIDADE III - A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

3.1. PRINCIPAIS VERTENTES

- 3.1.1.** O Direito Internacional Humanitário
- 3.1.2.** A Liga das Nações
- 3.1.3.** A Organização Internacional do Trabalho

3.2. FASE CONTEMPORÂNEA

3.2.1. A Carta das Nações Unidas

3.2.2. A Declaração Universal dos Direitos Humanos

3.2.3. O Debate entre o Universalismo e o Relativismo Cultural

UNIDADE IV - O SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

4.1. Introdução

4.2. O SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS: SISTEMAS GERAL E ESPECIAL

4.3. O SISTEMA GERAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

4.3.1. Os Tratados Internacionais do Sistema Geral-ONU

4.3.1.1. O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos

4.3.1.2. O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

4.3.2. Órgãos do Sistema Geral de Proteção aos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas

4.3.4. A Carta Internacional dos Direitos Humanos

4.4. O SISTEMA ESPECIAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

4.4.1. Tratados internacionais do sistema especial-ONU

4.4.1.1. A Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial

4.4.1.2. A Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher

4.4.1.3. A Convenção Internacional Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas cruéis, Desumanos ou Degradantes

4.4.1.4. A Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança

4.4.1.5. A Convenção Internacional Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e Seu Protocolo Facultativo

4.4.2. Órgãos do Sistema Especial de Proteção aos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas

UNIDADE V - SISTEMAS REGIONAIS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

5.1. Introdução

5.2. O SISTEMA EUROPEU DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

5.2.1. Principais instrumentos normativos de proteção

5.2.2. Direitos protegidos

5.2.3. Órgão de tutela dos direitos

5.2.4. Composição do órgão de proteção

5.2.5. Acesso à jurisdição

5.2.6. Alcance da jurisdição

5.2.7. Implementação das decisões da Corte Europeia de Direitos Humanos

5.3. O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

5.3.1. Principais instrumentos normativos de proteção

5.3.2. Direitos protegidos

5.3.3. Órgãos de tutela dos direitos

5.3.4. Composição dos órgãos de proteção

5.3.5. Acesso à jurisdição

5.3.6. Alcance da jurisdição

5.3.7. Implementação das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos

5.4. O SISTEMA AFRICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DOS DIREITOS DOS POVOS

5.4.1. Principais instrumentos normativos de proteção

- 5.4.2. Direitos protegidos
- 5.4.3. Órgãos de tutela dos direitos
- 5.4.4. Composição dos órgãos de proteção
- 5.4.5. Acesso à jurisdição
- 5.4.6. Alcance da jurisdição
- 5.4.7. Implementação das decisões da Corte Africana de Direitos Humanos e dos Direitos dos Povos

UNIDADE 6 - O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

- 6.1. Introdução
- 6.2. Precedentes históricos
- 6.3. Criação
- 6.4. Princípios fundamentais
- 6.5. Composição
- 6.6. Competência
- 6.7. Exercício da jurisdição
- 6.8. Sujeitos ativo e passivo
- 6.9. Requisitos de admissibilidade perante o TPI
- 6.10. Penas

UNIDADE 7 - A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

- 7.1. Introdução
- 7.2. A incorporação dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos no Brasil
- 7.3. A federalização da proteção contra as violações de Direitos Humanos - Emenda Constitucional nº. 45 de 8 de Dezembro de 2004
- 7.4. Órgãos do Sistema Nacional de Proteção aos Direitos Humanos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTILHO, Ricardo. **Direitos Humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

GUERRA, Sidney. **Curso de Direitos Humanos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Tratados Internacionais de Direitos Humanos e Direito Interno**. São Paulo: Saraiva, 2011.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

RAMOS, André de Carvalho. **Processo Internacional de Direitos Humanos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSIS, Jorge Batista. **Ações Afirmativas e o Princípio da Igualdade Numa Perspectiva Afrodescendente: Da República Velha aos Dias Atuais**. In: GUERRA, Sidney. (Org.). **Temas Emergentes de Direitos Humanos**. v. 5. Campos dos Goytacazes: Faculdade de Direito de Campos, 2007.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

GONÇALVES, Tamara Amoroso. **Direitos Humanos das Mulheres e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2013.

MADRUGA, Sidney. **Pessoas com Deficiência e Direitos Humanos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MATTOS NETO, Antônio José de; LAMARÃO NETO, Homero; SANTANA, Raimundo Rodrigues. **Direitos Humanos e Democracia Inclusiva**. São Paulo: Saraiva, 2012.

PAGLIUCA, José Carlos Gobbis. **Direitos Humanos**. São Paulo: Rideel, 2010.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO CONSTITUCIONAL III
5º PERÍODO: 60H/S
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Defesa do Estado e das instituições democráticas. Tributação e Finanças públicas. Ordem Econômica e Financeira. Ordem Social.

OBJETIVOS

Identificar as formas de defesa do Estado e das instituições democráticas. Compreender a ordem econômica e financeira, bem como a ordem social. Desenvolver uma visão crítica de tais preceitos constitucionais, tendo em vista os princípios da livre iniciativa e da justiça social.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

- 1.1 Estado de defesa e estado de sítio
- 1.2 Forças armadas
- 1.3 Segurança pública

UNIDADE II – ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

- 2.1 Princípios gerais
- 2.2 Intervenção do Estado no domínio econômico – Forma direta (empresas estatais) e indireta (regulação)
- 2.3 Atividade econômica – Livre Iniciativa
- 2.4 Regime de propriedade do subsolo
- 2.5 Política urbana e propriedade urbana
- 2.6 Política agrícola e fundiária
- 2.7 Reforma agrária

UNIDADE III- ORDEM SOCIAL: CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

- 3.1 Seguridade social: Aspectos gerais. Saúde. Previdência Social. Assistência Social.
- 3.2 Educação, cultura e esporte
- 3.3 Ciência e tecnologia
- 3.4 Comunicação social
- 3.5 Meio ambiente

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2016.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, José Afonso da **Comentário Contextual à Constituição**. São Paulo: Malheiros, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BULOS, Uadi Lamego. **Constituição Federal Anotada**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BARROSO, Luís Roberto. **Constituição da República Federativa do Brasil Anotada**. São Paulo: Saraiva, 2006.

NERY JUNIOR, Nelson. **Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional**. São Paulo: RT, 2013.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2016.

PUCCINELLI JÚNIOR, André. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2015.

CURSO DE DIREITO

Programa de DIREITO PENAL IV

5º Período: 60h/s

Aula: Teórica

EMENTA

Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública.

OBJETIVOS

Habilitar o futuro profissional ao exercício das funções que lhe forem atribuídas na órbita do direito penal diante da perspectiva constitucional e dos direitos humanos. Identificar os tipos penas incriminadores e aplicá-los, em conformidade com os princípios gerais e especiais do Direito Penal.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s).

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I - DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL:

- 1.1- Do crimes contra a liberdade sexual;
- 1.2- Dos crimes sexuais contra vulnerável;
- 1.3- Do lenocínio e do tráfico de pessoas para fins de prostituição ou outra forma de exploração sexual;
- 1.4- Do ultraje público ao pudor;
- 1.5- Disposições gerais.

UNIDADE II - DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA:

- 2.1- Dos crimes contra o casamento;
- 2.2- Dos crimes contra o estado de filiação;
- 2.3- Dos crimes contra a assistência familiar;
- 2.4- Dos crimes contra o pátrio poder, tutela ou curatela.

UNIDADE III - DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA:

- 3.1- Dos crimes de perigo comum;
- 3.2- Dos crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos;
- 3.3- Dos crimes contra a saúde pública.

UNIDADE IV - DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA:

- 4.1- Incitação ao crime e sua previsão na Lei de Segurança Nacional e na Lei de Imprensa;
- 4.2- Apologia de crime ou criminoso;
- 4.3- Associação criminosa;
- 4.5- Constituição de milícia privada.

UNIDADE V - DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

- 5.1- Da moeda falsa;
- 5.2- Da falsidade de títulos e outros papéis públicos;
- 5.3- Da falsidade documental;

- 5.4- De outras falsidades;
- 5.5- Da fraude em certames de interesse público.

UNIDADE VI - DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 6.1- Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral;
- 6.2- Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral;
- 6.3- Dos crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira;
- 6.4- Dos crimes em licitações e contratos administrativos;
- 6.5- Dos crimes contra a administração da justiça;
- 6.6- Dos crimes contra as finanças públicas;
- 6.7- Disposições finais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. v.3 e 4. São Paulo: Saraiva, 2021.

BITENCOURT, Cézar Roberto. Tratado de Direito Penal. v. 4 e 5, Saraiva, 2021.

GONÇALVES. Victor Eduardo Rio. Direito Penal Esquematizado. Parte Especial, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUSATO, Paulo César. Direito Penal, v. 3 - Parte Especial, Atlas, 2021.

NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal. v. 3, Método, 2021.

PRADO, Luiz Regis. Tratado de Direito Penal Brasileiro, v. 2 e 3, Forense, 2021.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA: DIREITO CIVIL IV
5º PERÍODO: 80H/A
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Locação de coisas. Locação de imóveis urbanos. Fiança. Prestação de serviços. Empreitada. Transporte. Constituição de renda. Transação. Compromisso. Jogo e aposta. Declaração unilateral de vontade como fonte de obrigação. Promessa de recompensa. Gestão de negócio. Pagamento indevido e do enriquecimento sem causa.

OBJETIVOS

Habilitar o futuro profissional ao exercício das funções que lhe forem atribuídas na órbita das relações contratuais. Compreender a importância do estudo dos contratos diante da perspectiva civil – constitucional. Analisar os contratos em espécie e a teoria geral da responsabilidade civil, bem como sua aplicação frente à realidade sócio-econômica brasileira.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PARTE I – CONTINUAÇÃO – CONTRATOS EM ESPÉCIE

UNIDADE I – LOCAÇÃO DE COISAS

- 1.1 Da locação de coisas
 - 1.1.1 Conceito, elementos essenciais, obrigações do locador e do locatário
 - 1.1.2 Transferência do contrato por ato intervivos e por causa morte
 - 1.1.3 Extinção da locação
- 1.2 Lei 8.245/91 – Lei de locação de imóveis urbanos

UNIDADE II – FIANÇA

- 2.1 Conceito e características
- 2.2 Espécies
- 2.3 Efeitos
- 2.4 Extinção

UNIDADE III – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

- 3.1 Conceito e características

- 3.2 Objeto
- 3.3 Remuneração
- 3.4 Duração e modos terminativos do contrato

UNIDADE IV – EMPREITADA

- 4.1 Noção e caracteres
- 4.2 Espécies
- 4.3 Responsabilidade das partes
- 4.4 Conceito de solidez e segurança da obra
- 4.5 Extinção
- 4.6 Subempreitada
- 4.7 Responsabilidade civil do dono da obra e do empreiteiro

UNIDADE V - TRANSPORTE

- 5.1 Contrato de Transporte: Conceito
- 5.2 Natureza Jurídica
- 5.3 Espécies de Transporte
 - 5.3.1 Disposição aplicáveis às diferentes espécies de transporte
 - 5.3.2 Caráter subsidiário da legislação especial dos tratados e convenções Internacionais.
- 5.4 Transporte de Pessoas
- 5.5 Transporte de Coisas
- 5.6 Direitos e Deveres (transportador/passageiro)
- 5.7 Transporte Gratuito
- 5.8 Transporte cumulativo e Sucessivo
- 5.9 Responsabilidade do Transportador (noções)

UNIDADE VI – CONSTITUIÇÃO DE RENDA

- 6.1 Conceito e características
- 6.2 Modos constitutivos
- 6.3 Extinção

UNIDADE VII – DO JOGO E APOSTA

- 7.1 Conceito de jogo e aposta
- 7.2 Espécies de jogo
- 7.3 Consequências jurídicas
- 7.4 Contratos diferenciais

UNIDADE VIII – DA TRANSAÇÃO

- 8.1 Conceito e elementos
- 8.2 Caracteres
- 8.3 Efeitos

UNIDADE IX – DO COMPROMISSO

- 9.1 Conceito, elementos e espécies

UNIDADE X - A DECLARAÇÃO UNILATERAL DE VONTADE COMO FONTE DE OBRIGAÇÕES

- 10.1 Promessas de recompensa
 - 10.1.1 Conceito e requisitos
 - 10.1.2 Efeitos
- 10.2 Da gestão de negócios
 - 10.2.1 Conceito
 - 10.2.2 Pressupostos
 - 10.2.3 Consequências jurídicas

10.3 Do pagamento indevido e do enriquecimento sem causa

10.3.1 Conceito

10.3.2 Espécies de pagamento indevido

10.3.3 Repetição do pagamento

10.3.4 Exclusão da restituição do indébito

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil:**

Responsabilidade civil. São Paulo: Saraiva, 2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. v. 3. São Paulo: Saraiva, 2018.

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Manual de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2017.

MATTIETTO, Leonardo. O Direito civil e a nova teoria dos contratos. In: **Problemas de Direito Civil constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

TEPEDINO, Gustavo. **Teoria do Contrato: novos paradigmas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

LOBO NETO, Paulo Luiz. **Direito Civil – Contratos**. São Paulo: Saraiva, 2018.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO EMPRESARIAL II
5º PERÍODO: 40H/S
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Sociedade. Sociedade não personificada: sociedade em comum e sociedade em conta de participação. Sociedade personificada: sociedade simples, sociedade em nome coletivo, sociedade em comandita simples. Sociedade por cotas de responsabilidade limitada. Sociedade anônima. Sociedade em comandita por ações

OBJETIVOS

Compreender os conceitos básicos relativos ao direito societário, bem como suas imbricações em outras disciplinas, de modo a permitir a solução dos problemas presentes na aplicação do ordenamento à atividade empresarial.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – SOCIEDADES EMPRESÁRIAS. GENERALIDADES.

- 1.1 – Conceito. Personalização das sociedades empresárias. Classificação das sociedades empresárias.
- 1.2 – Contrato social. Domicílio. Objeto social. Capital social. Sócios. Arquivamento dos atos constitutivos.
- 1.3 – A desconsideração da personalidade jurídica.

UNIDADE II – SOCIEDADES NÃO PERSONIFICADAS

- 2.1 – Sociedade em comum
- 2.2 – Sociedade em conta de participação

UNIDADE III – SOCIEDADES PERSONIFICADAS

- 3.1 – Sociedade simples: contrato social, direitos e obrigações dos sócios, administração, relações com terceiros, resolução da sociedade em relação a um sócio, dissolução.
- 3.2 – Sociedade em nome coletivo.
- 3.3. – Sociedade em comandita simples.

UNIDADE IV - SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

- 4.1 – Histórico e natureza jurídica.
- 4.2 – Quotas.
- 4.3 – Administração.
- 4.4 – Conselho Fiscal.
- 4.5 – Deliberações dos sócios.
- 4.6 – Aumento e redução do capital social.
- 4.7 – Resolução da sociedade em relação aos sócios minoritários.
- 4.8 – Dissolução.

UNIDADE V - SOCIEDADE ANÔNIMA.

- 5.1 - Conceito e natureza jurídica.
- 5.2 - Mercado de capitais. Comissão de Valores Mobiliários.
- 5.3 - Objeto social. Denominação.
- 5.4 - Sociedades de economia mista.
- 5.5 - Classificação. Sociedades abertas e fechadas.
- 5.6 - Constituição. Constituição por subscrição pública. Constituição por subscrição particular.
- 5.7 - Capital social. Formação. Aumento. Redução.
- 5.8 - A ação. Espécies. Formas. Classes.
- 5.9 - Valores mobiliários. Debêntures. Bônus de subscrição. Partes beneficiárias
- 5.10 - Órgãos sociais. Assembléias Gerais. Conselho de administração. Diretoria. Conselho Fiscal.
- 5.11 - O acionista. Direito de voto. Direito de fiscalização. Direito de recesso. Relações de poder na companhia. Controle.
- 5.12 - Modificação dos tipos sociais. Transformação. Incorporação. Fusão. Cisão.
- 5.13 - Resultados sociais
- 5.14 - Sociedade em comandita por ações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COELHO, Fábio Ulhoa. **Direito Comercial- Tratado de Direito Comercial**. São Paulo: Saraiva, 2015.
NEGRÃO, Ricardo. **Manual de direito comercial e de empresa**. São Paulo: Saraiva, 2015.
REQUIÃO, Rubens. **Direito comercial e empresarial**. v. 2. São Paulo: Saraiva, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.
LUCENA, José Waldecy. **Das Sociedades Limitadas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
SALOMÃO FILHO, Calixto. **O novo direito societário**. São Paulo: Malheiros, 2006.

CURSO DE DIREITO

Programa de DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

5º período: 60h/a

Aula: Teórica

EMENTA

Sujeitos do processo. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Competência e conflito de competência. Atos processuais. Negócios Processuais. Prazos processuais. Comunicação dos atos processuais. Prazos processuais. Preclusão. Comunicação dos atos processuais. Formação, suspensão e extinção do módulo de conhecimento.

OBJETIVOS

Identificar e aplicar conceitos teóricos diante de uma situação concreta. Identificar e distinguir os sujeitos que atuam na relação jurídica processual do direito processual. Aplicar e distinguir os critérios definidores da competência do juízo, diante de situações práticas. Compreender as causas de extinção do módulo de conhecimento dentro do instrumento do processo.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas, estudos dirigidos, análise de textos e casos, seminários, trabalhos de pesquisa extraclasse, utilizando-se além da doutrina fundamentada, os casos práticos sobre o tema.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada através de duas provas (A1 e A2), com questões objetivas. Em cada uma das avaliações poderá ser cobrada uma questão abrangendo texto dado como atividade prática supervisionada. Se o aluno não conseguir aprovação através dessas duas provas ou vier a perder uma delas, terá direito fazer uma terceira avaliação (A3).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – SUJEITOS DO PROCESSO

- 1.1 Capacidade processual
- 1.2 As partes e seus procuradores
- 1.3 Deveres e responsabilidades
- 1.4 Substituição das partes e dos procuradores
- 1.5 Atuação do Ministério Público

UNIDADE II – LITISCONSÓRCIO

- 2.1 Conceito
- 2.2 Classificação do litisconsórcio de acordo com os critérios doutrinários.

UNIDADE III – INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

- 3.1 Conceito
- 3.2. Distinção entre as modalidades voluntárias e forçadas
- 3.3 Assistência
- 3.4 Denúnciação da lide

- 3.5 Chamamento ao processo
- 3.6 Incidente de desconsideração da personalidade jurídica
- 3.7 *amicus curiae*
- 3.8 Recurso de terceiro prejudicado

UNIDADE IV – COMPETÊNCIA E CONFLITO DE COMPETÊNCIA UNIDADE VIII – DA COMPETÊNCIA.

- 8.1 Conceito
- 8.1 Critérios determinativos da competência
- 8.2 Competência internacional
- 8.3 Competência interna
- 8.4 Distinção entre competência relativa e competência absoluta

UNIDADE V – ATOS PROCESSUAIS

- 5.1 Forma dos atos processuais
- 5.2 Classificação dos atos processuais
- 5.3 Existência. Validade e eficácia dos atos processuais
- 5.4 Dos atos em geral
- 5.5 Dos atos da parte
- 5.6 Dos atos do juiz
- 5.7 Dos atos do escrivão ou do chefe de secretaria
- 5.8 Do tempo, do modo e do lugar dos atos processuais
- 5.9 Invalidades dos atos processuais
- 5.10 Os negócios processuais

UNIDADE VI – PRAZOS PROCESSUAIS

- 6.1 Espécies de prazos
- 6.2 Prazos legais e judiciais
- 6.3 Prazos dilatórios e peremptórios
- 6.4 Férias forenses
- 6.5 Intervenção do revel no processo
- 6.6 Abreviação e prorrogação dos prazos
- 6.7 A verificação dos prazos e penalidades

UNIDADE VII – COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

- 7.1 Forma dos atos de comunicação
- 7.2 Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo: cartas de ordem, carta precatória e carta rogatória.
- 7.3 Citação
- 7.3 Intimação

UNIDADE X – PRECLUSÃO

- 9.1 Noções gerais
- 9.2 Espécies de preclusão

UNIDADE XI – FORMAÇÃO SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO MÓDULO DE CONHECIMENTO.

- 10.1 Momento em que se considera proposta a ação
- 10.2 Casos de suspensão do processo

10.3 Extinção do processo: situações que acarretam a extinção sem resolução do mérito e com resolução do mérito

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva, 2018.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2018.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. v. 1. Salvador: Podivm, 2018.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Direito Processual Civil Contemporâneo: Teoria Geral do Processo**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2018

THEODORO JÚNIOR, HUMBERTO. **Curso de Direito Processual Civil – v.1**. Forense.

NEVES, DANIEL AMORIM ASSUNÇÃO. **Direito Processual Civil – Volume único**. Ed. Podium.

GONÇALVES, MARCUS VINÍCIUS RIOS. **Novo Curso de Direito Processual Civil – v.1**. São Paulo: Saraiva. 2020

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BIANQUI, PEDRO HENRIQUE TORRES. **Desconsideração da personalidade jurídica no processo civil**. Coleção. Saraiva.

MONNERAT, FÁBIO VICTOR DA FONTE. **Súmulas e precedentes qualificados**. 1 ed. São Paulo. Saraiva. 2019.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO DO TRABALHO II (DIREITO COLETIVO DO TRABALHO)
5º PERÍODO: 40H/S
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Noções de direito coletivo do trabalho. Liberdade e organização sindical. Representação dos trabalhadores nas empresas. Conflitos coletivos de trabalho. Negociação coletiva. Convenção e Acordo coletivo de trabalho. Greve. Locaute.

OBJETIVOS

Compreender a relação coletiva de trabalho no Brasil e sua evolução no mundo, a partir da análise dos princípios da liberdade sindical e autonomia negocial coletiva. Desenvolver uma visão crítica quanto à importância da atuação dos atores sociais para a evolução dos direitos trabalhistas e efetividade dos direitos humanos sociais.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos jurídicos e jurisprudências. Realização de pesquisa jurídica. Estudo de casos.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – NOÇÕES DE DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

- 1.1 Antecedentes históricos
- 1.2 Conceito
- 1.3 Princípios

UNIDADE II – LIBERDADE E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

- 2.1 Liberdade e autonomia sindical
 - 2.1.1 OIT
- 2.2 Organização sindical
 - 2.2.1 Histórico
 - 2.2.2 Conceito
 - 2.2.3 Unicidade sindical
 - 2.2.4 Criação e registro de sindicatos
 - 2.2.5 Categoria
 - 2.2.6 Órgãos do sindicato
 - 2.2.7 Funções do sindicato
 - 2.2.8 Receitas do sindicato
 - 2.2.9 Entidades sindicais de grau superior

2.2.10 Práticas anti-sindicais

UNIDADE III – REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA

- 3.1 Histórico
- 3.2 OIT
- 3.3 Auto – aplicabilidade
- 3.4 Conceito
- 3.5 Distinção
- 3.6 Objetivo
- 3.7 Procedimentos

UNIDADE IV - CONFLITOS COLETIVOS DE TRABALHO

- 4.1 Conceito
- 4.2 Formas de solução
 - 4.2.1 Conciliação
 - 4.2.2 Mediação
 - 4.2.3 Arbitragem
 - 4.2.4 Dissídio coletivo

UNIDADE V – NEGOCIAÇÃO COLETIVA

- 5.1 Autonomia privada coletiva
- 5.2 Conceito de negociação coletiva
- 5.3 Funções
- 5.4 Obrigatoriedade
- 5.5 Legitimação para negociar
- 5.6 Negociação coletiva no setor público
- 5.7 Convenção e acordo coletivo

UNIDADE VI – GREVE

- 6.1 Caracterização
- 6.2 Limitações
- 6.3 Legitimidade
- 6.4 Oportunidade de exercício
- 6.5 Direitos e deveres dos envolvidos
- 6.6 Abuso do direito de greve
- 6.7 Efeitos sobre o contrato de trabalho
- 6.8 Greve no setor público

UNIDADE VII – LOCAUTE

- 7.1 Conceito
- 7.2 Efeitos no contrato de emprego.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASSAR, Vólia Bomfim; BORGES, Leonardo Dias. **Comentários à Reforma Trabalhista**: de acordo com a Lei 13.467/2017 e a MP 808/2017. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2018.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2013.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro do. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2011.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso Direito do Trabalho**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASSAR, Vólia Bomfim et al. **Direito do Trabalho: de acordo com a Reforma Trabalhista Lei 13.445/2017**. 14.ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho. Organização de Renato Saraiva, Aryanna Linhares, Rafael Tonassi Souto. 21. ed. São Paulo: JusPodivm, 2018.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2008.

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito do trabalho esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2014.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E ARBITRAGEM
5º PERÍODO: 40H/S
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Mecanismos adequados e acesso à Justiça. A teoria do conflito, sua percepção e mapeamento. O marco legal dos MASCs no Brasil. Perspectiva crítica das soluções consensuais dos conflitos. Dilemas éticos na condução da mediação e conciliação. Negociação. Conciliação. Mediação. Arbitragem.

OBJETIVOS

Apresentar aos discentes a importância dos Métodos Alternativos de Solução de Conflitos, na leitura dos demais ramos do Direito, sob uma perspectiva interdisciplinar. Incentivar a construção da cultura do consenso, estudando a justiça conciliativa em atenção à Resolução n. 125 do CNJ, bem como propiciar ao discente o conhecimento dos mecanismos básicos de funcionamento da conciliação, mediação e arbitragem no Brasil como alternativas ou novos instrumentos ao Poder Judiciário. Simular por meio da técnica de estudos de casos o devido processo legal da mediação e arbitragem. Proporcionar uma sólida formação geral aos graduandos, permitindo variados tipos de formação e habilitações a partir de um mesmo eixo programático.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Participação nas simulações. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – MECANISMOS ADEQUADOS E ACESSO À JUSTIÇA

- 1.1 – A questão da inafastabilidade da tutela jurisdicional.
- 1.2 – A cultura da sentença e a cultura da pacificação.
- 1.3 – O impacto dos MASCs para a administração da Justiça.
- 1.4 – Os MASCs como canal de acesso qualificado à justiça.

UNIDADE II – A TEORIA DO CONFLITO, SUA PERCEPÇÃO E MAPEAMENTO

- 2.1 – Conceito.
- 2.2 – Processo de solução construtivos e destrutivos.
- 2.3 – Tipologia dos conflitos.
- 2.4 – Sistema multiportas e a filtragem dos conflitos.

UNIDADE III – O MARCO LEGAL DOS MASCs NO BRASIL

- 3.1 – A disciplina do Código de Processo Civil.

- 3.2 – A Lei de Mediação.
- 3.3 – Mecanismos processuais.
- 3.4 – Confidencialidade.
- 3.5 – Responsabilidades.

UNIDADE IV – PERSPECTIVA CRÍTICA DAS SOLUÇÕES CONSENSUAIS DOS CONFLITOS

- 4.1 – As limitações do acordo.
- 4.2 – Possíveis desvios.
- 4.3 – Assimetria entre partes.
- 4.4 – Os desafios do consentimento informado.

UNIDADE V – DILEMAS ÉTICOS NA CONDUÇÃO DA MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

- 5.1 – Limites da confidencialidade.
- 5.2 – Causas de impedimentos e suspeição.
- 5.3 – Códigos de ética.

UNIDADE VI – NEGOCIAÇÃO

- 6.1 – A “Escola de Harvard”.
- 6.2 – Negociação por princípios.
- 6.3 – Interesses versus posições.
- 6.4 – Soluções de soma zero e soluções “ganha-ganha”.
- 6.5 – Zona de possível acordo.
- 6.6 – Melhor alternativa na ausência de uma solução consensual.
- 6.7 – Planejamento e atuação na negociação.

UNIDADE VII – CONCILIAÇÃO

- 7.1 – Diferenças com a Mediação.
- 7.2 – Definição legal.
- 7.3 – Aplicação.
- 7.4 – Formação e necessidades técnicas do mediador.
- 7.5 – Atuação propositiva do conciliador.
- 7.6 – Etapas do procedimento de conciliação.

UNIDADE VIII – MEDIAÇÃO

- 8.1 – Mediação facilitativa e avaliativa.
- 8.2 – Mediação transformativa.
- 8.3 – Técnicas de mediação (recontextualização, identificação das propostas implícitas, afago, escuta ativa, espelhamento, produção de opção, acondicionamento das questões e interesses das partes, teste de realidade).
- 8.4 – Mediação e procedimento.
- 8.5 – Etapas da mediação.
- 8.6 – A formalização do acordo.

UNIDADE IX – ARBITRAGEM

- 9.1 – Natureza jurídica e objeto da Arbitragem.
- 9.2 – Princípios informadores da Arbitragem.
- 9.3 – Convenção de Arbitragem.

- 9.4 – Dos Árbitros.
- 9.5 – Da Competência do Tribunal Arbitral.
- 9.6 – Do Processo e Procedimento Judicial e Arbitral.
- 9.7 – Da Intervenção do Poder Judiciário.
- 9.8 – Encerramento do Procedimento Arbitral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAHALI, Francisco José, RODOVALHO, Thiago; FREIRE, Alexandre Reis Siqueira. ARBITRAGEM: ESTUDOS SOBRE A LEI N. 13.129/2015. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. Manual de Arbitragem – 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MAZZOLA, Marcelo. Manual de Mediação e Arbitragem, São Paulo: Saraivajur, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAHALI, Francisco José. Curso de Arbitragem. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

CARMONA, Carlos Alberto; LEMES, Selma Ferreira; MARTINS, Pedro Batista (Coord.). 20 anos da Lei de Arbitragem: Homenagem a Petronio R. Muniz. São Paulo: GEN, 2017.

FISCHER, Roger e outros. Como chegar ao sim: a negociação de acordos sem concessões. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. Manual de Arbitragem (mediação e conciliação). 7ª. Ed. São Paulo: GEN, 2016.

TARTUCE, Fernanda. Mediação nos Conflitos Cíveis. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE CRIMINOLOGIA
5º PERÍODO: 40H/S
AULA: TEÓRICA

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO ADMINISTRATIVO I
6º PERÍODO: 80 H/S
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Noções Preliminares; Administração Pública e sua estrutura; Administração Direta e Indireta; Poderes Administrativos; Atos Administrativos; Contratos Administrativos. Licitação.

OBJETIVOS

Compreender a estrutura da Administração Pública e sua dinâmica, tendo em vista os princípios constitucionais e específicos.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – NOÇÕES PRELIMINARES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1.1 Conceito;
- 1.2 Relação com outros ramos do Direito;
- 1.3 Direito Administrativo e Ciência da Administração;
- 1.4 Fontes;
- 1.5 Interpretação;
- 1.6 Evolução Histórica: o Direito Administrativo no Brasil; os Sistemas Administrativos; o Sistema de Direito Administrativo Brasileiro.
- 1.7 Analogia

UNIDADE II – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: TRILOGIA (ÓRGÃOS, AGENTES E FUNÇÕES)

- 2.1 A Estrutura Administrativa: Conceito de Estado, Elementos, Organização e Poderes do Estado;
- 2.2 Organização da Administração; Órgãos Públicos; Teoria do órgão e sua evolução;
- 2.3 Agentes Públicos; Investidura dos agentes públicos;
- 2.4 A Atividade Administrativa: Conceito de Administração; Natureza e fins da Administração;
- 2.5 Princípios expressos da Administração na Constituição; Legalidade, Moralidade, Finalidade, Publicidade, Eficiência e Economicidade; Princípios implícitos; Princípios explícitos legais: razoabilidade, segurança jurídica e outros.

UNIDADE III – ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- 3.1 Considerações gerais: Administração Direta e Indireta;

- 3.2 Desconcentração; descentralização;
- 3.3 Autarquias; Fundações Públicas; Empresas Públicas; Sociedade de Economia Mista;
- 3.4 Entes de Cooperação: Serviços Sociais Autônomos, Organizações Sociais e Organizações da sociedade civil de interesse público (o terceiro setor);
- 3.5 Primeiro, Segundo e Terceiro Setores;
- 3.6 Agências Reguladoras e as Agências Executivas

UNIDADE IV - PODERES ADMINISTRATIVOS:

- 4.1 Considerações gerais;
- 4.2 Poderes: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar, poder de polícia;
- 4.3 O Abuso de Poder. Excesso e Desvio de poder

UNIDADE V - ATOS ADMINISTRATIVOS:

- 5.1 Conceito, elementos e requisitos do ato administrativo; Plano de existência, validade, eficácia e exigibilidade;
- 5.2 Mérito do ato administrativo;
- 5.3 Atributos do ato Administrativo; Diferenças com os atos privados e fato administrativo
- 5.4 Classificação dos atos administrativos;
- 5.5 Espécies de atos administrativos: atos normativos, ordinatórios, negociais, enunciativos e punitivos;
- 5.6 Motivação dos atos administrativos : teoria dos motivos determinantes;
- 5.7 Desfazimento dos atos administrativos : revogação, anulação; cassação; caducidade (suspensão)
- 5.8 Sanatória dos atos administrativos: convalidação;
- 5.9 O controle do Ato Administrativo pelo poder judiciário.

UNIDADE VI – LICITAÇÃO

- 6.1 Considerações gerais: conceito, finalidades da licitação, princípios, objeto;
- 6.2 Obrigatoriedade; dispensa e inexigibilidade;
- 6.3 Procedimento: recebimento da documentação e propostas, habilitação dos licitantes, julgamento das propostas, adjudicação e homologação, anulação e revogação da licitação;
- 6.4 Modalidades de licitação: convite; tomada de preços, concorrência; concurso; leilão. Pregão.
- 6.5 Controle pelo Tribunal de Contas

UNIDADE VII - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS:

- 7.1 Considerações gerais: conceito, peculiaridades do contrato administrativo, diferenças para o contrato do Direito Privado;
- 7.2 Presença de Cláusulas exorbitantes: alteração e rescisão unilateral do contrato, equilíbrio financeiro, revisão de preços e tarifas, exceção de contrato não cumprido, controle do contrato, aplicação de penalidades contratuais do inadimplemento sem culpa e com culpa: consequências; teoria do fato do príncipe, teoria da imprevisão;
- 7.3 Formalização do contrato administrativo; prorrogação e renovação do contrato;
- 7.4 Inexecução e rescisão do contrato administrativo: causas justificadoras da inexecução, consequências da inexecução;
- 7.7 Rescisão do contrato: rescisão administrativa por inadimplência do contratante, rescisão administrativa por interesse do serviço público, rescisão amigável, judicial e de pleno direito;
- 7.8 Os contratos de gestão, termo de parceria;
- 7.9 Diferenças: convênios administrativos e contratos administrativos
- 7.10 Controle pelo Tribunal de Contas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SPITZCOVSKY, C.; LENZA, P. **Direito administrativo esquematizado®**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
MAZZA, A. **Manual de direito administrativo**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COUTO, R. **Curso de direito administrativo**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015
MAZZA, A.; NUNES, P. N. D. F. **Administrativo #naprática**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
SANTOS, F. M. D. S. **Direito Administrativo LIV DIG DIREITO ADMINISTRATIVO DID AL**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO EMPRESARIAL III
6º PERÍODO: 60H/S
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Contratos e obrigações mercantis. Comissão. Agência e distribuição. Corretagem. Transporte. Seguro. Contratos bancários. Alienação fiduciária em garantia. Arrendamento mercantil (“leasing”). Faturização (“factoring”). Franquia (“franchising”). Know how. Cartão de crédito.

OBJETIVOS

Compreender os conceitos básicos e peculiaridades relativas aos contratos afetos à atividade empresarial, bem como suas imbricações em outras disciplinas, de modo a permitir a solução dos problemas decorrentes da aplicação da norma ao caso concreto.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – CONTRATOS E OBRIGAÇÕES MERCANTIS

- 1.1 – Conceito
- 1.2. – Peculiaridades em relação ao Direito Civil.

UNIDADE II – COMISSÃO

- 2.1 – Características.
- 2.2 – Classificação.
- 2.3 – Obrigações, direitos e responsabilidades do comissário.
- 2.4 – Obrigações, direitos e responsabilidades do comitente.
- 2.5 – Comissão “del credere”.

UNIDADE III – AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO

- 3.1 – Conceito. Distinção em relação à representação comercial.
- 3.2 – Direitos e obrigações das partes contratantes.

UNIDADE IV – CORRETAGEM

- 4.1 – Conceito.
- 4.2 – Características.
- 4.3 – Direitos e obrigações das partes contratantes.

UNIDADE V – TRANSPORTE

- 5.1 – Conceito e características
- 5.2 – Transporte de pessoas
- 5.3 – Transporte de coisas

UNIDADE VI – SEGURO

- 6.1 – Conceito e características.
- 6.2 – Seguro de dano.
- 6.3 – Seguro de pessoa.

UNIDADE VII – CONTRATOS BANCÁRIOS

- 7.1 – Conceito.
- 7.2 – Sistema Financeiro
- 7.3 – Operações passivas e ativas.
- 7.4 – Depósito.
- 7.5 – Conta corrente.
- 7.6 – Aplicações financeiras.
- 7.7 – Mútuo.
- 7.8 – Desconto bancário.
- 7.9 – Antecipação de crédito.

UNIDADE VIII – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA.

- 8.1 – Conceito.
- 8.2 – Características.
- 8.3 – Direitos e obrigações das partes contratantes

UNIDADE IX – ARRENDAMENTO MERCANTIL (“LEASING”)

- 9.1 – Conceito.
- 9.2 – Características.
- 9.3 – Direitos e obrigações das partes contratantes

UNIDADE X – FATURIZAÇÃO (“FACTORING”)

- 10.1 – Conceito.
- 10.2 – Características.
- 10.3 – Direitos e obrigações das partes contratantes

UNIDADE XI – FRANQUIA (“FRANCHISING”)

- 11.1 – Conceito.
- 11.2 – Características.
- 11.3 – Direitos e obrigações das partes contratantes

UNIDADE XII – “KNOW HOW”

- 12.1 – Conceito.
- 12.2 – Características.
- 12.3 – Direitos e obrigações das partes contratantes

UNIDADE XIII – CARTÃO DE CRÉDITO

- 13.1 – Conceito.
- 13.2 – Características.
- 13.3 – Direitos e obrigações das partes contratantes

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso (Tratado) de Direito Comercial**. São Paulo: Saraiva, 2015.
NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Comercial e de Empresa**. São Paulo: Saraiva, 2015.
REQUIÃO, Rubens. **Curso Direito Comercial e Empresarial, v.2**. São Paulo: Saraiva, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
MARTINS, Fran. **Contratos e Obrigações Comerciais**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
NEGRÃO, Ricardo. **Curso de Direito Comercial e de Empresa, v.2** São Paulo: Saraiva, 2018.
Figueiredo, Paulo Vieira- Contrato Factoring, 2016

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO CIVIL V
6º PERÍODO: 60H/S
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Direitos Reais. Posse. Propriedade.

OBJETIVOS

Habilitar o futuro profissional ao exercício das funções que lhe forem atribuídas na órbita dos direitos reais. Compreender a importância do seu estudo diante da perspectiva civil – constitucional. Analisar os aspectos da posse e propriedade, bem como sua aplicação frente à realidade sócio-econômica brasileira.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I - OS DIREITOS REAIS

- 1.1 Conceito
- 1.2 Distinção entre direitos reais e pessoais
- 1.3 Classificação dos direitos reais
- 1.4 Características dos direitos reais

UNIDADE II - POSSE

- 2.1 Noções gerais: origem, conceito, teorias: subjetiva e objetiva e classificações
- 2.3 Aquisição e perda da posse
- 2.4 Efeitos da posse e proteção possessória

UNIDADE III - PROPRIEDADE

- 3.1 Conceito
- 3.2 Função social da propriedade
- 3.3 Extensão e limitações ao direito de propriedade
- 3.4 Propriedade resolúvel

UNIDADE IV – AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL

- 4.1 Registro
- 4.2 Acesso
- 4.3 Usucapião
- 4.4 Direito hereditária

UNIDADE V – AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE MÓVEL

- 5.1 Ocupação
- 5.2 Descoberta
- 5.3 Especificação
- 5.4 Confusão, comistão e adjunção
- 5.5 Usucapião
- 5.6 Tradição

UNIDADE VI – PERDA DA PROPRIEDADE

UNIDADE VII – DIREITO DE VIZINHANÇA

UNIDADE VIII – CONDOMÍNIO

- 8.1 Condomínio em geral
- 8.2 Condomínios edilício:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GAGLIANO, Pablo Stolze; Pamplona Filho, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**, v.4. São Paulo: Saraiva, 2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil Brasileiro**. v. 4. São Paulo: Saraiva, 2018.

NEGRÃO, Theotonio. **Código Civil e Legislação Civil em Vigor**. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FACHIN, Luiz Edson. **Estatuto Jurídico do Patrimônio Mínimo**: à luz do novo código civil brasileiro e da Constituição Federal. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

ROSENVALD, Nelson. **Direitos Reais**: teoria e questões (baseado no novo código civil em vigor). Rio de Janeiro: Impetus, 2009.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil. Direitos Reais**. São Paulo, 2007.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL II
6º PERÍODO: 60H/S
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Procedimento comum. Petição inicial. Valor da causa. Tutela provisória. Resposta do réu. Revelia, saneamento, julgamento conforme o estado do processo. Provas. Audiência.

OBJETIVOS

Compreender as normas processuais e suas teorias como forma de instrumentalizar o aluno para a vida profissional, bem como desenvolver uma visão crítica a respeito da dinâmica do Poder Judiciário, tem em vista a idéia de acesso à justiça e de solução pacífica dos conflitos.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – PROCEDIMENTO COMUM

- 1.1 Fases: postulação, saneamento, fases probatória e decisória

UNIDADE II - PETIÇÃO INICIAL

- 2.1 Conceito
- 2.2 Requisitos
- 2.3 Indeferimento
- 2.4 Julgamento imediato do mérito com base em precedentes

UNIDADE III – VALOR DA CAUSA

UNIDADE IV – TUTELA PROVISÓRIA

- 5.1 Disposições gerais
- 5.2 Da tutela de urgência.
- 5.3 Do procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente.
- 5.4 Do procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente.
- 5.5 Da tutela de evidência

UNIDADE V – RESPOSTA DO RÉU

- 6.1 Contestação
- 6.2 Reconvenção

UNIDADE VI - REVELIA, SANEAMENTO, JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO

- 7.1 Providências preliminares
- 7.2 Revelia e seus efeitos
- 7.3 Julgamento antecipado do mérito
- 7.4 Saneamento do processo

UNIDADE VII – PROVAS

- 8.1 Teoria geral da prova
- 8.2 Espécies de prova

UNIDADE VIII - AUDIÊNCIA

- 9.1 Audiência de conciliação ou de mediação
- 9.2 Audiência de instrução e julgamento

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil, vol. 1.** São Paulo : Saraiva, 2021.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de Direito Processual Civil, vol. 1.** São Paulo : Saraiva, 2021.

DALLA, Humberto. **Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo.** São Paulo : Saraiva, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O Novo Processo Civil Brasileiro.** São Paulo : Gen | Atlas, 2021.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil, Vol. I.** São Paulo : Gen | Forense, 2020.

NEVES, Daniel Amorim Assunção. **Manual de Direito Processual Civil, vol. Único.** Salvador : Ed. Jus Podivm, 2020.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO
6º PERÍODO: 60H/S
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Aspectos preliminares. Relações entre o sistema interno e o externo de Direito. A sociedade internacional. O Estado. Organizações internacionais: universais e regionais. Compromissos Internacionais. Domínio marítimo. Solução dos litígios internacionais.

OBJETIVOS

Compreender os sujeitos de direito internacional público e seus compromissos na sociedade internacional. Analisar as soluções dos litígios decorrentes destas relações.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos jurídicos. Realização de pesquisa jurídica. Estudo de casos.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – ASPECTOS PRELIMINARES

- 1.1 Conceito
- 1.2 Histórico
- 1.3 Finalidades
- 1.4 Fundamentos
- 1.5 Objeto
- 1.6 Importância

UNIDADE II – RELAÇÕES ENTRE O SISTEMA INTERNO E O EXTERNO (INTERNACIONAL) DIREITO.

- 2.1 Introdução
- 2.2 Teorias monista e dualista
- 2.3 Fontes

UNIDADE III – A SOCIEDADE INTERNACIONAL

- 3.1 Introdução
- 3.2 Características
- 3.3 Pessoas internacionais

UNIDADE IV – COMPROMISSOS INTERNACIONAIS

- 4.1 Terminologia

- 4.2 Classificação e partes
- 4.3 Condições de validade
- 4.4 Fases do processo de conclusão (negociação, assinatura, ratificação, publicação e registro)
- 4.5 Reserva
- 4.6 Adesão
- 4.7 Denúncia

UNIDADE V - ESTADO

- 5.1 Elementos Componentes
- 5.2 Aquisição/ formação: originária, natural e derivada do território
- 5.3 Formação histórica do território brasileiro
 - 5.3.1. No período colonial
 - 5.3.2 No período pós – independência
- 5.4 Nascimento do Estado
- 5.5 Classificação
- 5.6 Reconhecimento
- 5.7 Transformação
- 5.8 Extinção
- 5.9 Sucessão
- 5.10 Direitos
- 5.11 Restrições aos Direitos
- 5.12 Deveres
- 5.13 Intervenção
- 5.14 Responsabilidade

UNIDADE VI– ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

- 6.1 Conceito
- 6.2 Características
- 6.3 Responsabilidade
- 6.4 Direito de Convenção
- 6.5 Classificação
- 6.6 Privilégios e imunidades

UNIDADE VII - PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS UNIVERSAIS

- 7.1 Organização das Nações Unidas
 - 7.1.1 Histórico
 - 7.1.2 Propósitos
 - 7.1.3 Órgãos principais
 - 7.1.4 Organismos especializados
- 7.2 Organização Mundial do Comércio

UNIDADE VIII – ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS REGIONAIS

- 8.1 Organizações européias (União Européia e outras)
- 8.2 Organizações asiáticas
- 8.3 Organizações africanas
- 8.4 Liga dos Estados Árabes
- 8.5 Organizações Americanas (OEA, MERCOSUL e outras)

UNIDADE IX - DOMÍNIO MARÍTIMO

- 9.1 Águas interiores
- 9.2 Mar territorial
- 9.3 Plataforma continental
- 9.4 Zona econômica exclusiva

UNIDADE X– SOLUÇÃO DOS LITÍGIOS INTERNACIONAIS

10.1 Modos diplomáticos

10.2 Modos políticos

10.3 Modos jurídicos

10.4 Arbitragem internacional

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ACCIOLY, Hidelbrando; SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e. **Manual de Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2009.

GUERRA, Sidney. **Curso de Direito Internacional público**. São Paulo: Saraiva, 2017.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional público**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. São Paulo: Saraiva, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Coletânea de Direito internacional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

BRANCATO, Ricardo Teixeira. **Instituições de Direito Público e de Direito Privado**. São Paulo: Saraiva, 2014.

GUERRA, Sidney. **Tratados e Convenções Internacionais**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2006.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. **O tribunal Penal Internacional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

SOARES, Denise de Souza. **Direito Internacional Penal: tratados e convenções**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

TÁVORA, Fabiano. **Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2016.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE CIVIL
6º PERÍODO: 40H/A
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Noções gerais. Responsabilidade contratual e extracontratual. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Responsabilidade por fato de outrem e pelo fato das coisas. Responsabilidade Civil do Advogado. Responsabilidade Civil do Fornecedor .

OBJETIVOS

Habilitar o futuro profissional ao exercício das funções que lhe forem atribuídas na órbita da responsabilidade civil em vários aspectos. Analisar a teoria geral da responsabilidade civil, bem como sua aplicação frente à realidade sócio-econômica brasileira.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – RESPONSABILIDADE CIVIL: NOÇÕES GERAIS

- 1.1 Conceito jurídico de responsabilidade
- 1.2 Ato ilícito em sentido estrito e amplo
- 1.3 Espécies de responsabilidade
- 1.4 Natureza jurídica da responsabilidade civil
- 1.5 Função da reparação civil
- 1.6 Pressupostos da responsabilidade civil

UNIDADE II – RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL SUBJETIVA - PRESSUPOSTOS

- 2.1 Conduta humana.
 - 2.1.1 Fato próprio, de terceiro e da coisa. Imputabilidade
 - 2.1.2 A culpa lato sensu
 - 2.1.3 Elementos
 - 2.1.4 Espécies
- 2.2 Nexo Causal
 - 2.2.1 Teorias explicativas do nexos de causalidade
 - 2.2.2 A teoria acolhida pelo nosso Direito Civil Brasileiro
 - 2.2.3 Causalidade da omissão
 - 2.2.4 Causas concorrentes
 - 2.2.5 Concausa
 - 2.2.6 Causas excludentes da responsabilidade civil
 - 2.2.7 Fato exclusivo da vítima
 - 2.2.8 Fato de terceiro
 - 2.2.9 Caso fortuito e força maior

2.3 Dano

- 2.3.1 Conceito
- 2.3.2 Dano patrimonial: dano emergente e lucro cessante
- 2.3.3 Dano moral: evolução doutrinária, posicionamento atual, configuração, prova e arbitramento
- 2.3.4 Legitimação para pleitear o dano moral
- 2.3.5 Dano moral e pessoa jurídica
- 2.3.6 Transmissibilidade
- 2.3.7 Liberdade de informação e inviolabilidade da vida privada
- 2.3.8 Dano estético
- 2.3.9 Dano à imagem
- 2.3.10 Dano à imagem da pessoa falecida
- 2.3.11 Dano reflexo ou em ricochete
- 2.3.12 Danos coletivos, difusos e a interesses individuais homogêneos
- 2.3.13 Liquidação do dano
- 2.3.14 Verbas indenizáveis

UNIDADE III – RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA

- 3.1 Evolução histórica
 - 3.1.1 Teoria do risco
- 3.2 Responsabilidade objetiva no Código Civil Brasileiro de 2002
 - 3.2.1 Abuso de Direito
 - 3.2.2 Responsabilidade pelo desempenho de atividade de risco

UNIDADE IV – RESPONSABILIDADE POR FATO DE OUTREM E PELO FATO DA COISA

- 4.1 Responsabilidade direta e indireta
- 4.2 Responsabilidade do pai por atos dos filhos menores
 - 4.2.1 Dos tutores e curadores
 - 4.2.2 Dos incapazes
- 4.3 Responsabilidade do empregador ou comitente
- 4.4 Teoria da guarda
 - 4.4.1 Furto ou roubo de veículo
 - 4.4.2 Fatos de animais
 - 4.4.3 Ruína de edifício
 - 4.4.4 Coisas caídas ou lançadas do prédio

UNIDADE V – RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E PRÉ-CONTRATUAL

- 5.1 Pressupostos
 - 5.1.1 Inadimplemento e mora
 - 5.1.2 Juros de mora. Cláusula penal

UNIDADE VI – RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ADVOGADOS

- 6.1 Fundamento e configuração da responsabilidade
- 6.2 Responsabilidade contratual. Obrigação de meio. Responsabilidade subjetiva
- 6.3 Responsabilidade pela perda de uma chance.
- 6.4 Inviolabilidade profissional.

UNIDADE VII – RESPONSABILIDADE CIVIL DO FORNECEDOR NO CDC

- 7.1 Noções Gerais
- 7.2 Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço
- 7.3 Responsabilidade por vício do produto e do serviço

7.4 Responsabilidade Objetiva e solidária

7.5 As excludentes da responsabilidade civil

7.6 Inadmissibilidade de cláusula limitativa da responsabilidade

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa da responsabilidade Civil**. São Paulo: Atlas, 2007.

GAGLIANO, Plabo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil – Responsabilidade civil**. v. 3. São Paulo: Saraiva, 2021

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016.

GONÇALVES, Carlos Roberto e LENZA, P. **Direito Civil Esquematizado**, São Paulo: Saraiva, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIAS, José Aguiar. **Da responsabilidade Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

FARIAS, Cristiano Chaves. **Novo Tratado de Responsabilidade Civil**. São Paulo: Saraiva, 2017.

MONTEIRO, W.D.B. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2014

ROSENVALD, Nelson. **As funções da responsabilidade civil. A reparação e a pena civil**. São Paulo: Saraiva, 2017

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO
6º PERÍODO: 60H/S
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Introdução ao direito processual do trabalho. Organização da Justiça do Trabalho. Competência da Justiça do Trabalho. Ações trabalhistas. Dissídio individual: procedimento, recursos. Procedimentos Especiais. Medidas cautelares. Liquidação de sentença. Execução.

OBJETIVOS

Compreender os procedimentos ordinário, sumaríssimo e especial utilizados na Justiça do Trabalho, tendo em vista os princípios da instrumentalidade do processo e da conciliação, a fim de alcançar soluções pacíficas para os conflitos trabalhistas e o efetivo acesso à justiça.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos jurídicos, jurisprudências, peças processuais. Realização de pesquisa jurídica. Estudo de casos.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

- 1.1 Antecedentes históricos
- 1.2 Conceito
- 1.3 Princípios
- 1.4 Organização da Justiça do Trabalho

UNIDADE II – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

- 2.1 Conceito
- 2.2 Competência em razão das pessoas
- 2.3 Competência em razão da matéria
- 2.4 Competência em razão do lugar
- 2.5 Competência em dissídio coletivo
- 2.6 Conflito de competência

UNIDADE III – AÇÕES TRABALHISTAS

- 3.1 Conceito, garantias constitucionais e elementos da ação
- 3.2 Classificação
- 3.3 Condições das ações
- 3.4 Pressupostos de existência e validade do processo

3.5 Ação declaratória incidental

UNIDADE IV – DISSÍDIO INDIVIDUAL

- 4.1 Partes, representação, procuradores e terceiros
- 4.2 Atos e prazos processuais
- 4.3 Nulidades e custas

UNIDADE V – PROCEDIMENTO DO DISSÍDIO INDIVIDUAL

- 5.1 Petição inicial
- 5.2 Distribuição
- 5.3 Audiência
- 5.4 Resposta do réu
- 5.5 Provas
- 5.6 Alegações finais
- 5.7 Sentença
- 5.8 Procedimento sumaríssimo

UNIDADE VI – RECURSOS DO DISSÍDIO INDIVIDUAL

- 6.1 Aspectos gerais, princípios
- 6.2 Juízo de admissibilidade
- 6.3 Pressupostos dos recursos
- 6.4 Recurso ordinário
- 6.5 Recurso de revista
- 6.6 Embargos do TST
- 6.7 Agravo de petição
- 6.8 Agravo de instrumento
- 6.9 Agravo regimental
- 6.10 Recurso extraordinário
- 6.11 Recurso adesivo
- 6.12 Correição parcial
- 6.13 Embargos de declaração

UNIDADE VII – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E MEDIDAS CAUTELARES

- 7.1 Introdução
- 7.2 Inquérito para apuração de falta grave
- 7.3 Ação rescisória
- 7.4 Mandado de segurança
- 7.5 Ação de consignação em pagamento
- 7.6 Prestação de contas
- 7.7 Ação cominatória
- 7.8 Ações possessórias
- 7.9 Ação revisional
- 7.10 Habeas corpus
- 7.11 Ação monitória
- 7.12 Medidas cautelares

UNIDADE VIII – EXECUÇÃO TRABALHISTA

- 8.1 Liquidação de sentença
- 8.2 Formas de execução
- 8.3 Embargos à execução
- 8.4 Embargos de terceiros
- 8.5 Suspensão e extinção da execução

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2018.
MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do processual trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR :

OLIVEIRA, Aristeu de. **Reforma Trabalhista CLT e Legislação Comparadas: Lei 13.467/2017**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2018.
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Direito e processual do trabalho**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
PEREIRA, Leone. **Manual de processo de trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2018.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2007.
PEREIRA, Leone. **Manual de processo de trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2018.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO ADMINISTRATIVO II
7º PERÍODO: 80 H/S
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Serviços Públicos; Servidores Públicos, Domínio Público; Intervenção na Propriedade privada; Desapropriação; Intervenção no domínio econômico; Responsabilidade Civil da Administração; Controle da Administração.

OBJETIVOS

Compreender a estrutura da Administração Pública e sua dinâmica, tendo em vista os princípios constitucionais e específicos.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos jurídicos e jurisprudências. Realização de pesquisa jurídica. Estudo de casos.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I - SERVIÇOS PÚBLICOS:

- 1.1 Considerações gerais: conceito, classificação, regulamentação e controle;
- 1.2 Requisitos do serviço e direitos do usuário;
- 1.3 Competência para a prestação do serviço;
- 1.4 Formas e meios de prestação do serviço;
- 1.5 Serviços concedidos, permitidos e autorizados; Terceirização;
- 1.6 Convênios e Consórcios Administrativos;
- 1.7 Programa Nacional de Desestatização e as Privatizações.
- 1.8 Concessão especial de serviços públicos (Parecerias público-privadas).

UNIDADE II - AGENTES PÚBLICOS:

- 2.1 Considerações gerais: o Agente Público; espécies; regime estatutário, especial, trabalhista;
- 2.2 Organização do servidor público: organização legal, cargos e funções;
- 2.3 Regime jurídicoconstitucional;
- 2.4 Direitos e deveres dos funcionários: restrições funcionais, vencimentos e vantagens pecuniárias, adicionais e gratificações; o Estatuto do Servidor – Regime estatutário;
- 2.5 Processo disciplinar;
- 2.6 Responsabilidade civil, administrativa e penal do servidor público. Repercussão de instância.

UNIDADE III - DOMÍNIO PÚBLICO:

- 3.1 Considerações Gerais: Conceito, classificação e atributos dos bens públicos (impenhorabilidade, imprescritibilidade, inalienabilidade relativa, não onerosidade);
- 3.2 Bens públicos pertencentes à União, Estados, Municípios e DF;
- 3.3 Administração dos bens públicos, utilização dos bens públicos, alienação dos bens públicos por particulares, aquisição de bens pela administração;
- 3.4 Terras públicas: vias e logradouros públicos;

- 3.5 Águas públicas; Jazidas; Florestas; Fauna; Espaço aéreo; Patrimônio histórico e artístico nacional;
- 3.6 Proteção ambiental: controle da poluição, preservação dos recursos naturais, restauração dos elementos destruídos.

UNIDADE IV- INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE PRIVADA E NO DOMÍNIO ECONÔMICO:

- 4.1 Considerações gerais: propriedade e domínio econômico, bem estar social;
- 4.2 Competência e fundamento;
- 4.3 Meios de intervenção na propriedade: a) desapropriação; b) servidão administrativa c): limitação administrativa d) tombamento; e) ocupação temporária; f) requisição administrativa;
- 4.4 Intervenção no domínio econômico: monopólio, repressão ao abuso do poder econômico, controle do abastecimento, tabelamento de preços.

UNIDADE V- RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO:

- 5.1 Considerações gerais: evolução doutrinária;
- 5.2 A responsabilidade civil da administração no direito brasileiro; Teoria do risco administrativo e causas excludentes;
- 5.3 A responsabilidade por atos legislativos e judiciais;
- 5.4 A reparação do dano: ação regressiva. Pagamento por meio do precatório ou requisição de pequeno valor.

UNIDADE VI - CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO:

- 6.1 Considerações gerais: a necessidade de controle, conceito de controle, tipos e formas de controle;
- 6.2 Controle administrativo: processo administrativo e suas espécies, princípios do processo administrativo, fases do processo administrativo, modalidades de processo administrativo, meios sumários, processo administrativo tributário; coisa julgada administrativa, prescrição administrativa;
- 6.3 Controle legislativo/atribuições dos tribunais de contas;
- 6.4 Controle judiciário: a administração em juízo, privilégios; representação em juízo, atuação processual, execução do julgado, despesas judiciais, prescrição judicial. Ações especiais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2011.
- MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2009.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito Administrativo e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
- GOMES, Fabio Bellote. **Elementos de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- MAZZA, Alexandre. **Direito Administrativo na Prática**. São Paulo: Saraiva, 2016.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO EMPRESARIAL IV
7º PERÍODO: 40 H/S
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Disposições comuns à falência e recuperação judicial: verificação e habilitação de créditos, administrador judicial e comitê de credores, assembléia geral de credores. Pedido e processamento da recuperação judicial. Plano de recuperação. Falência. Classificação de créditos. Inabilitação empresarial, direitos e deveres do falido. Arrecadação e Custódia de bens. Ação revocatória. Pagamento aos Credores. Encerramento da Falência. Recuperação extrajudicial. Crimes falimentares.

OBJETIVOS

Compreender a dinâmica do processo de falência e da recuperação judicial, de modo a solucionar os problemas atinentes à situação de crise da empresa.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – DISPOSIÇÕES COMUNS À FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

- 1.1 – Pessoas sujeitas à falência e à recuperação judicial
- 1.2 – Pressupostos
- 1.3 – Verificação e habilitação de créditos
- 1.4 – Administrador judicial e comitê de credores
- 1.5 – Assembléia geral de credores

UNIDADE II – RECUPERAÇÃO JUDICIAL

- 2.1 – Processamento, Auxiliar do Juízo.
- 2.2 – Plano de recuperação, Plano dos Credores
- 2.3 – Plano de recuperação em microempresas e empresas de pequeno porte
- 2.4 – Convolação em falência

UNIDADE III – FALÊNCIA

- 3.1 – Legitimidade para requerer falência
- 3.2 – Autofalência
- 3.3 – Procedimento, Consolidação Processual e Substancial.
- 3.4 – Arrecadação e custódia dos bens
- 3.5 – classificação dos créditos

- 3.6 – Efeitos da decretação da falência
- 3.7 – Inabilitação empresarial
- 3.8 – Realização do ativo
- 3.9 – Pagamento dos Credores

UNIDADE IV – AÇÃO REVOCATÓRIA

- 4.1 – Conceito
- 4.2 – Legitimidade
- 4.3 – Rito

UNIDADE V – RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

- 5.1 – Conceito
- 5.2 – Pressupostos
- 5.3 - Efeitos

UNIDADE VI – CRIMES FALIMENTARES

- 6.1 – Tipos penais
- 6.2 – Procedimento penal

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- COELHO, Fabio Ulhôa. (Tratado) **Curso de Direito Comercial** – direito de empresa. São Paulo: Saraiva, 2014.
- NEGRÃO, Ricardo. **Manual Direito Comercial de Empresa**. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- REQUIÃO, Rubens. **Direito Comercial e Empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- CAMPINHO, Sérgio. **Falência e Recuperação de Empresa**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- FAZZIO JUNIOR, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. São Paulo: Atlas, 2006.
- NEGRÃO, Ricardo. **Aspectos objetivos da lei de recuperação de empresas e de falências**. São Paulo: Saraiva, 2005.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO CIVIL VI
7º PERÍODO: 40 H/S
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Direitos Reais sobre coisa alheia.

OBJETIVOS

Habilitar o futuro profissional ao exercício das funções que lhe forem atribuídas na órbita dos direitos reais sobre coisa alheia. Compreender a importância do seu estudo diante da perspectiva civil – constitucional. Analisar os aspectos dos direitos reais sobre coisa alheia, bem como sua aplicação frente à realidade sócio-econômica brasileira.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – DIREITOS REAIS SOBRE COISA ALHEIA

1.1 Noções gerais e classificação

UNIDADE II – DIREITOS REAIS LIMITADOS DE GOZO OU FRUIÇÃO

2.1 Enfitese

2.2 Direito de superfície

2.2 Servidão

2.3 Usufruto

2.4 Uso

2.5 Habitação

UNIDADE III – DIREITO REAL DE AQUISIÇÃO

3.1 Promitente comprador de imóvel

UNIDADE III – DIREITOS REAIS DE GARANTIA

3.1 Noções gerais

3.3 Penhor

3.4 Hipoteca

3.5 Anticrese

3.6 Propriedade fiduciária

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GAGLIANO, Pablo Stolze; Pamplona Filho, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**, v.4. São Paulo: Saraiva, 2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. v. 4. São Paulo: Saraiva, 2018.

NEGRÃO, Theotonio. **Código Civil e Legislação Civil em Vigor**. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FACHIN, Luiz Edson. **Estatuto jurídico do patrimônio mínimo**: à luz do novo Código Civil brasileiro e da Constituição Federal. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

NEGRÃO, Theotonio. **Código Civil e Legislação Civil em Vigor**. São Paulo: Saraiva, 2017.

ROSENVALD, Nelson. **Direitos Reais**: teoria e questões (baseado no novo Código Civil em vigor). Rio de Janeiro: Impetus, 2009.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil. Direitos Reais**. São Paulo, 2007.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
7º PERÍODO: 60H/S
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Aspectos preliminares. Conflitos Interestaduais das leis. Conexão Internacional. O ordenamento jurídico estrangeiro no Brasil. As sentenças estrangeiras. Órgãos representativos dos Estados. Nacionalidade. O estrangeiro no Brasil.

OBJETIVOS

Compreender a importância e os fundamentos do direito internacional privado. Analisar a aplicação da legislação nacional ou estrangeira nas relações jurídicas de direito internacional privado. Identificar os aspectos da nacionalidade e as questões relativas ao estrangeiro no território nacional.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos jurídicos e jurisprudências. Realização de pesquisa jurídica. Estudo de casos.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – ASPECTOS PRELIMINARES DO DIPRI

- 1.1 Conceito
- 1.2 Histórico
- 1.3 Finalidade
- 1.4 Objeto
- 1.5 Fontes
- 1.6 Extensão da jurisdição brasileira (LINDB)

UNIDADE II – CONFLITOS INTERESTADUAIS DAS LEIS

- 2.1 O direito nas diversas ordens jurídicas
- 2.2 Taxionomia ou qualificação das leis
- 2.3 Princípios aplicáveis
- 2.4 O direito e o exercício da soberania

UNIDADE III – A CONEXÃO INTERNACIONAL

- 3.1 Elementos de conexão internacional
- 3.2 Elementos de conexão internacional no ordenamento nacional
- 3.3 Determinação da legislação aplicável
- 3.4 Reenvio

UNIDADE IV – O ORDENAMENTO JURÍDICO ESTRANGEIRO NO BRASIL

- 4.1 Incorporação do direito estrangeiro
- 4.2 Aplicação do direito estrangeiro
- 4.3 Limites à aplicação do direito estrangeiro

UNIDADE V – AS SENTENÇAS ESTRANGEIRAS

- 5.1 Homologação
- 5.2 Execução
- 5.3 Dos atos praticados no estrangeiro
- 5.4 A validade das manifestações de vontade realizadas no estrangeiro

UNIDADE VI – ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS DOS ESTADOS

- 6.1 Chefia de Estado
- 6.2 Ministério das Relações Exteriores
- 6.3 Missões diplomáticas
- 6.4 Repartições consulares
- 6.5 Diferenças entre AD/MD e RC/FC

UNIDADE VII – NACIONALIDADE

- 7.1 Declaração universal dos Direitos do Homem
- 7.2 Nacionalidade originária
- 7.3 Nacionalidade adquirida
- 7.4 Nacionalidade no ordenamento jurídico brasileiro

UNIDADE VIII – O ESTRANGEIRO NO BRASIL

- 8.1 Condição jurídica
- 8.2 O Sistema de Passaporte
- 8.3 Lei de Migração/13.445/2017 e Decreto nº 9199
- 8.4 Documentos de Viagem
- 8.5 Vistos de Entrada
- 8.6 Repatriação
- 8.7 Deportação
- 8.8 Expulsão
- 8.9 Naturalização
- 8.10 Extradicação
- 8.11 Transferência de Execução da Pena

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRANCATO, Ricardo Teixeira. *Instituições de Direito Público e de Direito Privado*. São Paulo: Saraiva, 2013.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Curso de Direito Internacional Privado*. Rio de Janeiro: Forense, 2019

RECHSTEINER, Beat Walter. *Direito internacional privado*. São Paulo: Saraiva, 2013.

STRENGER, Irineu. *Direito internacional privado: parte geral, direito civil internacional, direito comercial internacional*. São Paulo: LTr, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- COUTO, Estêvão Ferreira. **A relação entre o interno e o internacional:** concepções cambiantes de soberania, doutrina e jurisprudência dos tribunais superiores no Brasil. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado:** arbitragem comercial internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- PEREIRA, Luis Cezar Ramos. **Costume Internacional:** gênese do direito internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- REALE, Miguel. **Questões de Direito Privado.** São Paulo: Saraiva, 2010.
- SALOMÃO, Luís Felipe. **Direito Privado - Teoria e Prática.** São Paulo: Saraiva, 2016.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL III
7º PERÍODO: 60H/A
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Sentença. Coisa julgada. Teoria geral dos precedentes. Procedimentos especiais: aspectos gerais. Ação de consignação em pagamento. Ações possessórias. Ações de locação. Jurisdição voluntária (aspectos gerais). Ação rescisória. Juizados especiais cíveis.

OBJETIVOS

Compreender as normas processuais e suas teorias como forma de instrumentalizar o aluno para a vida profissional, bem como desenvolver uma visão crítica a respeito da dinâmica do Poder Judiciário, tem em vista a idéia de acesso à justiça e de solução pacífica dos conflitos.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – SENTENÇA

UNIDADE II – COISA JULGADA

UNIDADE III – TEORIA GERAL DOS PRECEDENTES

UNIDADE IV – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: ASPECTOS GERAIS

UNIDADE V – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

UNIDADE VI – AÇÕES POSSESSÓRIAS

UNIDADE VII – AÇÕES DE LOCAÇÃO

UNIDADE VIII – JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA: ASPECTOS GERAIS

UNIDADE IX – AÇÃO RESCISÓRIA

UNIDADE X – JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

10.1 Princípios norteadores

10.2 Competência

- 10.3 Partes
- 10.4 Procedimento
- 10.5 Execução

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016.
- GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. v.3 – Processo de execução e procedimentos especiais. São Paulo: Saraiva, 2013.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. v. III. São Paulo: Forense, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo Curso De Direito Processual Civil**, v. 3. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MARCATO, Antônio Carlos. **Procedimentos especiais**. São Paulo: Atlas, 2007.
- PINHO, Humberto Dalla de. **Direito Processual Civil Contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 2018.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO DO CONSUMIDOR
7º PERÍODO: 40H/S
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Base constitucional. Princípios. Conceitos básicos. Direitos básicos do consumidor. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Responsabilidade por vício do produto e do serviço. Decadência e prescrição. Da desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Oferta. Publicidade. As práticas abusivas. Proteção comercial. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão. Defesa do consumidor em juízo.

OBJETIVOS

Compreender a dinâmica do mercado de consumo e das relações iluminadas pelos princípios da vulnerabilidade, da boa-fé objetiva, da confiança e da equidade, bem como a necessidade e o funcionamento das normas de proteção do consumidor.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – BASE CONSTITUCIONAL

- 1.1 – Direito do consumidor como direito fundamental
- 1.2 – Direito do consumidor como princípio da ordem econômica

UNIDADE II – CONCEITOS BÁSICOS

- 2.1 – Consumidor
- 2.2 – Consumidor por equiparação
- 2.3 – Fornecedor
- 2.4 – Produto
- 2.5 – Serviço
- 2.6 – Teorias maximalista, finalista e finalista aprofundada

UNIDADE III – PRINCÍPIOS

- 3.1 – Vulnerabilidade
- 3.2 – Boa-fé objetiva
- 3.3 – Confiança
- 3.4 – Transparência
- 3.5 – Equidade

UNIDADE IV – RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO E DO SERVIÇO

- 4.1 – Periculosidade: inerente, adquirida e exagerada.
- 4.2 – Risco do desenvolvimento
- 4.3 – “Recall”
- 4.4 – Responsabilidade objetiva
- 4.5 – Responsáveis
- 4.6 – Profissionais liberais

UNIDADE V – RESPONSABILIDADE PELO VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇO

- 5.1 – Vícios de qualidade e de quantidade
- 5.2 – Responsáveis
- 5.3 – Vício do produto: direito primário e secundário
- 5.4 – Vício do serviço

UNIDADE VI – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

UNIDADE VII – DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

- 7.1 – Histórico
- 7.2 – Distinção em relação ao Código Civil
- 7.3 – Grupos de sociedades

UNIDADE VIII – OFERTA E PUBLICIDADE

- 8.1 – Distinções conceituais
- 8.2 – Princípios da publicidade
- 8.3 – Publicidade ilícita: enganosa, abusiva e simulada.

UNIDADE IX – PRÁTICAS ABUSIVAS

UNIDADE X – COBRANÇA DE DÍVIDAS

UNIDADE XI – ARQUIVOS DE CONSUMO

- 11.1 – Banco de dados
- 11.2 – Cadastro de consumidores
- 11.3 – Arquivos estatais

UNIDADE XII – PROTEÇÃO CONTRATUAL

- 12.1 – Cláusulas abusivas
- 12.2 – Contratos de adesão

UNIDADE XIII – A DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO

- 13.1 – Defesa individual
- 13.2 – Defesa coletiva
- 13.3 – Competência
- 13.4 – Legitimidade
- 13.5 – Coisa julgada

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOLZAN, Fabrício. **Direito do Consumidor Esquematizado**. (Coleção esquematizado, Coord. Pedro Lenza). São Paulo: Saraiva, 2017.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de Direito do consumidor**. São Paulo: Atlas, 2005.

GRINOVER, Ada Pellegrini [et all] . **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor**. Rio de Janeiro:

Forense Universitária, 2007.

NUNES, Rizzatto. **Curso de Direito do Consumidor**. São Paulo: Saraiva, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR :

CARPENA, Heloísa. **Abuso do direito nos contratos de consumo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

KONDER, Carlos Nelson. **Contratos conexos**: grupos de contratos, redes contratuais e contratos coligados. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

MINICÓDIGO de Defesa Do Consumidor Anotado. São Paulo: Saraiva, 201.

NUNES, Rizzatto. **Comentários ao código de defesa do consumidor**. São Paulo: Saraiva, 2015.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I
7º PERÍODO: 80 H/S.
AULA: TEÓRICA E PRÁTICA

EMENTA

Elaboração de contratos. Representação. Petição inicial. Resposta do réu.

OBJETIVOS

Habilitar o aluno para o exercício profissional junto aos tribunais e órgãos administrativos, numa perspectiva de solução pacífica, eficiente e adequada dos conflitos.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Estudo de casos. Elaboração de peças. Análise de autos processuais.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I- ELABORAÇÃO DE CONTRATOS

- 1.1 Contratos em espécie
- 1.2 Contrato de constituição de sociedade
- 1.3 Distrato

UNIDADE II – REPRESENTAÇÃO

- 2.1 Elaboração de instrumento de procuração ad judícia e de substabelecimento
- 2.2 Elaboração de contrato de honorários advocatícios.

UNIDADE III – PETIÇÃO INICIAL

- 3.1 Elementos da petição inicial
- 3.2 Tutela de urgência
- 3.3 Estrutura da petição
- 3.4 Elaboração de petições iniciais envolvendo casos concretos de obrigações, contratos, posse, propriedade e consumidor.

UNIDADE IV – RESPOSTA DO RÉU

- 4.1 Formas de resposta
- 4.2 Reconvenção, pedido contraposto e exceções
- 4.3 Elementos da contestação
- 4.4 Estrutura da contestação
- 4.5 Elaboração de exceções: incompetência relativa, impedimento e suspeição
- 4.6 Elaboração de contestações e reconvenções envolvendo casos concretos de obrigações, contratos, posse, propriedade e consumidor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando; COLNAGO, Rodrigo. **Prática forense penal**. São Paulo: Saraiva, 2014.
CHACON, Luis Fernando Rabelo. **Manual de Prática Forense Civil**. São Paulo: Saraiva, 2018.
NUCCI, Guilherme de Souza; NUCCI, Náila Cristina Ferreira. **Prática Forense Penal**. 5.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
RAITANI, Francisco. **Prática de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO JUNIOR, Gedeil Claudino de. **Prática no Processo Civil**: cabimento, ações diversas, competência, procedimentos, petições, modelos. São Paulo: Atlas, 2007.
CHACON, Luís Fernando Rabelo. **Prática Forense para estagiários**. São Paulo: Saraiva, 2014.
PERES, Alcides Conejeiro. **Manual de prática forense e orientação do estagiário de direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL I
7º PERÍODO: 60H/S
AULA: TEÓRICA

EMENTA:

Introdução ao processo penal. Princípios gerais do processo. Garantismo e sistemas processuais. Procedimentos investigatórios. Ação penal. Ação civil *ex-delicto*. Jurisdição, competência e atribuição.

OBJETIVOS:

Adquirir as noções catecúmenas do processo penal e o aporte teórico. Destacar eventuais opiniões divergentes. Ser capaz de formular um juízo crítico e formar suas próprias opiniões acerca dos temas enfrentados.

METODOLOGIA DE ENSINO:

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO:

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – INTRODUÇÃO AO PROCESSO PENAL.

- 1.1 Reminiscências de Teoria Geral do Processo. Conceitos básicos. Teoria Geral ou dualismo processual?
- 1.2 Relacionamentos do Direito Processual Penal com outros ramos do Direito.
- 1.3 O Código de Processo Penal e sua leitura constitucional.
- 1.4 Lei Penal e Lei Processual.
- 1.5 Fontes do Direito Processual.

UNIDADE II – PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO.

- 2.1 Noção, função dos princípios, fonte, eficácia formal e material.
- 2.2 Os princípios *de per se* e seus desdobramentos:
 - 2.2.1 Imparcialidade;
 - 2.2.2 Inércia;
 - 2.2.3 Contraditório;
 - 2.2.4 Ampla defesa;
 - 2.2.5 Igualdade;
 - 2.2.6 Princípio da correlação entre a imputação e a sentença;
 - 2.2.7 Publicidade;
 - 2.2.8 Inadmissibilidade da prova ilícita;
 - 2.2.9 Não culpabilidade (inocência?);
 - 2.2.10 Devido processo legal;

- 2.2.11 Livre investigação da prova ou verdade real;
- 2.2.12 Identidade física do juiz;
- 2.2.13 Juiz natural;
- 2.2.14 Promotor natural;
- 2.2.15 Duplo grau de jurisdição;
- 2.2.16 Princípio do *nemo tenetur se detegere*;
- 2.2.17 Princípio da duração razoável do processo;
- 2.2.18 Princípios relativos à ação penal:
 - 2.2.18.1 Obrigatoriedade X Discrecionalidade;
 - 2.2.18.2 Indisponibilidade X Disponibilidade;
 - 2.2.18.3 Indivisibilidade;
 - 2.2.18.4 Oficialidade;
 - 2.2.18.5 Intranscendência.

UNIDADE III – GARANTISMO E SISTEMAS PROCESSUAIS.

- 3.1 Idéias centrais da filosofia garantista e suas aplicações no processo penal. Luigi Ferrajoli.
- 3.2 Os sistemas processuais penais e sua evolução histórica. O sistema acusatório moderno.
- 3.3 Os sistemas processuais penais comparados.
- 3.4 O sistema brasileiro.
- 3.5 Os sujeitos do processo: juiz, jurado, promotor, querelante, ofendido, assistente de acusação, réu, defensor, auxiliares da justiça. O papel do delegado.
- 3.6 Os sistemas processuais e a questão da gestão da prova.

UNIDADE IV – PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS

- 4.1 Noção. Natureza, objetivos, destinatário, espécies de procedimento investigatório.
- 4.2 Questão da investigação criminal direta pelo Ministério Público.
- 4.3 Outros procedimentos investigatórios.
- 4.4 Inquérito policial.
- 4.5 Questão do termo circunstanciado.
- 4.6 Peculiaridades em caso de violência doméstica ou familiar contra a mulher.

UNIDADE V – AÇÃO PENAL

- 5.1 Noção. Teoria geral do direito de ação. Condições da ação e pressupostos processuais.
- 5.2 Natureza da ação.
- 5.3 Espécies de ação.
- 5.4 A ação penal de iniciativa privada.
- 5.5 A ação penal de iniciativa pública.
- 5.6 Ação penal nos Juizados Especiais Criminais e suas peculiaridades. Transação e suspensão condicional do processo.
- 5.7 Concurso de crimes com ações penais diversas.
- 5.8 A petição inicial (denúncia ou queixa).
- 5.9 *Emendatio libelii e mutatio libelii*.
- 5.10 Ação penal *propter officium*.

UNIDADE VI – COMPETÊNCIA

- 6.1 Noção: jurisdição X competência X atribuição.
- 6.2 Regras para fixação da competência – justiça competente, foro competente e juízo competente.
- 6.3 Questão da prevenção.
- 6.4 Casos especiais;

- 6.5 Competência dos Juizados Especiais Criminais.
- 6.6 Competência por conexão e continência.
- 6.7 Desclassificação e *perpetuatio jurisdictionis*.
- 6.8 Foro por prerrogativa de função.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2018.

GRECO FILHO, Vicente. **Manual de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2015.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Código de Processo Penal Anotado**. São Paulo: Saraiva, 2015.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BONATO, Gilson. **Devido Processo Legal e Garantias Processuais Penais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

CHOUKR, Fauzi Hassan. **As Reformas Pontuais do Código de Processo Penal**. Artigo publicado na INTERNET, site Âmbito Jurídico – <http://www.geocities.com/ambitojuridico>.

JESUS, Damásio. **Lei dos juizados especiais criminais anotada**. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARCÃO, Renato. **Lei De Execução Penal Anotada**. São Paulo: Saraiva, 2017

SOARES, Rodrigo Duque Estrada Roig. **Execução Penal - Teoria Crítica**. São Paulo: Saraiva, 2018

CURSO DE DIREITO

PROGRAMA DE DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO I

8º PERÍODO: 80H/S

AULA : TEÓRICA

EMENTA

Noções preliminares de Ciência das Finanças, Direito Financeiro e Direito Tributário. Receita Pública. Despesa Pública. Orçamento Público. Crédito Público. Sistema Tributário Nacional. Princípios constitucionais tributários. Fontes Formais do Direito Tributário. Hermenêutica no Direito Tributário. Obrigação tributária. Sujeição tributária passiva. Crédito Tributário.

OBJETIVOS

Introduzir noções de Direito Financeiro, permitindo ao discente conhecer o sistema que rege a atividade financeira do Estado e a importância da participação popular no controle da gestão pública, incentivando o aluno a desenvolver uma visão crítica.

Apresentar os fundamentos jurídicos da captação de recursos para o Estado, por meio de tributos, como forma de possibilitar que o Estado possa, com a independência desejada, cumprir os objetivos definidos pela Constituição.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I- INTRODUÇÃO

- 1.1 Ciência das Finanças, Direito Financeiro e Direito Tributário: Conceitos, objeto, distinções, autonomia e relações.
- 1.2 Atividade financeira do Estado
- 1.3 Constituição Financeira.

UNIDADE II – DESPESA PÚBLICA

- 2.1. Conceito
- 2.2 Classificação
- 2.3 Princípio da legalidade da despesa e sanções por sua inobservância.

UNIDADE III - RECEITA PÚBLICA

- 3.1 Conceito
- 3.2 Fases históricas
- 3.3 Classificações
- 3.4 Lei de Responsabilidade Fiscal
- 3.5 Lei dos Crimes Contra as Finanças Públicas.

UNIDADE IV - ORÇAMENTO PÚBLICO

- 4.1 Conceito, origens, aspectos, natureza jurídica
- 4.2 Espécies
- 4.3 Princípios constitucionais orçamentários.
- 4.4. O Sistema Constitucional Orçamentário na Constituição de 1988
- 4.5. Execução Orçamentária da despesa e suas fases. Precatórios judiciais.
- 4.6. Controle e Fiscalização da execução orçamentária

UNIDADE V – CRÉDITO PÚBLICO

- 5.1 Conceito, classificações e técnicas instrumentais
- 5.2 Dívida pública.
- 5.3 Dispositivos constitucionais concernentes.

UNIDADE VI - SISTEMA TRIBUTÁRIO NA CONSTITUIÇÃO

- 6.1 Constituição Tributária.
- 6.2 Sistema Tributário: conceitos e classificações.
- 6.3. Tributos: conceito e espécies
- 6.4. Discriminação de rendas na federação brasileira: partilha de competências e transferências intergovernamentais de receitas tributárias.
- 6.5. Desvinculação de Receitas da união (DRU)
- 6.6. Competência tributária
 - 6.6.1. classificação: comum, privativa, residual e extraordinária.
 - 6.6.2. Conflitos de competência tributária (*bis in idem* e bitributação)
 - 6.6.3. Capacidade tributária ativa (distinção)
- 6.7 Delegação de competência.
- 6.8 Capacidade tributária ativa (distinção).

UNIDADE VII - PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

- 7.1. Valores e princípios jurídicos
- 7.2. Limitações constitucionais ao poder de tributar
- 7.3. O valor segurança jurídica
- 7.4. Princípios da legalidade, tipicidade, irretroatividade, anterioridade e anterioridade nonagesimal: a não surpresa do contribuinte.
- 7.5. O valor justiça da tributação.
- 7.6. Princípios da capacidade contributiva, da personalização, do não confisco, da progressividade e da seletividade. O mínimo existencial.
- 7.7. O valor liberdade jurídica.
- 7.8. Princípios da proibição de limitações ao tráfego, da vedação de diferença tributária em razão de procedência ou destino e da transparência.
- 7.9. Imunidades.
- 7.10. Distinções entre não incidência, imunidade, isenção e alíquota zero.
- 7.11. Outros princípios constitucionais tributários: vedação de isenções heterônomas e não cumulatividade.
- 7.12. Demais princípios gerais de direito aplicáveis à matéria tributária: os decorrentes de direitos fundamentais, os da Administração Pública, os processuais e os hermenêuticos.

UNIDADE VIII - FONTES FORMAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO

- 8.1 O CTN e a legislação tributária
- 8.2 Leis complementares previstas em matéria tributária
- 8.3 Medidas provisórias
- 8.4 A lei tributária no tempo: planos de existência (validade), vigência e eficácia da norma

tributária.

UNIDADE IX - HERMENÊUTICA DO DIREITO TRIBUTÁRIO:

- 9.1 Introdução, críticas doutrinárias ao CTN e noções sistemáticas gerais.
- 9.2 Interpretação (propriamente dita) e complementação (integração de lacunas e correção de antinomias): conceitos, métodos e resultados.
- 9.3 O critério econômico de interpretação.

UNIDADE X - OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

- 10.1 Teorias, natureza jurídica, nascimento
- 10.2 Conceitos; elementos, sua classificação, seus aspectos e espécies

UNIDADE XI - SUJEIÇÃO TRIBUTÁRIA PASSIVA

- 11.1 Capacidade tributária passiva.
- 11.2 Domicílio tributário.
- 11.3. Responsabilidade tributária: principal, subsidiária, pessoal e solidária.
- 11.4. Responsabilidade de terceiros, por sucessão ou sub-rogação, por infrações e por substituição.
- 11.5. Substituição tributária
- 11.6. Responsabilidade tributária dos sócios

UNIDADE XII - CRÉDITO TRIBUTÁRIO

- 12.1 Conceito, natureza, teorias sobre seu nascimento.
- 12.2 O lançamento tributário: princípios e modalidades.
- 12.3 Suspensão da exigibilidade do crédito tributário
- 12.4 Extinção do crédito tributário
- 12.5 Exclusão do crédito tributário
- 12.6 Restituição de tributos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. São Paulo. Saraiva, 2008.
HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. São Paulo: Atlas, 2007.
SABBAG, Eduardo. **Manual de direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 2017.
TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ÀVILA, Humberto. **Sistema Constitucional Tributário**. São Paulo: Saraiva, 2006.
CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 2016.
COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
GRECO, Marco Aurélio. **Planejamento Tributário**. Dialética, São Paulo, 2004.
MARINS, James. **Direito Processual Tributário Brasileiro**. São Paulo: Dialética, 2005.
MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva, 2016.
ROSA JÚNIOR, Luiz Emygdio F. da. **Manual de Direito Financeiro & Direito Tributário**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
TORRES, Ricardo Lobo. **Normas de Interpretação e Integração do Direito Tributário**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO CIVIL VII
8º PERÍODO: 60 H/S
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Introdução ao direito de família. Parentesco. Alimentos. Filiação. Guarda, da tutela e da curatela. Casamento. União estável. Dissolução da sociedade conjugal e do vínculo conjugal.

OBJETIVOS

Habilitar o graduando para o adequado exercício da atividade profissional de forma a despertar o senso crítico, os princípios éticos e humanísticos necessários à instrumentalização e solução das demandas judiciais e extrajudiciais no campo do Direito de Família.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – INTRODUÇÃO AO DIREITO DE FAMÍLIA

- 1.1 – Lineamentos Históricos
- 1.2 – A Constitucionalização do Direito de Família

UNIDADE II – DO PARENTESCO

- 2.1 – Conceito, modalidades e efeitos do parentesco
- 2.2 – Contagem de graus
- 2.3 - Afinidade

UNIDADE III – DOS ALIMENTOS

- 3.1 – Conceito e origens.
- 3.2 – Pressupostos, modalidades, características e sujeitos da obrigação alimentar.
- 3.3 – Ação de Alimentos – Lei nº 5.478/68.
- 3.4 – Execução de alimentos.

UNIDADE IV – DA FILIAÇÃO

- 4.1 – Reconhecimento dos filhos
- 4.2 – Filiação socioafetiva.
- 4.2 – Adoção.
- 4.3 – Poder familiar: titularidade, conteúdo, suspensão, perda e extinção.

UNIDADE V – DA GUARDA, DA TUTELA E DA CURATELA

UNIDADE VI – DO CASAMENTO

- 6.1 – Formalidades preliminares
- 6.2 – Impedimentos Matrimoniais. Causas de Anulação e Causas Suspensivas.
- 6.3 – Celebração e prova do casamento.
- 6.4 – Casamento Inexistente, casamento nulo e casamento anulável.
- 6.5 – Casamento Putativo.
- 6.6 – Efeitos Jurídicos do casamento.
- 6.7 – Regime de bens entre os cônjuges.

UNIDADE VII – DA UNIÃO ESTÁVEL

UNIDADE VIII – DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL E DO VÍNCULO CONJUGAL

- 8.1 – Separação Judicial
- 8.2 – Divórcio Judicial
- 8.3 – Separação e Divórcio extrajudicial

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil: Direito de família**, v.6. São Paulo: Saraiva, 2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. v. VI. São Paulo: Saraiva, 2018.

NEGRÃO, Theotonio. **Código Civil e Legislação Civil em Vigor**. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAHALI, Yussef Said. **Separações Conjugais e Divórcio**: Edição Revista e atualizada e ampliada da obra Divórcio e Separação. 12.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

CAHALI, Yussef Said. **Dos Alimentos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Manual De Direito Civil**. São Paulo: 2017.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL II
8º PERÍODO: 80H/S
AULA: TEÓRICA

EMENTA

OS ATOS DE CHAMAMENTO PROCESSUAL. PROVA. PRISÃO. LIBERDADE.

OBJETIVOS

Dando sequencia aos estudos e mantida a posição crítica assumida desde as primeiras aulas do período anterior, agora serão apresentados aos alunos os pontos centrais do processo penal, que envolvem as medidas cautelares de constrição da liberdade e a condução do processo de conhecimento.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas bimestrais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – OS ATOS DE CHAMAMENTO PROCESSUAL.

- 1.1 Noção. Diferenças – citação, notificação e intimação.
- 1.2 Notificações e intimações.
- 1.3 Intimação da pronúncia e da sentença.
- 1.4 Citação.
- 1.5 Revelia do réu.
- 1.6 Peculiaridades do Juizado Especial Criminal.

UNIDADE II – PROVA.

- 2.1 Teoria geral da prova. Princípios, sistemas de valoração, peculiaridades, questão da gestão da prova, questão do *in dubio pro reo*.
- 2.2 Os meios de prova nominados no CPP. Natureza.
- 2.3 Interrogatório.
- 2.4 Confissão.
- 2.5 Ofendido
- 2.6 Prova testemunhal.
- 2.7 Acareação.
- 2.8 Prova documental.
- 2.9 Reconhecimento.
- 2.10 Prova pericial.
- 2.11 Busca.
- 2.12 Prova indiciária.

2.13 A prova ilícita.

UNIDADE III – QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.

- 3.1 Noção.
- 3.2 Questões prejudiciais.
- 3.3 Exceções.
- 3.4 Incompatibilidades e impedimentos.
- 3.5 Conflito de competência e conflito de atribuição.
- 3.6 Restituição das coisas apreendidas.
- 3.7 Medidas assecuratórias.
- 3.8 Incidente de falsidade.
- 3.9 Insanidade mental do acusado.

UNIDADE IV – PRISÃO E MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS.

- 4.1 Noção. A questão do poder geral de cautela do juiz no processo penal.
- 4.2 Os títulos prisionais e seus remédios liberatórios. Prisão ilegal X prisão desnecessária. Pertinência e fungibilidade.
- 4.3 A prisão como medida cautelar. A captura como pressuposto da prisão. Prisão especial. Custódia do preso provisório. Questão da prisão e o Presidente da República.
- 4.4 O sistema constitucional de prisão e liberdade.
- 4.5 O sistema de prisão e liberdade do Código de Processo Penal após a Lei nº 12.403/11.
 - 4.5.1 Teoria geral das medidas cautelares no processo penal.
- 4.6 Prisão em flagrante;
- 4.7 Prisão temporária;
- 4.8 Prisão preventiva;

UNIDADE V – LIBERDADE. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS OU SUBSTITUTIVAS À PRISÃO.

- 5.1 Prisão ilegal x prisão desnecessária. O relaxamento da prisão e a restituição da liberdade.
- 5.2 Noção: liberdade definitiva X liberdade provisória. Classificações. A liberdade provisória na concepção original do Código de Processo Penal e na redação atual.
- 5.3 Liberdade definitiva (ou “liberdade provisória sem vinculação”).
- 5.4 A fiança e as demais medidas cautelares alternativas ou substitutivas à prisão.
- 5.6 Questão da vedação à liberdade provisória nos crimes hediondos e sua leitura atual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2018.
OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Atlas, 2014.
RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. São Paulo: Atlas, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GRECO FILHO, Vicente. **Manual de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2009.
JESUS, Damásio Evangelista de. **Código de Processo Penal Anotado**. São Paulo: Saraiva, 2015.
MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Processo Penal**. São Paulo: Atlas, 2007.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2009.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV
8º PERÍODO: 60H/S
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Teoria geral dos recursos. Apelação. Agravo de instrumento. Embargos de declaração. Técnica de continuidade dos julgamentos. Recurso ordinário constitucional. Recurso especial e recurso extraordinário. Recursos repetitivos. Embargos de divergência. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR). Reclamação.

OBJETIVOS

Compreender as normas processuais e suas teorias como forma de instrumentalizar o aluno para a vida profissional, bem como desenvolver uma visão crítica a respeito da dinâmica do Poder Judiciário, tem em vista a idéia de acesso à justiça e de solução pacífica dos conflitos.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – TEORIA GERAL DOS RECURSOS

- 1.2 Duplo grau de jurisdição
- 1.3 Distinção entre recurso e ação autônoma de impugnação
- 1.4 Natureza jurídica do recurso
- 1.5 Princípios fundamentais dos recursos
- 1.6 Atos judiciais sujeitos a recurso
- 1.7 Distinção entre *error in procedendo* e *error in judicando*
- 1.8 Juízo de admissibilidade e juízo de mérito
- 1.9 Direito entre conhecimento e provimento dos recursos
- 1.10 Recurso adesivo
- 1.11 Efeitos dos recursos

UNIDADE II – APELAÇÃO

- 2.5 Requisitos de admissibilidade
- 2.6 Efeitos suspensivo e devolutivo da apelação
- 2.7 A extensão e a profundidade do efeito devolutivo
- 2.8 O princípio *tantum devolutum quantum appellatum*
- 2.9 A proibição da *reformatio in pejus*
- 2.10 As questões não decididas em primeiro grau

- 2.11 Questões de ordem pública
- 2.12 Devolução das questões anteriores à sentença
- 2.13 Novas questões de fato na apelação
- 2.14 Procedimento e primeira e segunda instâncias
- 2.15 Agravo interno

UNIDADE III – AGRAVO DE INSTRUMENTO

- 3.7 Admissibilidade
- 3.8 Hipóteses de cabimento
- 3.9 Efeitos suspensivo e devolutivo
- 3.10 Procedimento
- 3.11 Juízo de retratação

UNIDADE IV – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

- 4.1 Natureza jurídica
- 4.2 Hipóteses de cabimento
- 4.3 Efeitos
- 4.4 Procedimento

UNIDADE V – TÉCNICA DE CONTINUAÇÃO DO JULGAMENTO

UNIDADE VI - RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL

- 6.1 Hipóteses de cabimento
- 6.2 Requisitos
- 6.3 Hipóteses de recurso ordinário para o STJ
- 6.4 Hipóteses de recurso ordinário para o STF

UNIDADE VII – RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO

- 7.1 Regras gerais aplicáveis ao recurso especial e ao recurso extraordinário
- 7.2 Prequestionamento
- 7.3 Esgotamento da instância
- 7.4 Condições de admissibilidade do recurso especial
- 7.5 A instrução da petição de interposição do recurso especial
- 7.6 Condições de admissibilidade do recurso extraordinário
- 7.7 Repercussão geral

UNIDADE VIII – RECURSOS REPETITIVOS

UNIDADE IX – EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

- 8.1 Hipóteses de cabimento
- 8.2 Admissibilidade
- 8.3 Procedimento

UNIDADE X – INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

UNIDADE XI – RECLAMAÇÃO

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva, 2016.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de direito processual civil**. v. I. Salvador: Podivm, 2018.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso avançado de processo civil**. v. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MILLER, Cristiano Simão. **Recurso ordinário e apelação em mandado de segurança**: cognição, efeito suspensivo e suspensão de segurança. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

NERY JÚNIOR, Nelson. **Teoria geral dos recursos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2018.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO II
8º PERÍODO: 80 H/S
AULA: TEÓRICA E PRÁTICA

EMENTA

Dissídios Individuais e Coletivos. Ações Trabalhistas. Resposta do Réu. Recursos.

OBJETIVOS

Habilitar o aluno para o exercício profissional junto aos tribunais e órgãos administrativos, numa perspectiva de solução pacífica, eficiente e adequada dos conflitos.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Estudo de casos. Elaboração de peças. Análise de autos processuais.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE 1 – DISSÍDIO INDIVIDUAL

- 1.1 – Ritos ordinário, sumário e sumaríssimo
- 1.2 – As partes nos dissídios trabalhistas
- 1.3 – Das Comissões de Conciliação Prévia e do Título Extrajudicial na Justiça do Trabalho – 9958/2000
- 1.4 – Petição Inicial – Conceito – Espécies: Verbal e Escrita – Requisitos da petição inicial – arts. 840, CLT e 282 CPC: aditamento à inicial – Indeferimento da inicial

UNIDADE 2 – AÇÕES TRABALHISTAS:

- 2.1 – Empregada doméstica (dispensa sem justa causa, com justa causa e pedido de demissão)
- 2.2 – Trabalhador Urbano – Rescisão Indireta do Contrato de Trabalho
- 2.3 – Ação de Consignação em pagamento
- 2.4 – Ação Monitória
- 2.5 – Terceirização – subsidiariedade
- 2.6 – Medidas Cautelares
- 2.7 – Tutela Antecipada
- 2.8 – Estabilidade da empregada gestante e do líder sindical – Reintegração e ou indenização substitutiva
- 2.9 – Ação de Dano Moral
- 2.10 – Ação Declaratória

UNIDADE 3 – RESPOSTA DO RÉU

3.1- Defesa – Contestação – Exceção – Reconvenção

UNIDADE 4 – RECURSOS:

- 4.1 – Recurso Ordinário – Contra-razões
- 4.2 – Embargos de Terceiro
- 4.3 – Agravo de Petição
- 4.4 – Agravo de Instrumento

UNIDADE 5 – DISSÍDIO COLETIVO

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2016.
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2018.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito processual do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAMPESTRINI, Hidelbrando. **Como redigir petição inicial**. São Paulo: Saraiva, 2002
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2007.
PEREIRA, Leone. **Manual de processo de trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2017.
NASCIMENTO, Edmundo Dantes. **Linguagem Forense**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
8º PERÍODO: 40H/A
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Introdução ao direito da criança e do adolescente. Direitos fundamentais. Prevenção, política de atendimento e medidas de proteção. Guarda, tutela e adoção. Prática do ato infracional. Conselho Tutelar. Acesso à justiça. Crimes e infrações administrativas.

OBJETIVOS

Analisar os princípios e garantias constitucionais. Compreender os princípios contidos no estatuto da criança e do adolescente. Relacionar os institutos do estatuto com os direitos civil e penal. Identificar as medidas protetivas e sócio-educativas nos casos concretos, bem como os crimes praticados contra a criança e o adolescente.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – INTRODUÇÃO AO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- 1.1 Definição de criança e adolescente
- 1.2 A situação da criança e do adolescente na realidade brasileira
- 1.3 Princípios e garantias constitucionais

UNIDADE II – DIREITOS FUNDAMENTAIS

- 2.1 Direito à vida, à saúde e proteção do nascituro
- 2.2 Direito à liberdade, ao respeito, à dignidade
- 2.3 Direito à convivência familiar e comunitária
- 2.4 Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer
- 2.5 Direito à profissionalização e à proteção no trabalho

UNIDADE III – PREVENÇÃO, POLÍTICA DE ATENDIMENTO E MEDIDAS DE PROTEÇÃO

- 3.1 Aspectos gerais
- 3.2 Prevenção especial
- 3.3 Entidades de atendimento
- 3.4 Medidas de proteção geral e específicas

UNIDADE IV – GUARDA, TUTELA E ADOÇÃO

- 4.1 Poder familiar: titularidade, conteúdo, suspensão, perda e extinção.
- 4.2 Família Natural e Família Substituta.
- 4.3 Guarda: espécies e procedimentos.
- 4.4 Tutela: espécies, escusas, destituição e procedimentos.
- 4.5 Adoção: efeitos e procedimentos.
- 4.6 Adoção Internacional.

UNIDADE V – PRÁTICA DO ATO INFRACIONAL

- 5.1 Direitos individuais
- 5.2 Garantias processuais
- 5.3 Medidas sócio-educativas
- 5.4 Remissão

UNIDADE VI – CONSELHO TUTELAR

UNIDADE VII – ACESSO À JUSTIÇA

- 7.1 Justiça da infância e da juventude
- 7.2 Procedimentos
- 7.3 Recursos
- 7.4 Ministério Público
- 7.5 Advogado
- 7.6 Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos

UNIDADE VII – CRIMES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente - Lei 8.069/90**. 3.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 95 p., il. (Série E. Legislação de saúde).

CURY, Munir. **Estatuto da criança e do adolescente anotado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

FIRMO, Maria de Fátima Carrada. **A criança e o adolescente no ordenamento jurídico brasileiro**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Diretrizes nacionais para a política de atenção integral à infância e à adolescente**. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: http://www.oei.es/inicial/politica/diretrizes_atencion_infantil_brasil.pdf. Acesso em: 29 de set. de 2014.

SEMIÃO, Sergio Abdalla. **Direitos do Nascituro**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

TEPEDINO, Gustavo. **Temas de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069/90, comentado artigo por artigo**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE TÓPICOS INTERDISCIPLINARES
8º PERÍODO: 40H/S
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Direito à Cidade em Campos dos Goytacazes / Rio de Janeiro. Estatuto da Cidade, a Lei Federal nº 10257/01. Função Social da Propriedade Urbana. Plano Diretor da cidade de Campos dos Goytacazes / Rio de Janeiro.

OBJETIVOS

Sensibilizar os discentes para o entendimento do processo de urbanização como agente de transformação das estruturas socioespaciais nas cidades brasileiras. Proporcionar o debate sobre a função social da propriedade urbana tendo como chave de leitura o Estatuto da Cidade. A importância do Plano Diretor como instrumento de gestão urbana. A cidade de Campos dos Goytacazes como estudo de caso.

METODOLOGIA DE ENSINO

A disciplina será ministrada com aulas expositivas e discussão dos textos selecionados na bibliografia, sendo indispensável a leitura prévia destes textos e a participação dos discentes nos debates em sala de aula. Nesta disciplina também será implementada uma metodologia participativa, cabendo aos discentes a seleção e apresentação de arte urbana produzida em Campos dos Goytacazes, como videoclipes e letras de música de rappers e fotografias de graffiti e stencil realizados nos espaços da cidade. Debates interdisciplinares entre Direito, Sociologia e Arte.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais e fichamento de textos da bibliografia. A criação e apresentação de um episódio piloto de um podcast com a temática da arte urbana e direito à cidade. O conteúdo audiovisual deste podcast precisa estar alinhado com a bibliografia desta disciplina. Este piloto terá a participação de um artista de Campos dos Goytacazes, convidado a falar sobre as questões urbanas da cidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – O DIREITO À CIDADE

- 1.1. Origem do termo “direito à cidade”.
- 1.2. A cidade como um bem comum.
- 1.3. A luta pelo direito à cidade

UNIDADE 2 – O ESTATUTO DA CIDADE

- 2.1. História da Lei Federal nº 10257/01.
- 2.2. O Estatuto da Cidade e a aplicabilidade dos instrumentos no âmbito municipal.
- 2.3. A influência do Estatuto da Cidade, na valorização imobiliária e na receita municipal.
- 2.4. A função social da propriedade urbana.

UNIDADE 3 – O PLANO DIRETOR

- 3.1. Estrutura e importância do Plano Diretor.
- 3.2. O Plano Diretor como instrumento de gestão urbana.
- 3.3. Gestão democrática e sustentável da política urbana.

UNIDADE 4 – CAMPOS DOS GOYTACAZES

- 4.1 O processo de urbanização da cidade de Campos dos Goytacazes / Rio de Janeiro.
- 4.2. Leitura do Plano Diretor da cidade de Campos dos Goytacazes / Rio de Janeiro.
- 4.3. A questão urbana presente nas produções dos artistas da cidade de Campos dos Goytacazes / Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Lei no 10.257 de 10 de Julho de 2001 – Estatuto da Cidade.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Lei número 7.972, de 31 de março de 2008: Institui o Plano Diretor do Município de Campos dos Goytacazes. Março, 2008.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Lei Nº 7.974, de 31 de março de 2008. Institui a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes: 2008.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Coleção Pensamento Crítico. v. 48. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HARVEY, David. "O direito à cidade". In Cidades Rebeldes - Do direito à cidade à revolução urbana". São Paulo: Martins Fontes, 2012.

LEFEBVRE, Henry. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

ROLNIK, Raquel; SAULE JUNIOR, Nelson. Estatuto da cidade: novas perspectivas para a reforma urbana. São Paulo: Polis. 2001.

ROLNIK, Raquel. O que é a cidade. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, Aline Nogueira; **ALVES,** Maria da Glória. Monitoramento da expansão urbana do município de Campos dos Goytacazes–RJ, utilizando Geoprocessamento. Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, v. 12, p. 3731-3738, 2005.

FARIA, Teresa P. Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, 20-26 mar. São Paulo.

FARIA, Teresa P. As reformas urbanas de Campos e suas contradições. O plano de 1944: uma nova ordem social e urbana. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 6, 2000, Natal –RN. Anais... Natal – RN, 2000. Belo Horizonte: ANPUR/SHCU, 2001.

FARIA, Teresa P. Campos dos Goytacazes nos anos 1870-1880: a modernização brasileira e o “mundo citadino”. Agenda Social: Revista do PPGPS / UENF, Campos dos Goytacazes, v.2, n.2, maio-set / 2008, p.40-64.

LEWIN, Helena et al. Uma nova abordagem da questão da terra no Brasil: o caso do MST em Campos dos Goytacazes. 7Letras, 2005.

PAES, Sylvia. Os Impasses da revitalização da área central da cidade de Campos dos Goytacazes (1991-2005). 2006. 108 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, RJ, 2006.

SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio. (org) O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Jorge Zaar Editora, 1979.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO II
9º PERÍODO: 80H/A
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Garantias e Privilégios do Crédito Tributário. Administração Tributária. Ilícitos e sanções tributários. Impostos em espécie. Contribuições especiais. Evasão e elisão fiscais. Processo administrativo-fiscal federal. Processo judicial tributário.

OBJETIVOS

Identificar os diversos instrumentos tributários disponibilizados pelo direito positivo para o funcionamento da atividade financeira estatal, possibilitando ao futuro bacharel em direito, por meio de uma visão crítica e interdisciplinar, reconhecer os casos em que a exação tributária está viciada por ilegalidades e/ou inconstitucionalidades, aprendendo a identificar e utilizar os meios jurídicos apropriados.

Possibilitar aos discentes reconhecer o sistema tributário como indispensável a qualquer Estado democrático de direito, como instrumento de realização do bem comum, minimizando as desigualdades sociais e realizando a justiça distributiva.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalhos de estudo de casos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Garantias e privilégios do crédito tributários
2. Administração Tributária
 - 2.1. Poderes das autoridades fiscais
 - 2.2. Dívida ativa
 - 2.3. Certidões negativas

UNIDADE II - ILÍCITOS E SANÇÕES TRIBUTÁRIOS

- 2.1 Ilícitos e sanções tributários: conceitos, natureza jurídica, tipologia.
- 2.2 Crimes tributários: espécies, conceitos, classificações, natureza e questões jurídicas.
- 2.3 Extinção da punibilidade
- 2.4. Suspensão da pretensão punitiva estatal

UNIDADE III - IMPOSTOS SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR

- 3.1 Impostos sobre o comércio exterior: importação e exportação.
- 3.2 Globalização econômica: conceitos, graus de harmonização tributária, fases, instrumentos e experiências. União Européia e Mercosul.
- 3.3 Influências da globalização econômica sobre o sistema tributário brasileiro.

UNIDADE IV - IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO

- 4.1 Impostos sobre a produção e a circulação: IPI, ICMS, IOF E ISS.
- 4.2 A experiência Internacional do IVA/TVA/VAT – imposto sobre o Valor Agregado.

UNIDADE V - IMPOSTOS SOBRE A RENDA E O PATRIMÔNIO

- 5.1 Impostos sobre a renda e o patrimônio: visão geral.
- 5.2 O Imposto de Renda.
- 5.3 O ITR e o IPTU. O IPVA.
- 5.4 Os Impostos de Transmissão.
- 5.5 O Imposto sobre Grandes Fortunas

UNIDADE VI – AS CONTRIBUIÇÕES

- 6.1. Dispositivos constitucionais
- 6.2. Espécies
- 6.3. O financiamento da seguridade social
 - 6.3.1. Princípio aplicáveis
 - 6.3.2. Contribuições destinadas ao Financiamento da Seguridade Social

UNIDADE VII - EVASÃO E ELISÃO FISCAIS

- 7.1 Evasão e elisão fiscais (nos planos interno e internacional).
- 7.2 Introdução ao Direito Tributário Internacional.

UNIDADE VIII – PROCESSO ADMINISTRATIVO-FISCAL FEDERAL

- 8.1. Introdução
- 8.2. Princípios constitucionais
- 8.3. Princípios reguladores do processo administrativo-fiscal federal
- 8.4. Os órgãos julgadores: estrutura e composição
- 8.5. Rito procedimental
- 8.6. O processo de consulta

UNIDADE IX - PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

- 9.1 Processo judicial tributário: espécies e ritos (visão geral).
- 9.2 Execução fiscal: dívida ativa, medida cautelar fiscal, defesa do executado.
- 9.3 Ações declaratória, anulatória de lançamento tributário, repetitória e consignatória. Ações cautelares (inominada de depósito, arresto, exibição de documento, busca e apreensão, produção antecipada de prova etc.).
- 9.4 Mandado de segurança.
- 9.5 Antecipação de tutela.
- 9.6 Ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.
- 9.7 Arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- 9.8 Representação de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2016.
- HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. São Paulo: Atlas, 2007.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, Paulo de Barros. **Direito tributário** - fundamentos jurídicos da incidência. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARINS, James. **Direito Processual Tributário Brasileiro**. São Paulo: Dialética, 2005.

NEDER, Marcus Vinicius; López, Maria Teresa Martinez. **Processo Administrativo Fiscal Federal Anotado**. São Paulo: Dialética, 2004.

PEREIRA, Luciano de Almeida. **Direito tributário**. (Coleção Direito Simplificado). São Paulo: Saraiva, 2011.

SABBAG, Eduardo. **Manual de direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 2017.

XAVIER, Alberto. **Do lançamento no Direito Tributário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO CIVIL VIII
9º PERÍODO: 40H/S
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e partilha.

OBJETIVOS

Habilitar o graduando para o adequado exercício da atividade profissional de forma a despertar o senso crítico, os princípios éticos e humanísticos necessários à instrumentalização e solução das demandas judiciais e extrajudiciais no campo do Direito das Sucessões.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – DA SUCESSÃO EM GERAL

- 1.1 - Disposições Gerais.
- 1.2 - Da transmissão da herança.
- 1.3 – Dos herdeiros necessários.
- 1.4 - Da aceitação e renúncia da herança.
- 1.5 - Da herança jacente e vacante.
- 1.6 - Da capacidade para suceder: Indignidade e deserdação.

UNIDADE II – DA SUCESSÃO LEGÍTIMA

- 2.1- Da ordem da vocação hereditária: Sucessão dos descendentes, ascendentes, cônjuge, companheiro e colaterais.
- 2.2 - Da concorrência sucessória do cônjuge e do companheiro.
- 2.3- Do direito de representação.

UNIDADE III – DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA

- 3.1 - Do testamento em geral
- 3.2 - Da capacidade testamentária
- 3.3 – Das disposições testamentárias
- 3.4 - Das formas ordinárias do testamento: público, cerrado e particular.
- 3.5 - Das testemunhas testamentárias
- 3.6 - Dos codicilos
- 3.6 - Dos testamentos especiais: marítimo, aeronáutico e militar.

- 3.8 - Dos legados : efeitos, pagamento e caducidade.
- 3.9 - Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários
- 3.10 - Da redução das disposições testamentárias
- 3.11 - Das substituições e do fideicomisso
- 3.13 - Da revogação dos testamentos
- 3.14 - Do testamenteiro

UNIDADE IV – DO INVENTÁRIO E PARTILHA

- 4.1 - Do inventário Judicial e do Inventário Extrajudicial
- 4.2 - Da partilha
- 4.3 - Dos sonegados
- 4.4 - Das colações
- 4.5 - Do pagamento das dívidas
- 4.6 - Da garantia dos quinhões hereditários
- 4.7 - Da nulidade da partilha

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil: Direito de família**, v.7. São Paulo: Saraiva, 2017.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. v. 7. São Paulo: Saraiva, 2018.
- NEGRÃO, Theotonio. **Código Civil e Legislação Civil em Vigor**. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- GAGLIANO, Pablo Stolze. **Manual De Direito Civil**. São Paulo: 2017.
- GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **Direito Civil – Sucessões**. São Paulo: Atlas, 2003.
- HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Comentários ao Código Civil**. v. 20. São Paulo: Saraiva, 2007.
- NEGRÃO. Theotonio. **Código Civil E Legislação Civil Em Vigor 2016**. São Paulo: Saraiva, 2016.
- RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil. Direito das Sucessões**. v. 7. São Paulo: Saraiva,

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL III
9º PERÍODO: 80H/S
AULA: TEÓRICA

EMENTA:

Procedimentos. Júri. Questões e processos incidentes. Sentença. Nulidade. Recursos. Ações de impugnação. Noções de execução penal.

OBJETIVOS:

Analisar o processo penal autonomamente. Expressar suas próprias convicções e formar seu próprio juízo de valor sobre as controvérsias examinadas, inclusive nos períodos anteriores. Compreender a relação processual e eventuais mecanismos de manifestação de irrisolução por parte da parte vencida.

METODOLOGIA DE ENSINO:

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO:

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – PROCEDIMENTOS.

- 1.1 Noção: processo X procedimentos. Procedimentos comuns e especiais.
- 1.2 Os atos processuais.
- 1.3 Procedimento ordinário e sumário.
- 1.4 Procedimentos especiais.
 - 1.4.1 Previstos no Código de Processo Penal.
 - 1.4.2 Previstos em Leis Especiais.
 - 1.4.2.1 Drogas;
 - 1.4.2.2 Juizados Especiais Criminais;
 - 1.4.2.3 Abuso de Autoridade;
 - 1.4.2.4; Crimes Eleitorais;
 - 1.4.2.5 Outros procedimentos especiais.

UNIDADE II – JÚRI

- 2.1 Organização administrativa.
- 2.2 Questões relativas a sua competência.
- 2.3 Procedimento e atos e peças processuais.
- 2.4 O julgamento plenário.
- 2.5 Função e poderes do juiz-presidente.

UNIDADE III – SENTENÇA.

- 3.1 Noção. Os atos do juiz no processo penal.
- 3.2 Formato da sentença criminal.
- 3.3 A sentença condenatória e absolutória.
- 3.4 Questões remanescentes sobre a sentença.

UNIDADE IV – NULIDADES.

- 4.1 Teoria geral das nulidades.
- 4.2 As nulidades no processo penal.
- 4.3 Arguição e reconhecimento das nulidades. Sanatória. Nulidades absolutas e relativas. Controvérsias.

UNIDADE V – RECURSOS.

- 5.1 Teoria geral dos recursos.
- 5.2 A formação da vontade coletiva nos Tribunais.
- 5.3 Os recursos no Código de Processo Penal.
 - 5.3.1 Recurso no sentido estrito.
 - 5.3.2 Apelação;
 - 5.3.3 Embargos Infringentes;
 - 5.3.4 Embargos de declaração;
 - 5.3.5 Carta testemunhável.
 - 5.3.6 Questão do recurso de ofício.
- 5.4 Os recursos constitucionais.
 - 5.4.1 Recurso ordinário;
 - 5.4.2 Recurso especial;
 - 5.4.3 Recurso extraordinário.
- 5.5 Outros recursos.
 - 5.5.1 Agravo;
 - 5.5.2 Reclamação;
 - 5.5.3 Os Agravos Regimentais.
- 5.6 Os recursos nos Juizados Especiais Criminais. Peculiaridades. Recursos cabíveis.

UNIDADE VI – AS AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO.

- 6.1 *Habeas Corpus*.
- 6.2 Revisão Criminal.
- 6.3 Mandado de segurança em matéria penal.

UNIDADE VII – NOÇÕES DE EXECUÇÃO PENAL.

- 7.1 A Lei de Execuções Penais.
- 7.2 Questões diversas e remanescentes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2018.
RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHOUKR, Fauzi Hassan. **As Reformas Pontuais do Código de Processo Penal**. Artigo publicado na

INTERNET, site Âmbito Jurídico – <http://www.geocities.com/~ambitojuridico>.

JESUS, Damásio. **Lei dos juizados especiais criminais anotada**. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Código de Processo Penal Anotado**. São Paulo: Saraiva, 2015.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO III
9º PERÍODO: 80 H/S.
AULA: TEÓRICA E PRÁTICA

EMENTA

Recursos. Ações Cautelares. Ações de execução de título extrajudicial. Ações Cautelares. Ações de procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária.

OBJETIVOS

Habilitar o aluno para o exercício profissional junto aos tribunais e órgãos administrativos, numa perspectiva de solução pacífica, eficiente e adequada dos conflitos.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Estudo de casos. Elaboração de peças. Análise de autos processuais.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE 1 – ELABORAÇÃO DE RECURSOS

1.1 – Elaboração de recursos a partir de casos envolvendo direito das obrigações, contratos, posse, propriedade, direito de empresa, direito do consumidor e direito de família.

1.2 – Recursos Especial e Extraordinário

UNIDADE 2 – ELABORAÇÃO DE PETIÇÕES EM AÇÕES CAUTELARES

UNIDADE 3 – ELABORAÇÃO DE PETIÇÕES EM AÇÕES DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E VOLUNTÁRIA

UNIDADE 4 – ELABORAÇÃO DE PETIÇÕES EM AÇÕES DE EXECUÇÃO

4.1 – Execução de título extrajudicial

4.2 – Execução fiscal

4.3 – Execução de alimentos.

4.4 – Embargos do devedor

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHACON, Luis Fernando Rabelo. **Manual de Prática Forense Civil**. São Paulo: Saraiva, 2018.

GAMA, José de Souza. **Curso de Prática Forense Cível e Comercial**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

CAPEZ, Fernando . **Prática Forense Penal**. São Paulo: Saraiva, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHACON, Luis Fernando Rabelo. **Prática Forense para estagiários**. São Paulo: Saraiva, 2012.

CAMPESTRINI, Hidelbrando. **Como redigir petição inicial**. São Paulo: Saraiva, 2002.

SANTOS, Jorge Sincorá dos. **Prática forense civil**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

NASCIMENTO, Edmundo Dantes. **Linguagem Forense**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL V
9º PERÍODO: 60H/S
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Ação monitória. Teoria geral da execução. Execução por quantia certa contra devedor solvente. Execução das obrigações de fazer, não fazer e entrega de coisa. Execução por quantia certa contra devedor insolvente. Embargos do devedor. Embargos de terceiros. Execução fiscal.

OBJETIVOS

Compreender as normas processuais e suas teorias como forma de instrumentalizar o aluno para a vida profissional, bem como desenvolver uma visão crítica a respeito da dinâmica do Poder Judiciário, tendo em vista a idéia de acesso à justiça e de solução pacífica dos conflitos.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – AÇÃO MONITÓRIA

- 1.1 Cabimento
- 1.2 Legitimidade
- 1.3 Procedimento

UNIDADE II – TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO

- 2.1 Classificação
- 2.2 Princípios
- 2.3 Requisitos
- 2.4 Partes e terceiros. Responsabilidade patrimonial

UNIDADE III – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE

- 3.1 Fase inicial
- 3.2 Penhora e avaliação
- 3.3 Formas de expropriação dos bens penhorados

UNIDADE IV – EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER, NÃO FAZER E ENTREGA DE COISA

- 4.1 Aspectos gerais
- 4.2 Procedimento

UNIDADE V – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE

- 5.1 Insolvência requerida pelo credor e pelo devedor
- 5.2 Da declaração judicial da insolvência e seus efeitos

UNIDADE VI – EMBARGOS DO DEVEDOR

- 6.1 Espécies de embargos do executado
- 6.2 A matéria dos embargos
- 6.3 Procedimento
- 6.4 Sentença dos embargos: eficácia e autoridade

UNIDADE VII – EMBARGOS DE TERCEIROS

- 7.1 Cabimento
- 7.2 Legitimidade
- 7.3 Procedimento
- 7.4 Sentença

UNIDADE VIII –EXECUÇÃO FISCAL

- 8.1 Aspectos gerais
- 8.2 Procedimento
- 8.3 Recursos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil, vol. 3.** São Paulo : Saraiva, 2021.
- GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de Direito Processual Civil, vol. 3.** São Paulo : Saraiva, 2020.
- DALLA, Humberto. **Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo.** São Paulo: Saraiva, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil, Vol. III.** São Paulo : Gen | Forense, 2020.
- ABELHA, Marcelo. **Manual de Execução Civil.** São Paulo : Gen | Forense, 2019.
- ASSIS, Araken. **Manual da execução.** São Paulo : Revista dos Tribunais, 2021.

CURSO DE DIREITO**PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E PREPARAÇÃO DE TCC****9º PERÍODO: 60H/S****AULA: TEÓRICA EMENTA**

Noções gerais sobre a Teoria do Conhecimento. O método científico e seus processos. A pesquisa científica como maturação do conhecimento teórico. A pesquisa jurídica como mecanismo de renovação da Teoria do Direito. A pesquisa jurídica como elemento de sintonia entre a Ciência do Direito e a sociedade. A pesquisa jurídica e seus tipos: bibliográfica, documental e social. A pesquisa jurídica e suas metodologias: histórica, descritiva e de campo. A pesquisa jurídica e suas etapas: planejamento, coleta e análise de dados, os relatórios preliminar e final. O projeto de pesquisa e seus elementos constitutivos.

OBJETIVOS

Apresentar aos discentes a importância da pesquisa científica, na leitura dos demais ramos do Direito, sob uma perspectiva interdisciplinar. Estimular e desenvolver no aluno de Direito a construção do pensamento crítico a partir de um pensamento analítico e investigativo, a fim de que possa aprofundar, através da pesquisa, os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula. Preparar o aluno para o desenvolvimento do Artigo Científico de conclusão de curso.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Submissão do trabalho na AV1 ao Professor(a) de Metodologia, mediante correção das rubricas: estrutura do artigo científico, introdução, metodologia e referencial teórico.

Submissão do trabalho completo na AV2 ao Professor Orientador para fins de análise subjetiva do trabalho apresentado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**UNIDADE I – CONHECIMENTO CIENTÍFICO E CIÊNCIA**

- 1.1 – Conhecimento científico e outros tipos de conhecimento.
- 1.2 – Correlação entre conhecimento científico e conhecimento popular.
- 1.3 – Características do conhecimento popular.
- 1.4 – Quatro tipos de conhecimento: conhecimento popular, filosófico, religioso e científico.

UNIDADE II – MÉTODOS CIENTÍFICOS E SEUS CONCEITOS

- 2.1 – Conceito de método.
- 2.2 – Desenvolvimento histórico do método.
- 2.3 – Método indutivo.
- 2.4 – Método dedutivo.
- 2.5 – Método hipotético-dedutivo.
- 2.6 – Método dialético.

UNIDADE III – MÉTODOS AUXILIARES E REFERENCIAIS TEÓRICOS

- 3.1 – Métodos auxiliares.
 - 3.1.1 – Método experimental.
 - 3.1.2 – Método estatístico.
 - 3.1.3 – Método histórico.
 - 3.1.4 – Método comparativo.
- 3.2 – Referenciais teóricos.
 - 3.2.1 – Teorias sistêmicas.
 - 3.2.2 – Funcionalismo.
 - 3.2.3 – Estruturalismo.
 - 3.2.4 – Fenomenologia.
 - 3.2.5 – Comportamentalismo.
 - 3.2.6 – Empirismo.
 - 3.2.7 – Positivismo e neopositivismo.
 - 3.2.8 – Marxismo.

UNIDADE IV – PESQUISA

- 4.1 – Conceito de pesquisa.
- 4.2 – Planejamento da pesquisa.
- 4.3 – Preparação da pesquisa.
 - 4.3.1 – Decisão.
 - 4.3.2 – Especificação de objetivos.

UNIDADE V – FASES DA PESQUISA

- 5.1 – Escolha do tema.
- 5.2 – Levantamento de dados.
- 5.3 – Formulação do problema.
- 5.4 – Delimitação da pesquisa.
- 4.5 – Amostragem.
- 4.6 – Seleção de métodos e técnicas.

UNIDADE VI – TÉCNICAS DE PESQUISA

- 6.1 – Documentação indireta.
- 6.2 – Documentação direta.
 - 6.3 – Observação direta intensiva.
 - 6.4 – Observação direta extensiva.

UNIDADE VII – PROJETO DE PESQUISA (PARTE I)

- 7.1 – Estrutura do projeto.
 - 7.2.1 – Objetivo.
 - 7.2.1.1 – Tema.
 - 7.2.1.2 – Delimitação do tema.
 - 7.2.1.3 – Objetivo geral.
 - 7.2.1.4 – Objetivos específicos.

UNIDADE VIII – PROJETO DE PESQUISA (PARTE II)

- 8.1 – Justificativa.
- 8.2 – Objeto.
- 8.3 – Metodologia.
- 8.4 – Embasamento teórico.
- 8.5 – Cronograma.
- 8.6 – Instrumento(s) de pesquisa.
- 8.7 – Bibliografia (referências)

UNIDADE IX – ARTIGO CIENTÍFICO

- 9.1 – Estrutura do artigo científico.
- 9.2 – Conteúdo do artigo científico.
- 9.3 – Tipos de artigos científicos.
- 9.3.1 – Argumento teórico.
- 9.3.2 – Artigo de análise.
- 9.3.3 – Artigo classificatório.
- 9.4 – Motivação.

UNIDADE X – ELEMENTOS COMPONENTES DA ESTRUTURA DO ARTIGO CIENTÍFICO

- 10.1 – Elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.
- 10.2 – Redação, linguagem e discurso no artigo científico.
- 10.3 – Estrutura de frases e parágrafos.
- 10.4 – Coesão e coerência textual.
- 10.5 – Referências bibliográficas.
- 10.6 – Citações e notas de rodapé.
- 10.7 – Introdução, desenvolvimento e conclusão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTAR, E. C. B. **Metodologia de pesquisa jurídica**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2019. LEISTER, A. C. C. D. C.; SILVA, A. M. D. D.; BITTAR, C. B.; WANG, D. W. L.; NINOMIYA, F. I.; OLIVEIRA, F. B. B. D.; GHIRARDI, J. G.; PALMA, J. B. D.;

CORTES, L. B. Q.; RIBEIRO, L. M. L.; FEFERBAUM, M.; VIANA, M. T.; VILAROUCA, M. G.; GUISE, M. S.; QUEIROZ, R. M. R.; ACCA, T. D. S.; PINHEIRO, V. M.; OLIVEIRA, Y. D. D. **Metodologia da Pesquisa em Direito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MONTEIRO, C. S.; MEZZAROBBA, O. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6 ed. São Paulo: Atlas, 201.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARTINO, A.; LENZA, P. **Português esquematizado**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO AMBIENTAL.
10º PERÍODO - 40 H/A
AULA: TEÓRICA

EMENTA

O direito ambiental e a constituição federal. Políticas ambientais dos entes federativos e seus instrumentos. Responsabilidade ambiental

OBJETIVOS

Identificar a importância e aplicação do Direito Ambiental, visando o desenvolvimento sustentável e a compatibilização de diversos direitos fundamentais aparentemente conflitantes.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudos de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I - O DIREITO AMBIENTAL E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

- 1.1 Evolução do Direito Ambiental;
- 1.2 Classificação do Direito Ambiental no ordenamento jurídico;
- 1.3 Bens Ambientais;
- 1.4 Competências Ambientais;
- 1.5 Aspectos Ambientais da Política Urbana e Rural na Constituição Federal.

UNIDADE II – POLÍTICAS AMBIENTAIS DOS ENTES FEDERATIVOS E SEUS INSTRUMENTOS.

- 2.1 - Política Nacional de Meio Ambiente
- 2.2 - Licenciamento ambiental; 2.3- Fiscalização ambiental;
- 2.4 - Zoneamento Ambiental
- 2.5 - EIA/RIMA

UNIDADE III – LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS ESPECÍFICAS

- 3.1 - Lei 12.651/2012 – Proteção de Vegetação Nativa ;
- 3.2 - Lei 9.433/1997 – Política Nacional de Recursos Hídricos;
- 3.3 - Lei 10.257/2001 – Estatuto das Cidades;
- 3.4 - Lei 9.985/2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UNIDADE IV - RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

- 4.1 - Responsabilidade Civil Ambiental;
- 4.2 - Responsabilidade Penal Ambiental;
- 4.3 - Responsabilidade Administrativa Ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental, 7ª ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro, 21ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2021.

TRENNEPOHL, T. Manual de direito ambiental. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2020

SARLET. Ingo Wolfgang. Princípios do Direito Ambiental; 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2017.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro, Malheiros, 13ª ed. São Paulo: 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LEITE, José Rubens Morato. Manual de Direito Ambiental, São Paulo: Saraiva, 2015.

FIORILLO, C. A. P.; FERREIRA, R. M. Direito Ambiental Contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2015.

TRENNEPOHL, T. Liv Dig Direito Ambiental Empresarial Did Al. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO
10º PERÍODO: 40 H/A
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Noções gerais de seguridade social. Saúde. Assistência Social. Previdência Social. Custeio da seguridade social. Benefícios previdenciários. Acidente de trabalho. Seguro desemprego.

OBJETIVOS

Compreender o sistema da seguridade social, tendo em vista as políticas públicas, a realidade social brasileira e os direitos humanos sociais. Desenvolver uma visão crítica quanto ao equilíbrio do custeio e das prestações assistenciais e previdenciárias.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos jurídicos, jurisprudências. Realização de pesquisa jurídica. Estudo de casos.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – NOÇÕES GERAIS DE SEGURIDADE SOCIAL

- 1.1 A seguridade social na Constituição de 1988.
 - 1.1.1 Saúde
 - 1.1.2 Assistência Social
 - 1.1.3 Previdência Social
- 1.2 Antecedentes históricos
- 1.3 Princípios

UNIDADE II – CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL

- 2.1 Fonte de custeio
- 2.2 Segurados e contribuintes
- 2.3 Contribuições
- 2.4 Salário de contribuição
- 2.5 Responsabilidade pelos débitos
- 2.6 Prescrição; decadência; imunidade e insenção
- 2.7 Restituição e compensação

UNIDADE III – PREVIDÊNCIA SOCIAL

- 3.1 Beneficiários
- 3.2 Período de carência
- 3.3 Salário de benefício
- 3.4 Benefícios

- 3.4.1 Auxílio-doença
- 3.4.2 Auxílio-acidente
- 3.4.3 Aposentadoria por invalidez
- 3.4.4 Aposentadoria por idade
- 3.4.5 Aposentadoria por tempo de contribuição
- 3.4.6 Aposentadoria especial
- 3.4.7 Salário - maternidade
- 3.4.8 Salário – família
- 3.4.9 Pensão por morte
- 3.4.10 Auxílio - reclusão

UNIDADE IV – ACIDENTE DE TRABALHO

- 4.1 Prevenção de acidentes
- 4.2 Caracterização
- 4.3 Formalidades
- 4.4 Prestações relativas a acidente de trabalho
- 4.5 Ação acidentária

UNIDADE V - SEGURO DESEMPREGO

- 5.1 Conceito
- 5.2 Financiamento
- 5.3 Beneficiários
- 5.4 Hipóteses de concessão
- 5.5 Valor do benefício
- 5.6 Formalidades

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

EDUARDO, Ítalo Romano; EDUARDO, Jeane Tavares Aragão; TEIXEIRA, Amauri Santos. Direito Previdenciário Custeio: Teoria e 200 questões. 3.ed. Rio de Janeiro: Impetus Editora, 2002.

IBRAIM, Fábio Zambitte. Curso de direito previdenciária. Rio de Janeiro: Impetus, 2008.

LEITÃO, André Studart; Meirinho, Grieco Santanna. Manual de direito previdenciário. São Paulo: Saraiva, 2014.

TAVARES, Marcelo Leonardo. Direito previdenciário: Regime geral de Previdência Social e Regras constitucionais dos Regimes próprios de Previdência Social. 14.ed. Niterói: Impetus Editora, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

TAVARES, Marcelo Leonardo. Direito previdenciário: Regime geral de Previdência Social e Regras constitucionais dos Regimes próprios de Previdência Social. 14.ed. Niterói: Impetus Editora, 2012.

HORVATH JÚNIOR, Miguel. Direito previdenciário. 4.ed. São Paulo: Quartier Latin, 2004.

GONÇALES, Odonel Urbano. Manual de Direito Previdenciário: Atualizado até dezembro de 2006. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2007. 314p.

SANTOS, Marisa Ferreira. Coleção Esquematizado - Direito Previdenciário. São Paulo: Saraiva, 2017.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE ÉTICA PROFISSIONAL
10º PERÍODO: 40 H/A
AULA: TEÓRICA

EMENTA

Introdução à ética jurídica. Regras deontológicas fundamentais. O advogado, o juiz e o Ministério Público. Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil. Código de Ética e Disciplina.

OBJETIVOS

Compreender a ética como instrumento para o exercício do profissional do Direito, enfatizando a idéia de justiça e os valores sociais.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Estudo de casos. Realização de pesquisas jurídicas. Debates interdisciplinares.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – INTRODUÇÃO À ÉTICA JURÍDICA

- 1.1 Significação da ética
 - 1.1.1 O dever e a consciência moral
- 1.2 Ética e profissão
- 1.3 Ética e profissão jurídica
 - 1.3.1 Conceito de Deontologia jurídica
 - 1.3.2 Fontes e relações com outras disciplinas
 - 1.3.1 O controle da conduta dos profissionais do direito

UNIDADE II - ÉTICA DO ADVOGADO

- 2.1 Antecedentes históricos, requisitos e missão
- 2.2 A importância e os direitos do advogado na Constituição Federal.
- 2.3 Estatuto da OAB e Regulamento Geral
 - 2.3.1 Da advocacia
 - 2.3.2 Da Ordem dos Advogados do Brasil
 - 2.3.3 Do processo disciplinar e Tribunal de Ética
- 2.3 Código de Ética e Disciplina da OAB

UNIDADE III - ÉTICA DO REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 3.1 Antecedentes históricos, requisitos e missão
- 3.2 Lei orgânica do Ministério Público

UNIDADE IV – ÉTICA DO JUIZ

- 4.1 Antecedentes históricos, requisitos e missão

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de ética Jurídica:** ética geral e profissional. São Paulo: Saraiva, 2016.

COCCARO, Marco Antonio Silva De Macedo. **Coleção OAB nacional 1ª fase** - ética profissional e estatuto da advocacia. São Paulo: Saraiva, 2014.

CREMESCO, Jose Antonio. **Ética profissional simplificada.** São Paulo: Saraiva. 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, Marcus Vinicius Furtado **Comentários ao Novo Código de Ética dos Advogados.** São Paulo: Saraiva, 2017.

FERRAZ, Janaina. **Ética.** São Paulo: Rideel, 2011.

MACEDO JUNIOR, Marco Antonio Silva; COCCARO, Celso. **Ética Profissional e Estatuto da Advocacia.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 235p.

PERELMAN, Chaïm. **Ética e Direito.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1999

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV
10º PERÍODO: 80 H/S.
AULA: TEÓRICA E PRÁTICA

EMENTA

Requerimento de Abertura de Inquérito Policial. Prisão e Liberdade. Habeas-Corpus. Ações Penais. Procedimentos. Promoções. Sentença. Recursos. Execução Penal. Revisão Criminal.

OBJETIVOS

Habilitar o aluno para o exercício profissional junto aos tribunais e órgãos administrativos, numa perspectiva de solução pacífica, eficiente e adequada dos conflitos.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Estudo de casos. Elaboração de peças. Análise de autos processuais.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE 1 – INQUÉRITO POLICIAL:

- 1.1 – Noções Gerais
- 1.2 - Requerimento de abertura do IP:
 - 1.2.1 - Notícia criminis.
 - 1.2.2 – Representação.
- 1.3 - Relatório da Autoridade Policial.

UNIDADE 2 – PROMOÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

UNIDADE 3 – AÇÕES PENAIS.

- 3.1 - Queixa-crime.
- 3.2 - Denúncia.
- 3.3 - Defesa prévia.
- 3.4 - Alegações finais.

UNIDADE 4 – PRISÃO E LIBERDADE:

- 4.1 - Pedido de prisão temporária.
- 4.2 - Auto de prisão em flagrante.
- 4.3 - Pedido de relaxamento de prisão em flagrante.
- 4.4 - Pedido de liberdade provisória com e sem fiança.
- 4.5 - Requerimento de prisão preventiva.
- 4.6 – Requerimento de revogação de prisão preventiva.

UNIDADE 5 – HABEAS-CORPUS.

UNIDADE 6 – PROCEDIMENTOS:

- 6.1 – Procedimento comum (ordinário e sumário).
- 6.2 – Procedimento Sumaríssimo (Lei n 9.099/95).
- 6.3 – Procedimentos Especiais.
- 6.4 – Procedimento no Tribunal do Júri.

UNIDADE 7 – SENTENÇA.

UNIDADE 8 – RECURSOS:

- 8.1 - Recurso em sentido estrito.
- 8.2 - Apelação.
- 8.3 – Embargos.

UNIDADE 9 – REVISÃO CRIMINAL.

UNIDADE 10 – EXECUÇÃO PENAL.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. **Prática Forense Penal**. São Paulo: Saraiva, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Prática Forense Penal**. São Paulo: RT, 2007.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHACON, Luís Fernando Rabelo. **Prática Forense para estagiários**. São Paulo: Saraiva, 2014

PERES, Alcides Conejeiro. **Manual de prática forense e orientação do estagiário de direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

SANTOS, Jorge Sincorá dos. **Prática forense civil**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DIREITO DIGITAL
OFICINA III - 40H/S
AULA: TEÓRICA

EMENTA DA DISCIPLINA

Sociedade Informacional. Sociedade da Vigilância. Revolução Digital. Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Internet. Algoritmos. Liberdade de Informação, de Expressão e Princípios Constitucionais. Inclusão Tecnológica e Garantias de Acesso à Informação. Desinformação e “Fake News”. Marco Civil da Internet. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD. Responsabilidade Civil e Inteligência Artificial. Direitos e Garantias dos Usuários da Internet. Privacidade e Segurança de Dados Pessoais. Do Tratamento de Dados Pessoais pelo Poder Público. Dos Delitos Digitais.

OBJETIVOS

Situar o aluno na Sociedade Digital Informacional por meio de conceitos basilares e classificações relativas à Inteligência Artificial, a compreensão da atuação dos agentes da internet e os princípios gerais relacionados à ética e IA. Propiciar ao discente o entendimento do ambiente digital como parte da realidade social, da necessidade de inclusão tecnológica e da lógica protetiva de dados no Brasil e no mundo. Examinar a dinâmica das relações jurídicas desenvolvidas na Sociedade da Exposição e sua reverberação na era do Capitalismo da Vigilância. Desencadear a construção de uma visão crítica sobre o tratamento de dados pessoais dos usuários da internet frente às garantias de acesso à informação e aos direitos fundamentais resguardados pelo Constitucionalismo Digital. Pretende-se, para nosso corpo discente, uma abordagem teórica e pragmática do universo das novas tecnologias e suas repercussões jurídicas.

METODOLOGIA

Os conteúdos programáticos serão abordados por meio de aulas expositivas, reflexões contextualizadas e análise de jurisprudência, bem como o uso de notícias e filmes que abordem o tema.

AVALIAÇÃO

Avaliações individuais escritas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula Inaugural: exposição das principais temáticas de Direito Digital.

Apresentação da disciplina e do Plano de Ensino, explanação sobre o seu objeto e os seus objetivos, elucidação quanto à legislação aplicável, doutrina recomendada, distribuição do conteúdo programático e forma de avaliação da disciplina, inclusive com a organização da metodologia de trabalho.

1. Noções basilares de Direito Digital

- Sociedade Digital e sua evolução histórica. Da Sociedade 1.0 à Sociedade “Super Smart”.
- Conceitos gerais: Inteligência Artificial; “Big Data Analytics”; algoritmo; código de programação.
- As quatro ondas da Inteligência Artificial, segundo Kai-Fu Lee.
- Níveis de autonomia, intensidade e desenvolvimento da IA.
- Classificações quanto ao aprendizado da IA.
- Agentes da internet: espécies de provedores; sítios eletrônicos ou sites; internautas ou usuários.

2. Principais desafios no uso de Inteligência Artificial (IA) e para proteção de dados, diante da

hiperexposição dos usuários na Sociedade da Vigilância

- Mapeando os princípios gerais sobre ética e IA.
- Pilares ou qualidades essenciais da internet, segundo Ryan Calo.
- Sociedade da Exposição, da Informação e do Cansaço.
- Capitalismo de Plataforma e da Vigilância.
- Principais desafios no uso da Inteligência Artificial. Hiperconectividade. Opacidade. Neutralidade. Explicabilidade. O problema da “caixa-preta”, por Frank Pasquale. Computação persuasiva e ubíqua.
- Etapas no tratamento de dados pessoais na internet: coleta, processamento, análise, armazenamento, mineração, fusão, reutilização e eliminação (o ciclo de vida dos dados pessoais).
- Teste de Turing (Alan Turing e O Jogo da Imitação).

3. Constitucionalismo Digital e Direitos Fundamentais

- A EC nº 115/2022 e o direito fundamental à proteção de dados pessoais.
- A era do Capitalismo da Vigilância, por Shoshana Zuboff.
- Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital).
- Patrimônio Digital e Direito Sucessório: a Herança Digital.
- Os Neurodireitos.

4. Acesso à informação, desinformação (“fake news”) e era da “pós-verdade”

- Inclusão Tecnológica. Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI). A Constituição Federal e seus artigos 5º, inc. XXXIII, 37, §3º, inc. II e 216, §2º. Lei nº 14.533/2023 (Política Nacional de Educação Digital – PNED).
- Direitos da Personalidade. Direitos à informação, imagem, honra, nome e à livre manifestação do pensamento. Direito à identidade pessoal no ambiente digital.
- Liberdade de expressão, desinformação e “fake news”.
- Filtro-bolha e câmara de eco.
- A era da “pós-verdade”.

5. Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet – MCI)

- O princípio da neutralidade na internet.
- Os provedores de conexão e de aplicações de internet.
- Fundamentos, princípios, objetivos, direitos e garantias.
- Consentimento do usuário. Coleta e registro de dados.
- Sanções. Responsabilidade dos provedores.
- Art. 19: danos causados por provedores pela não remoção de conteúdo gerado por terceiro (mensagens, vídeos e fotos).
- Art. 21: danos causados por exposição não consentida. “Notice and take down”. Pornografia de vingança (“revenge porn”). “Cyberbullying”.
- Requerimento judicial, notificação, antecipação de tutela e segredo de justiça.
- Diretrizes e orientações ao Poder Público.
- Decreto nº 8.771/2016 e a regulamentação do Marco Civil da Internet.

6. Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018)

- A origem no Regulamento Europeu – GDPR. A autorregulação nos EUA, a concorrência de plataformas digitais e a moderação de conteúdo.
- Diálogo com o MCI e com a LAI.
- Espécies de dados. Dados pessoais sensíveis.
- Autodeterminação informada. Princípios essenciais para o tratamento de dados na internet. Consentimento. Legítimo interesse.
- Art. 14: proteção de dados pessoais e o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Direitos dos titulares de dados.
- Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público.
- Relatório de Impacto à Proteção de Dados.

- Segurança, sigilo/secredo comercial, boas práticas e governança de dados.
- Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e o Decreto Federal nº 10.474/2020. Fiscalização, monitoramento e orientação. Atividades: preventiva e repressiva. Sanções: administrativas e judiciais.
- Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA).

7. Documentos eletrônicos e Contratos Eletrônicos

- Documentos eletrônicos: informáticos e de telemática. Art. 225 do CC/2002. Arts. 405 a 429 do CPC/2015. Prova eletrônica. Validade.
- Ata Notarial (E-notariado). Materialização. Registro de Títulos e Documentos. Assinatura digital. Certificação ICP-Brasil. Escritura pública eletrônica. Publicidade, fé pública e presunção legal de autenticidade. Títulos nato-digitais e digitalizados.
- Contrato Eletrônico: título executivo extrajudicial (art. 784 do CPC/2015)? Smart Contracts. Blockchain. Criptomoedas. NFTs (“Non-Fungible Tokens”).

8. Processo Eletrônico

- Princípios constitucionais. Lei nº 11.419/2006 e a informatização do processo judicial. Comunicações processuais por meio de portal eletrônico. Aplicação de novas tecnologias para garantia de acesso à Justiça: a celeridade, a economia e a segurança jurídica em busca de maior efetividade na prestação jurisdicional. Juízo 100% Digital e a Resolução CNJ nº 332 e 345/2020. Robôs nos Tribunais (Victor, Sócrates, etc.). Resoluções Online de Conflitos (RDC) e a Resolução CNJ nº 358/2020. Impactos da IA na advocacia. Visual Law e Legal Design.

9. Privacidade e suas dimensões

- Noções de “privacy by design” e “privacy by default”. Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). Sigilo da correspondência, da comunicação telemática e de dados. Direito ao Esquecimento. Anonimização, pseudonimização e a reidentificação de dados. “Profiling” (perfil psicográfico ou perfilização). Práticas mercadológicas perfilizadas. Práticas abusivas, anúncios e microdirecionamento personalizado de publicidade. “Behavioral targeting”. “Cookies”. “Digital footprints”. Decisões Automatizadas. Análises Preditivas. Discriminação Algorítmica. “Geopricing” e “Geoblocking”.

10. Direito do Consumidor e Novas Tecnologias

- Comércio eletrônico de consumo (“e-commerce”). Diálogo de complementariedade entre CDC e LGPD. Capitalismo de Plataforma, Sociedade da Exposição e redes sociais. Contratos de Adesão e “Termos de Uso”. Cláusulas e práticas abusivas. Contratos à distância. Do lugar e do tempo do contrato eletrônico de consumo. Cláusula de Arrependimento (prazo de reflexão). Internet das Coisas (“Internet of Things” – IoT). Tecnologias vestíveis (“wearables”). Carros autônomos. Realidade Virtual vs. Metaverso. Robótica. Engenharia genética e saúde.

11. Responsabilidade Civil e Inteligência Artificial

- Imputabilidade, culpa e risco. Regimes objetivo e subjetivo. Desafios na aplicação das teorias do risco. Responsabilização por vazamento de dados. Soluções intermediárias: teoria da guarda, seguros obrigatórios, fundos compensatórios e patrimônio de afetação. Solução extrema: a atribuição de personalidade jurídica (o robô como “e-person”) e as leis de Asimov.

12. Delitos Digitais (Crimes de Informática).

- Conceitos e classificações. Sujeitos ativos e passivos. Crimes praticados por meio da internet. Quebras de cibersegurança e formas de ataque e de contaminação: vírus, “trojans” e “worms”. Ubiquidade da internet e competência para o processo penal. Convenção de Budapeste sobre cibercrimes.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. *Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico: a informatização judicial no Brasil*. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

MENDES, Laura Schertel; DONEDA, Danilo; SARLET, Ingo Wolfgang; RODRIGUES JÚNIOR, Otávio Luiz. BIONI, Bruno (coord.). *Tratado de proteção de dados pessoais*. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

PAESANI, Liliana Minardi. *Direito e internet: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade Civil*. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PINHEIRO, Patrícia Peck. *Direito digital*. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

TEIXEIRA, Tarcísio. *Direito digital e processo eletrônico*. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2022.